ANO III — Nº 26 — Cr$ 10,00

MARÇO DE 1978

coojORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

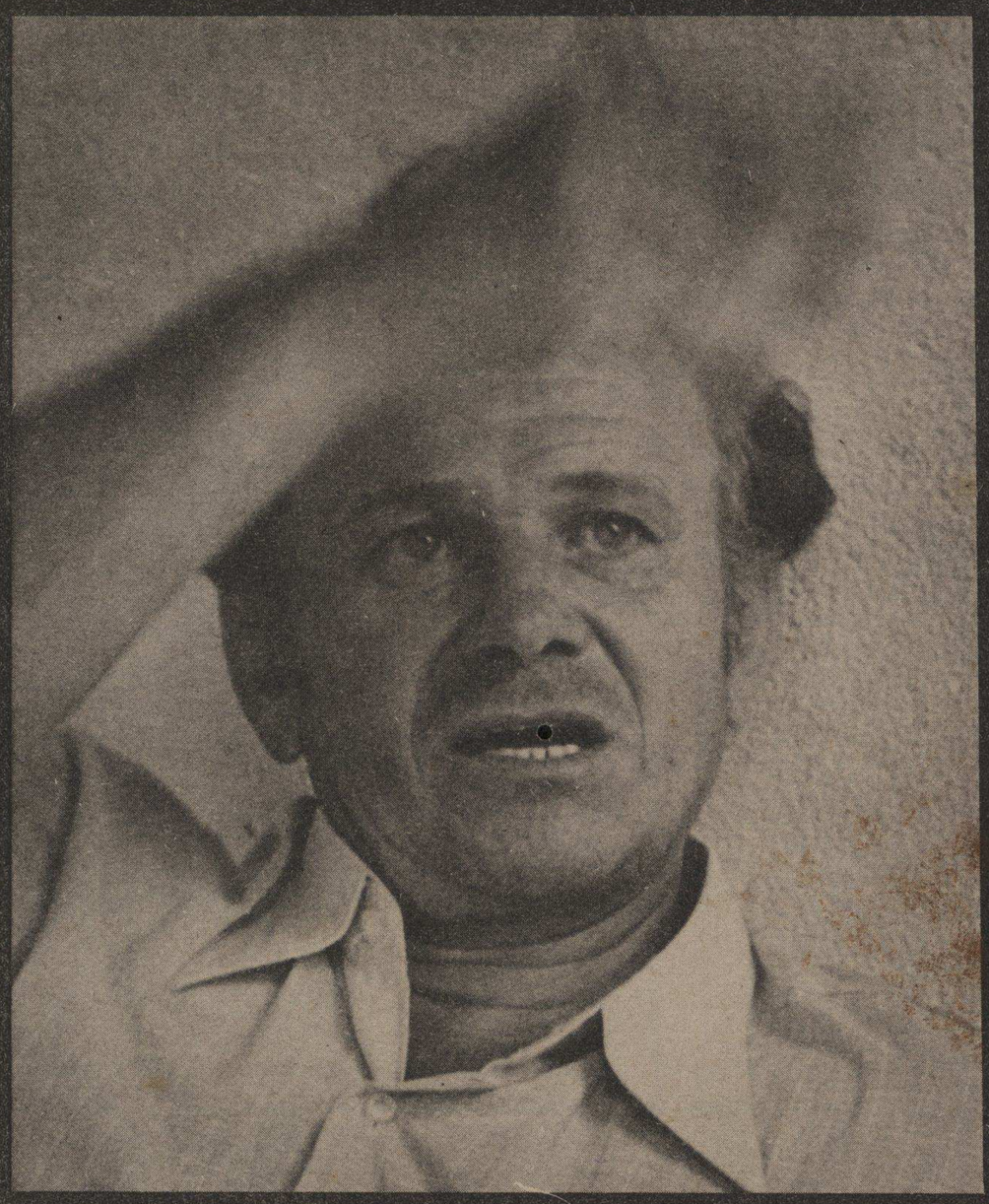
200 mil brasileiros no Paraguai

ESPECIAL

A política nuclear da Alemanha

João Dêntice: "Minha geração fracassou"

DEPOIMENTO



EX-MILITAR CONTA COMO SE TORNOU LÍDER TERRORISTA

Como era o plano para eliminar comunistas

O CASO PARA-SAR

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa

Redação
Jacqueline Joner, Jorge Polydoro, José Antônio Vieira da Cunha, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig (**editores**), André Pereira, Carlos Rafael Guimarães Filho, Marcelo Oscar Lopes, Elaine Lerner, Jorge Freitas, Najar Tubino, Luiz Cláudio Cunha, Marco Antônio Schuster, Maria Angélica de Moraes, Ricardo Schmitt, Vera Teresa Costa, Marina Wodtke, Lenora Vargas, Humberto Andreatta, Rejane Baeta, Ayrton Centeno, Regina Vasquez, (**repórteres e redatores**), Luís Recena Grassi, Severino Góes, Maria da Graça Seligman (**Brasília**), Gilberto Pauletti (**Rio**), Lucila Camargo, Jorge Escosteguy, Geraldo Hasse, Patrício Renato (**São Paulo**), Hélio Teixeira (**Curitiba**), Paolo Marconi (**Salvador**), Gleizer Naves (**Belo Horizonte**), José Maria de Andrade (**Recife**), Luiz Lanzetta (**Florianópolis**), Eneida Serrano, Luiz Abreu (**fotografia**), Juvenal da Luz, Luís Carlos Ferré, Nilson Figueiredo (**arte**), Jorge Gallina, Lilian Bem David (**diagramação**), Francisco Alba (**Departamento Industrial**), Paulo Roberto França, Lindomar Mohnsam da Silva, Estela Maris Leal de Carvalho e Silvia De Ávila Berni (**Revisão**), Carlos Rios (**Produção**), Airton Azambuja, Atil Vineton (**Fotolito**), Paulo Sá, Hélio Pinho, Ivan Carlos Franco, Julio Cesar Romano Martins (**Composição**), Olmiro Lempek, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos (**Montagem**).

Gerência
Eládio Dios V. da Cunha

Comercial
Ênio Lindenbaum e Leonardo Dourado

Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Gilberto Taurino, Térry-mar Ferreira

Números atrasados
À venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones 218984 e 240951 — Telex (051) 1605

Registro nº 33170 / Livro A 1

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Osmar Trindade (Vice-Presidente), Marcelo Lopes (Secretário), Luís Cláudio Cunha, Jorge Olavo de Carvalho Leite, Carlos Karnas, Antonio Oliveira, José Guaraci Fraga, Maria da Graça Seligman, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Bastos, Edgar Vasques (Conselheiros de Administração), Hélio Gama, João Borges de Souza, Agnese Schiffino, Carlos Dorneles, Pedro Maciel, Paulo Burd (Conselheiros Fiscais), Jorge Polydoro (diretor-superintendente), Adélia Yates Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Affonso Ritter, Angela Riccordi, Antônio Brito Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson de Oliveira, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Osmar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Sérgio Becker, Antonio Gonzales, Carlos Mossmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski, Iara Schilling Pereira, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Silvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gomercindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olívio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Totiello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebês de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neusa Tasca, Otilia Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neuza Maria Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockymann, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cintia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladymir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebês Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Jorge Gallina, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ênio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luís Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Verissimo, José Luiz Goulart Prévidi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zorano Sanvicente, Riomar Bêssio da Trindade, Rômulo Krafta, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coleno, Juvenal B. da Luz Neto, Juan Carlos Gomez, Luiz Recena Grassi e Ariosto Teixeira.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

Em outubro de 1976, este jornal apareceu pela primeira vez nas bancas do Rio Grande do Sul, com uma pequena tiragem de 3 mil exemplares. Hoje — um ano e cinco meses depois — estamos multiplicando por dez a nossa tiragem e chegando em todas as cidades importantes do país.

É lícito, portanto, que se repita um trecho da nossa primeira nota, onde explicávamos a nossa origem. Dizíamos então:

"Este jornal, de nome um pouco estranho, pertence a 300 jornalistas gaúchos. De uma certa forma, ele é o primeiro resultado de um trabalho que começou há dois anos, quando um pequeno grupo de profissionais da Imprensa fundou a Coojornal **— Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.**

Nestes dois anos, a Cooperativa gastou suas energias tentando dar forma a uma idéia que no início soava um tanto romântica: envolver um bom número de jornalistas numa empreitada que, além de muito trabalho, exigiria um pouco do escasso dinheiro de cada um.

Havia experiências fracassadas. Havia o proverbial espírito, digamos, dispersivo da categoria e havia, como há, uma realidade, segundo a qual, o Jornalismo é um subproduto de gigantescas empresas industriais-comerciais.

Mas a Coojornal **tomou corpo. Fazendo jornais e revistas para empresas, para times de futebol, para entidades de classe, para cooperativas, foi crescendo e ganhando confiança no meio jornalístico.**

Hoje com um número de sócios cinco vezes maior do que quando foi fundada, ela pode colocar o seu primeiro jornal nas bancas."

Na verdade, aquela primeira edição de outubro de 1976 não era propriamente um lançamento, pois o Coojornal **já circulava há um ano como boletim, distribuído a 4 mil profissionais e estudantes de Comunicação. E foi para as bancas dado o crescente interesse dos leitores.**

Assim como hoje, quando ele inicia uma nova etapa, passando a ter uma distribuição regular em todo o país, através da Distribuidora Superbancas, do Rio de Janeiro.

• • •

Alô, alô, leitor Px8-0328, de Manaus. Recebemos seu pedido, sua Assinatura já foi providenciada (O Px8-0328 é um radioamador de Manaus, que nos fez um pedido por rádio, através de um colega de Porto Alegre — o Px3-1.364 — mas esqueceu de dar o seu nome e passou para os registros do departamento de assinaturas em código).

• • •

Nesta edição voltamos a um tema que nos toca muito diretamente: o Cooperativismo. Na página 22, está uma tentativa de discutir as questões mais importantes do ramo mais rico e mais forte do cooperativismo brasileiro, o das cooperativas de trigo e soja do Rio Grande do Sul.

Nem todo o ato de colaboração entre indivíduos constitui necessariamente uma associação, já se disse. Uma mera soma de forças está aquém de uma verdadeira união. Não é tampouco pelo simples estatuto jurídico que uma associação se distingue do agregado.

A união pressupõe uma obrigação contraída e se realiza quando esta obrigação é efetivamente cumprida por cada um. O cooperativismo ainda carece destes componentes.

O Editor

Tiragem desta edição: 31 mil exemplares

EDGAR VASQUES

Bom isso

Ao renovar minha assinatura, gostaria de parabenizar a equipe do *Coojornal* pelo excelente nível dos depoimentos, que nos proporcionam momentos de incrível leitura.

Marco Aurélio de Menezes, Santa Maria, RS

Futilidades fora

Nos dias de hoje, quem dispõe de pouco tempo para manter-se informado precisa cada vez mais selecionar os veículos de informação, a fim de não ficar lendo notícias fúteis, e sim ler opiniões e argumentos que permitam a formação de opiniões próprias, precursoras de soluções de mais paz para o mundo.

É por isto que agora estou assinando o *Coojornal*. Gostaria de dizer também que fico feliz em saber que o meu estado possui gente capaz de fazer uma publicação tão madura como é o *Coojornal*.

Ernani Sartori, João Pessoa, PB

A cavalo no céu

Não vi, como certo escritor de São Paulo, nenhum *bispo voador* na pessoa de Dom Tomás Balduíno, bispo de Goiás Velho, acusado por alguns reacionários de causar torcicolos nos seus assistidos espirituais que, cansados de tantas ausências do pastor, passam horas a contemplar os céus à espera do aviãozinho de sua Excelência Reverendíssima.

Essa ironia de alguns desafetos não tem fundamento. Qual nada! O pequeno "Oscar", para os menos entendidos, não passa de um monomotor de pequena autonomia, dois lugares, pobre de rádio e de conforto. É um cavalo-de-pau aéreo, como o apelidei.

Muito antes de andar pela Amazônia de avião, Dom Balduíno já cortara o interior do Pará em lombo de burro, de canoa e a pé, desincumbindo-se da *desobriga* anual nos vilarejos da região. Só em Conceição do Araguaia, no Pará, uma cidade até bem pouco apenas alcançada por avião, ele passou oito anos.

É muito fácil menoscabar (como dizem os nordestinos) o que não se conhece ou o que se detesta por "ouvi dizer". Já em 1969, voando num Cessna 149 metálico, dois lugares, Dom Balduíno teve pane total de motor e quase entregou a alma a Deus. *Tivesse morrido naquela ocasião, é certo que muita gente não teria assunto para suas verrinas e filípicas.*

Tive a satisfação de viajar com Dom Tomás Balduíno no seu "Oscar" pelo Mato Grosso e Goiás. Não vi nele, em absoluto, a figura do demônio, como o quer o bispo de Diamantina, mas sim a de um homem preocupado com a sorte dos que vivem naquela região, índios e brancos — brancos modo de dizer.

Seu avião, amiúde, é usado como ambulância. Retira-se um banco e coloca-se a pequena maca. Tem sido a salvação para a vida de muitos sertanejos. Isso não se registra! Muitas vezes, pequenas pistas nos cerrados são abertas em horas para a descida de "socorro". Soube que dezenas de vezes ele ficava sobrevoando o local por 20, 30 minutos, até que a pista ficasse limpa, os tocos removidos. Eram missões de busca e salvamento de doentes em regiões perdidas do Araguaia e agora de Goiás Velho, um município imenso.

Como em Goiás Velho não há outro avião, de quando em vez ele faz vôos particulares para pessoas da região, o que não implica em turismo. Afinal, só quem não conhece o Brasil Central pode chamar de luxo, turismo, uma viagem de avião por aquelas bandas.

Não podia me acovardar e deixar o leitor sem esta informação. É uma injustiça desconhecer o trabalho desse goiano de Posse, cuja vida há 29 anos (desde 1949) tem sido ajudar a população pobre da região.

E concluo dizendo: o avião de Dom Tomás, presente de amigos de São Paulo, não é luxo, sim um *cavalo de serviço, montaria aérea a serviço de tantos marginais sociais* que os seus detratores insistem em desconhecer. É muito fácil dominar o vernáculo, ser mestre da ironia, citar em japonês e *urdu* para esconder a verdade...

Bom pouso, Dom Tomás!

Jorge Baleeiro de Lacerda, Francisco Beltrão, PR

CARTAS

Brizola, de Paris

Aí vai uma entrevista com Brizola, difícil de fazer: fiquei dois dias e meio atrás do homem, até que consegui. Penso que não entra em conflito com a entrevista anterior publicada pelo *Coojornal* e feita pelo Afonso Ritter, a qual Brizola gostou muito. Aliás, vocês precisam ver o prestígio do *Coojornal* aqui nos meios políticos. Ele é considerado o melhor nanico do Brasil, pela colônia brasileira.

A primeira vez que vi Brizola foi em 1961, no Banhado do Colégio, município de Camaquã. Ele estava cercado por milhares de camponeses que pediam terra. Menina, vestido branco e fita no cabelo, eu era uma das crianças que saudava o Governador no coreto oficial, acenando uma bandeirinha verde-amarela.

Quase vinte anos se passaram.

A segunda vez que vi Leonel Brizola foi nesta fria tarde de fevereiro, na *Gare du Nord,* em Paris. Com Neuza, ele desembarcou de um trem procedente da Holanda. Dos degraus que conduziam ao cais até a comitiva foram poucos passos sobre a neve que se fundia ao contato de nossos pés. Brizola sorria e um dos primeiros comentários que fez, depois de ter saudado à dezena de pessoas que o esperava, foi de que há 20 anos não vinha a Paris.

Comparar os dois Brizolas? Não é possível. A não ser um vago apelo, num espaço reduzido de memória subjetiva. Não há lugar para comparações entre o mito revolucionário de minha infância, o homem da Legalidade, "o Governador" e o Brizola que ressurge depois de 14 anos de exílio. Como todos de minha geração, que foram isolados da história, eu desconheço o fenômeno Brizola. O que sei dele são tiras rasgadas de uma lembrança mística e romântica, que nem estimulada foi porque também os mitos nos foram proibidos.

Durante dois dias e meio segui este homem de perto. Tratei de passar todos os momentos livres com ele, no bar do hotel Royal (um modesto hotel do *Boulevard Raspail*) onde era constantemente solicitado pela comunidade brasileira refugiada na França. E também na Argélia. Miguel Arraes e Maurílio Ferreira Lima passaram longo tempo com Brizola, a maior parte em conversações privadas. Conversou muito também com Therese Equyenne e Antoine Blanca, membros do alto secretariado do PS francês.

Procurei ouvi-lo atentamente e até mesmo provoquei lembranças do episódio Banhado do Colégio. Então, diante de todos, buscando quase sempre os olhos de Arraes, ele falou longamente desta história. O que buscava sobretudo era ouvi-lo porque, na posição de jornalista, minhas perguntas pareciam suspeitas. Aliás, foi o que aconteceu. Cada vez que ele sentava para o cafezinho, verificava antes se o gravador estava ligado. Cada vez que o fotógrafo preparava suas máquinas ele mandava "baixar o armamento". Mas a entrevista para o *Coojornal* estava prometida. O importante era não deixar escapar o momento em meio às inúmeras solicitações de amigos, antigos companheiros políticos e jornalistas (brasileiros e franceses) que insistiam numa coletiva.

Quando finalmente concedeu a entrevista, só não quis falar sobre a candidatura Magalhães Pinto. Mas no dia seguinte ele declarou:

— **A candidatura de Magalhães Pinto vem representando uma grande contribuição ao processo de redemocratização do Brasil. Isso criou um debate em torno de muitas questões, um episódio que possivelmente tenha sua repercussão na área que apóia o sistema. Dada a sua procedência o Senador tem muito a esclarecer sobre aspectos da vida brasileira. Sua candidatura deve ser encarada como uma espécie de discordância na área política brasileira.**

Brizola com Neuza, e com Therese Equyenne e Antoine Blanca, do PS francês

Da Holanda, de trem, até Paris, com neve e frio

Moderado nas suas respostas, pedindo tempo para pensar, o *Governador* (aliás, *Monsieur le Gouverneur* foi o tratamento usado todo o tempo pelos jornalistas franceses) mostrou-se um homem lúcido e objetivo nesta sua rápida passagem por Paris. Por mais que se procure, nenhuma característica em sua personalidade corresponde à imagem do "agitador" que foi inculcada à geração pós-64.

E, se me perguntarem quais foram as impressões que este homem me deixou, depois deste rápido convívio em Paris, diria que as impressões da jornalista são quase as mesmas da menina de Camaquã diante do grande orador: dignidade, respeito, admiração. E um certo carisma, um certo magnetismo pessoal que jamais encontrei nos homens políticos brasileiros depois que fiquei adulta.

Vamos à entrevista.

— **Depois de todos estes contatos com a Social Democracia européia, passando por Portugal, Alemanha, Holanda e agora França, a que resultados chegou o senhor? Poderia fazer um rápido balanço desta viagem?**

— Desde que saí do Uruguai, através de um episódio que não foi provocado por mim, me tracei o próposito de realizar o que estivesse a meu alcance em benefício de uma transição para o nosso país. Entendo que o nosso país necessita conseguir uma transição. Sair da situação em que se encontra para um convivência de acordo com as suas aspirações, sair de um regime discricionário para um regime de livre convivência, para a ordem democrática.

Eu mesmo muitas vezes me perguntei o que poderia fazer, o que poderia dar. Numa determinada oportunidade cheguei a declarar que ia fazer como disse certo poeta: "Fazer caminho no andar". Tratei de ir buscar contatos com nosso compatriotas que se encontram no exterior, atualizados com respeito à situação de nosso país. É isto que ando fazendo, de um país para outro, trocando idéias com compatriotas exilados, especialmente recolhendo suas opiniões, buscando relacionamento no exterior, contatos com personalidades e instituições, querendo com isso conquistar compreensão para os problemas da realidade brasileira e para nossas próprias aspirações.

Nesta altura eu me considero muito satisfeito e confortado. Primeiro, entre os brasileiros que se encontram no exílio, criou-se um clima de verdadeira abertura. Um clima favorável ao diálogo e ao entendimento. Há um amadurecimento que atingimos, o que consideramos adequado e conveniente para nosso país. Todos nós fizemos revisão com respeito aos nossos princípios. Todos nós nos atualizamos. Revisar não quer dizer contradizer-se. Toda pessoa inteligente, todos os dias se possível, aperfeiçoa o seu pensamento. Todos os dias reestuda, sempre no sentido construtivo. É o que tem acontecido com todos nós.

— **E como o senhor explica este alinhamento com a Social Democracia?**

— Não há propriamente alinhamento. O que ocorre é um esforço pelo relacionamento nosso com a sociedade européia. Nós, da América Latina, historicamente temos aqui parte de nossas raízes. A Guerra nos bloqueou em relação à Europa e o pós-guerra representou a continuidade deste bloqueio. Os povos europeus se ocuparam de sua própria reconstrução. Agora criou-se uma nova oportunidade histórica para que este relacionamento se restabeleça, com enorme profundidade. Os contatos que fizemos com a Social Democracia estão inscritos neste contexto. Me sentirei profundamente feliz se estes contatos puderem produzir resultados. É uma fase de reconhecimento, de informação. Este convite que recebi para assistir a reunião dos partidos socialistas e da Social Democracia européia foi para mim uma oportunidade muito interessante. Tive oportunidade de trocar idéias com muitas delegações, não apenas sobre os problemas que nos preocupam hoje, mas também sobre a visão que têm de nossos problemas.

— **Volto a insistir sobre a pergunta: por que o PS e a Social Democracia? Por que não a união das esquerdas? O Eurocomunismo? Causa surpresa o senhor se voltar para o socialismo e não para o comunismo.**

— Nós, no Brasil, vivemos, até 64, um período complexo e difícil. Depois de 64 não houve mais polêmica nem debate. Todas as afirmações eram dirigidas. Tudo que disseram sobre a minha pessoa depois de 64 eu não podia contradizer, nem sequer prestar um esclarecimento. Já disse que antes de 64 houve um período complexo e confuso, um esforço imenso no sentido de criar um clima de histeria coletiva que objetivava levar nosso país a uma situação propícia para a ocorrência de 64. Em meio a este período em torno da minha pessoa criaram-se confusões deliberadas. Quem, por exemplo, dissesse ou adquirisse a convicção de que eu estava no campo comunista não só estava como esteve inteiramente equivocado. Eu não sou marxista. Nunca fui marxista. Nunca fui comunista, nem tinha contato com o Partido Comunista. Não quero dizer que eu não fosse um lutador extremado pela soberania de nosso país, pela sua emancipação econômica, pelas alterações estruturais que nosso país necessita para que se crie uma realidade de justiça social. Nunca aceitei as duas pontas do dilema de que quem não está com os Estados Unidos está com a União Soviética.

Eu era filiado ao PTB, que tinha um programa elaborado em 30 anos de luta. De modo que isto foi uma confusão deliberada. No Brasil criaram um clima em que quem defendia reformas sociais, soberania e interesses do povo logo era pixado de comunista. Isto fazia parte do esforço realizado para criar um clima de confusão e histeria anticomunista para levar ao golpe. Vocês, da nova geração, têm que estudar aquele passado. Têm que fazer memória histórica.

Quando cheguei a Nova Iorque me perguntaram onde me situava. Disse que estava onde sempre estive. O PTB, pelo seu programa até 64, era uma corrente política que se situava dentro dos parâmetros da Social Democracia. Evidentemente, existem nuances. O PTB — seria interessante que vocês conhecessem o programa do PTB naquela época — era o único partido que se definia concretamente diante dos problemas do país. Foi a espinha dorsal de todo um movimento popular. E creio que ele esteve bem ajustado com as aspirações do nosso povo.

— **Sobre a formação de um partido socialista e de um partido trabalhista, o senhor acha que haveria espaço político para os dois, ou ambos seriam sintetizados numa só corrente?**

— Existe um fascínio de muitas áreas respetáveis pela idéia de um Partido Socialista. Aí se encontram grandes valores. Substancialmente não há nada de profundo que separe estas duas áreas. Eu me tracei esta tarefa — de contribuir para que haja uma confluência entre estas duas tendências — para que possa surgir uma grande força popular que seja expressão do nosso povo. Esse é um tema que está aí, na preocupação de todos, com antecipação do que será nosso país num clima de liberdade e de franquias para poder organizar-se em partidos.

O que temos de fazer no momento é um esforço conjunto e adequado para conquistarmos as liberdades. Convencer os emperdenidos de que nosso povo tem maturidade, que a tradição secular de nosso povo é de regime democrático, que o nosso povo tem liberdade para autoderminar-se — tudo porque vem-se criando esta convicção contrária, de que nosso povo não tem condições de viver democraticamente, que necessita meia democracia, "democracia relativa" Mas a história demonstra o contrário. O argumento de que vivendo sob um regime democrático, nosso país foi conduzido a um estado de confusão e de caos, daqui por diante não impressionará mais ninguém. Nem mesmo as nações culturalmente mais adiantadas resistiriam às pressões e aos manuseios que foram feitos naqueles anos anteriores a 64, com o propósito de criar o clima que antecedeu o golpe de estado.

Há uma aspiração legítima e uma realidade que é o PTB. O trabalhismo tem um lastro histórico importante vinculado às lutas do nosso povo. Eu me impus o propósito de fazer um grande esforço no sentido de que estas duas áreas acabem confluindo numa grande corrente. Poderia surgir um PS rico de quadros e um PTB imenso, com muitas limitações em matéria de quadros. Como deva ser o PTB será um problema a ser discutido no Brasil. Tenho fé que possamos surgir qualitativamente muito melhor do que fomos. Não pretendo diminuir a trajetória de 30 anos de luta. O PTB foi produto de nossa realidade. Acho que o PTB, como bom vinho, depois deste período de decantação, de repouso forçado, vai ressurgir melhor do que nunca. Esta é a fé que tenho. E a esperança também.

— **O senhor propôs uma Assembléia Constituinte mais de uma vez: em 61, com a renúncia de Jango, e em 64, por ocasião das reformas de base. Neste momento também?**

— Sim, considero que nosso país deve começar por uma anistia ampla porque isto ▶

Nota — **As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas.**

CARTAS

representa a criação de um clima adequado ao esforço de todos pelo encaminhamento de nossos problemas. Partindo desta realidade que vivemos hoje, verificamos que, para sair do regime que vigora no Brasil, desde que estejamos verdadeiramente preocupados com os interesses do povo, o restabelecimento de um clima como este que preconizamos, de liberdades, é uma espécie de ponto de partida. Acho que a anistia terá este fim. Não é para beneficiar milhares de um lado e de outro, mas para beneficiar milhões de brasileiros.

Eu volto a insistir que uma Constituição, para ser legítima, necessita da participação de todos. E esta participação só será possível através de uma anistia ampla e universal, para eleger-se depois uma Assembléia Constituinte livre e soberana. E se for empecilho para esta anistia, repito mais uma vez: eu dou minha palavra e prometo não me envolver em nada.

Zélia Leal, Paris, França

Cuidado, gente

Continuo lendo com crescente interesse o *Coojornal,* mas, às vezes, o jornal consegue me decepcionar. Na última edição (nº 25), por exemplo, encarei como uma patada aquela última reportagem sobre a democracia e os militares. Parece-me muito mais uma tese acadêmica, com sua linguagem embolorada e pernóstica, do que uma reportagem digna deste jornal. Continuem, mas lembrem-se de que o saco do leitor, às vezes, não resiste.

Armindo de Oliveira, São Borja, RS

Coluna Prestes

Velho militante da imprensa, antigo membro da Legião 5 de Julho e do Clube 3 de Outubro, leitor constante do vibrante *Coojornal,* envio a colaboração anexa, referente a uma grande página da história política e militar do Brasil: a marcha da Coluna Prestes.

Prof. Luiz Ignacio Domingues, Coelho da Rocha, RJ

Aula de história

O último *Coojornal* (nº 25) é muito importante do ponto de vista histórico. Vejamos.

1. *A guerra dos braços cruzados.* Foi a primeira greve no Rio Grande do Sul (em 31-07-1917), mas não existe em nenhum compêndio, quer da história do Brasil ou do Rio Grande do Sul, qualquer referência a ela, o que é confirmado pelo professor Francisco Riopardense de Macedo, que recolheu o recorte do *Coojornal* ao Arquivo Histórico de Porto Alegre.

2. *Sobre Brizola.* Dona Eva de Oliveira foi infeliz a toda prova. Embora não partilhasse jamais das idéias do sr. Brizola, acho que ele merece o respeito a quem tem direito como criatura humana, e mais do que isso, pelas elevadas funções que exerceu neste estado e no âmbito nacional. E dona Eva, talvez frustrada, desejaria, no restaurante que ela sugeriu que Brizola abrisse nos Estados Unidos, que sua presença alegrasse as noitadas americanas...

3. *Hipólito da Costa.* Sim, é gratificante a campanha feita ao homem que muito lutou pela emancipação política do Brasil. E morrendo em 11 de setembro de 1823, em *Kensington,* subúrbio de Londres, cumpriu o "destino amargo daqueles que lutam pela grandeza da pátria e que exalam o último alento longe da terra onde nasceram", pois, como diz o poeta, "morrer longe da pátria é dupla morte".

Alfredo Clemente Pinto, em sua Selecta em Prosa e Verso, de 1925, chama Hipólito da Costa de "O Patriarca Jornalista", o que vem comprovar que o mesmo desde 53 anos atrás havia merecido o título que nós só hoje lhe concedemos.

4. *Patriarcas.* Mistificaram a História de nossa Emancipação Política e os embaixadores tiveram oficializadas as suas mentiralhas despudoradas com a aprovação de compêndios difundidores de falsidades, intoxidadores de nossa juventude. Pois vejamos.

5. *José Bonifácio de Andrada e Silva.* Foi adesista de última hora e não era partidário da Independência. É considerado o Patriarca da Independência do Brasil, mas na verdade este título cabe a Joaquim Gonçalves Ledo, que era o chefe da Campanha Brasileira.

6. *Júlio Prates de Castilhos.* Por que motivo Arthur Ferreira considera Castilhos como o patriarca — em "Ciclo Castilhista na Política Riograndense", — intitulando Júlio como "Patriarca do Rio Grande do Sul", uma vez que esse título pertencia de fato a Jerônimo de Ornela Menezes e Vasconcellos, conforme a Enciclopédia Riograndense, página 154, desde os idos de 1730?

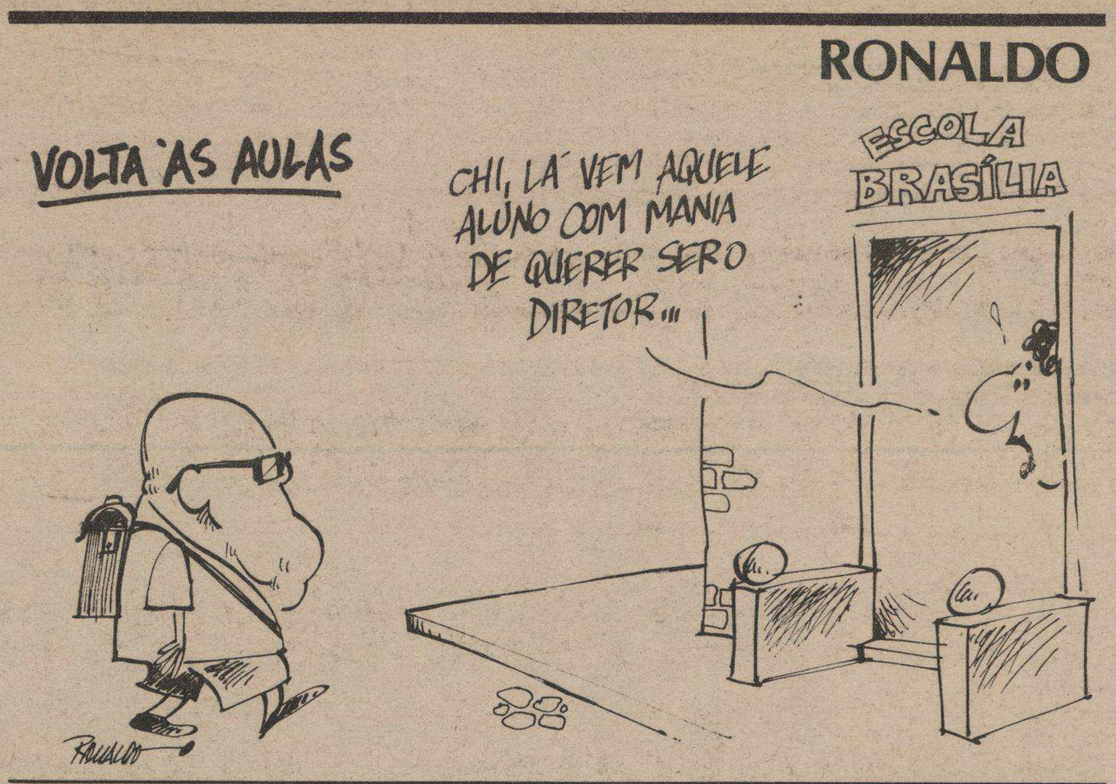
7. *Os Muckers.* Ressurgem das cinzas e os cadáveres rendosos — como foi o de Euclides da Cunha — começam a apresentar escritores de todos os matizes, ora atacando, defendendo, justificando, ora se desculpando, como escreve o Pe. Arthur Rabusch S. J., depois de 100 anos que um seu colega escreveu "por ouvir dizer". Telmo Müller, na apresentação de *A nova face dos Muckers,* diz que os filhos não são culpados dos erros dos pais, mas levou — como historiador que é, professor e entusiasta pelo museu de São Leopoldo — muito tempo para lembrar-se disso. Grande é a bibliografia e nem Gustavo Barroso escapou de, em *O Mistério do Sangue,* escrever na História Secreta do Brasil: "O fim não era político; era antes de caráter religioso, de fundo judaico, destinando-se à criação de uma célula propulsora de descristianização", o que foi lamentável por se tratar de um escritor de tamanha envergadura, inimigo, porém, dos judeus e da maçonaria.

8. *Estrangeiros no RS.* Inúmeras obras foram escritas sobre a imigração alemã no RS, e o sesquicentenário comemorado há pouco foi fértil em "escritores" que, com suas monografias, nos legaram verdadeiras "preciosidades". Por exemplo: Cláudio Moreira Bento teve sua monogràfia premiada embora cheia de erros históricos como este: "Dom Pedro II, o teuto-brasileiro, era neto de Guilherme II, Imperador da Alemanha". Tal monografia, incrível, confunde Francisco José I, Imperador da Áustria e rei da Hungria e da Boêmia, pai de dona Leopoldina, com o "fujão" Guilherme II, da Alemanha, morto recentemente. A história do Brasil e do RS está muito bem escrita ultimamente...

Peço escusas pela extensão desta, mas rogo aos que porventura contrariarem o que foi acima escrito, lembrarem-se de que H. Taine declarou:

"Que importa as investidas e as sentenças da crítica oficial? Em nossa história, mentiras há que cumpre destruir; falsos heróis há, envoltos em glórias, e grandes franceses esquecidos... Escrevo, exponho, dedicando-me ao estudo, investigando. Faço história com os documentos na mão: que me respondam destruindo as provas apresentadas." (Em "Ma Défense").

Wilmar Lutz Farias, São Leopoldo, RS



Até na Amiga!?

Olha aí, a Cooperativa que vocês fizeram já serve até de tema de fotonovela. Foi uma filha minha que me chamou a atenção para esta revista *Amiga* do mês de fevereiro, que narra a história de um grupo de jovens recém-formados em Jornalismo e que está meio apavorado com a pobreza do mercado de trabalho. Este problema acontece em todo o país, é?

Francisco de Paula, Morro dos Conventos, SC

Carná maravilha

Leio sempre o *Coojornal* e é com certa ansiedade que o aguardo. Acho-o maravilhoso, preenchendo todas as necessidades do leitor. Lendo a crônica do Luis Fernando Veríssimo (*Coojornal* nº 25) fiquei pensando sobre como é maravilhoso o "carnaval".

São quatro dias de folia, de esquecimento: você tem que esquecer de tudo e dançar e beber até cair no chão. O desfile das escolas, as fantasias lindas, feitas durante o ano todo — fiquei pensando: que trabalho eles têm para fazê-las. Primeiro é preciso imaginar um tipo; depois compram os panos, mandam matar alguns pássaros (como se tivesse muitos) e, então, a arte final: "costuram".

Como é maravilhoso o "carnaval". Enquanto você está lá se divertindo, milhões de pássaros estão sendo mortos e, por que não dizer, também pessoas estão morrendo — de fome.

No outro dia, sai no jornal: 500 mil pessoas mortas. De quê? Fome. E 500 mil pássaros mortos. E você pergunta: será que morreram de doença? Não. Assassinados. E você nunca vai esquecer como é maravilhoso o "carnaval".

Olga M. Raffaelli, Itaim, SP

Transaonde?

Tenho acompanhado de perto, desde o começo do ano passado, todo o processo de evolução do *Coojornal.* Vejo-o, por vezes, ousado, e isso leva-me a um interesse de não ficar apenas como leitor. O desejo de participação surge quando existe espaço para isso.

Por tudo isso, gostaria de fazer uma sugestão: será que dá para vocês fazerem uma reportagem sobre a Transamazônica? Seria oportuno desmascarar, se for o caso, um dos baluartes da propaganda do "milagre brasileiro". Até agora a estrada não saiu, e o que é mais engraçado e estranho: estancou-se inclusive todo o esquema de propaganda.

Hélio dos Santos Filho, Niterói, RJ

Nota da Redação: *Obrigado pela sugestão.*

Brisa fresca

Congratulo-me com vocês pela brisa fresca e restauradora que trazem à expressiva porção de brasileiros que lê o *Coojornal.* E cumprimento também por terem conseguido alçar um degrau acima à sofrida dignidade do nosso jornalismo.

Goossen Carlos Groenendal, Ijuí, RS

Pobre consumidor

Quero levar também ao conhecimento de todos a sugestão que encaminhei ao coronel Ivo Lopes Ferreira, delegado regional da Superintendência Nacional do Abastecimento. É meu desejo, unicamente, colaborar com nosso país, cuja imagem vem sendo torturantemente desgastada no exterior, em vista das discrepâncias que ocorrem no âmbito interno.

Uma das maiores, senão a maior preocupação nacional atualmente é a inflação. O Governo Federal mostra-se preocupado em debelar essa praga que se abate sobre a economia nacional, causando perdas e danos irreparáveis. Porém, suas campanhas são feitas e dirigidas para a massa popular, a quem o Governo tenta, erroneamente, atribuir a culpa pela inflação.

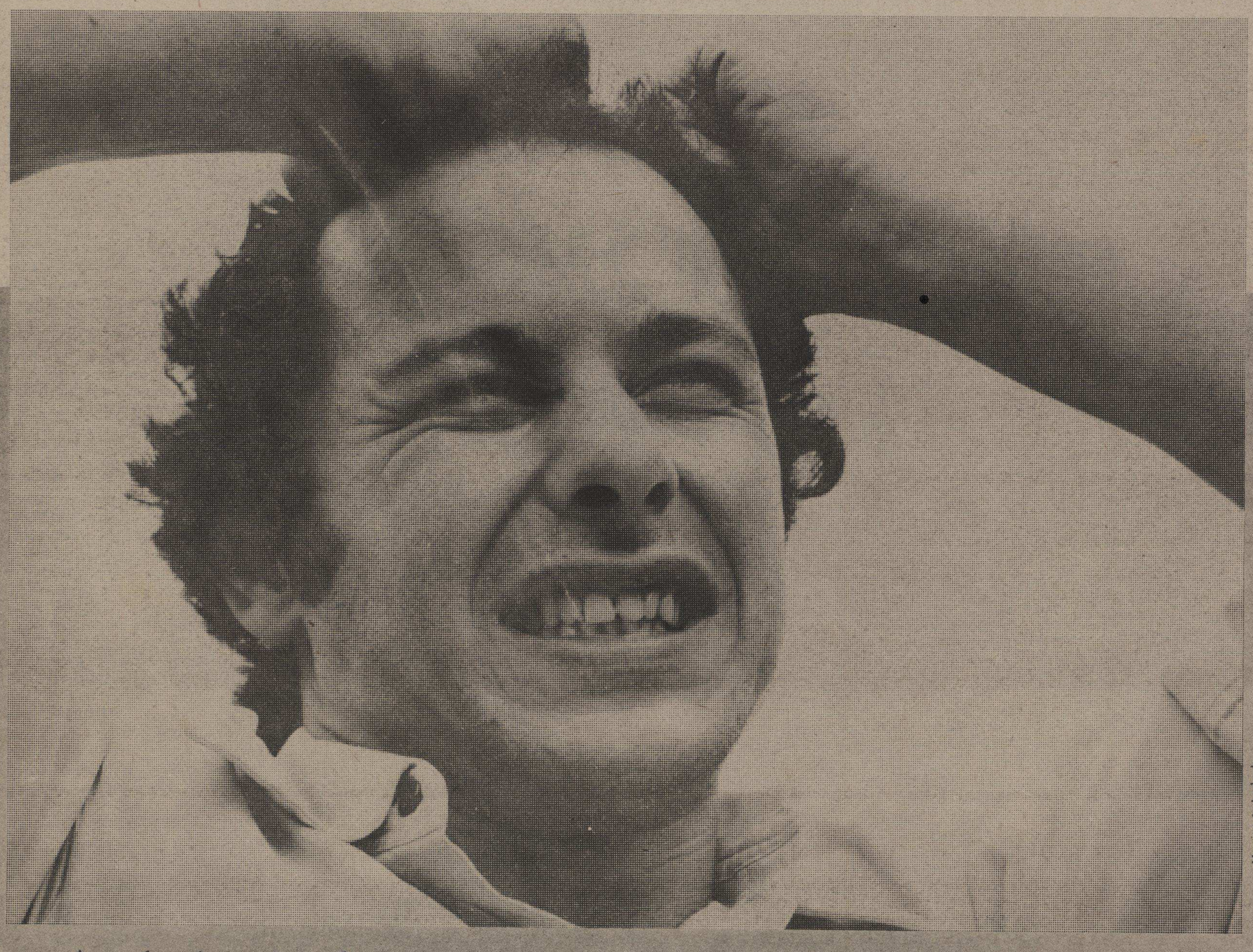
Bem, no caso que relato ao delegado da Sunab(1), fica explícito que, se houvesse o ressarcimento de que falo, o consumidor não teria, em última análise, sido lesado. Não havendo o ressarcimento, em termos de combate à inflação nada se fez, exceto encher os abarrotados e abastados cofres da Sunab, que vêm multando comerciantes larápios em alta escala.

O ressarcimento dos prejuízos acarretaria a formação mais homogênea de uma conscientização em torno do problema que é o combate à inflação e serviria como uma potente arma no combate à inflação, pois todo cidadão se dispõe a colaborar se tiver a certeza da existência de mais justiça.

Eduardo Barbosa Bastos, Porto Alegre, RS

(1) *O leitor relata o caso de dois casais e um rapaz que pagaram Cr$ 250,00 por cinco Pepsi-Colas que tomaram na Boate Dragão Verde, em Porto Alegre. A denúncia foi feita à Sunab que autuou a boate, mas o leitor sugere que, além da multa, todo comerciante infrator seja obrigado a pagar também o valor cobrado em excesso do consumidor. E este valor seria repassado ao consumidor, "estando, então, a justiça plenamente aplicada, posto que o cliente, deste modo, terá visto valer o seu direito de pagar somente o preço de tabela por aquilo que pediu, e não ser obrigado a pagar a mais e, mesmo reclamando, não reaver seu dinheiro".*

Se o motor elétrico do seu equipamento não é Eberle, um dos dois já deve estar de cabeça quente.



Martins & Andrade

A sobrelevação de temperatura (Δt) de um motor elétrico, não pode ultrapassar, sob hipótese alguma, os limites permitidos pela classe térmica dos materiais utilizados na sua construção. Não na sua carcaça, mas lá dentro, no coração do motor.

Esta recomendação técnica, na Eberle, é cumprida na íntegra. Sem subterfúgios.

Se você não pretende ficar quente da cara tão cedo com seu motor, escolha Eberle. Motores elétricos construídos para durar.

O CORAÇÃO DOS MELHORES EQUIPAMENTOS

EBERLE

2 anos de garantia

METALÚRGICA ABRAMO EBERLE S.A.
Conheça mais sobre os motores Eberle dirigindo-se para:
Fábrica 3 - BR-116 - Km 126
End. Telegráfico EBERLE - Fone: 21-1211
Telex n.º 0542 155 MAEB - BR - Bairro São Ciro
CEP 95.100 - Caxias do Sul - RS
ou para a Agência Eberle da sua cidade.

Silvino Jaques, o bandido

O advogado João José Leite, um dos raros intelectuais de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, está preparando um documentário cinematográfico de 20 minutos sobre Silvino Jaques, um bandido social que agiu no sul do Mato Grosso entre 1930 e 1935.

Pouca gente sabe da história de Silvino Jaques, um gaúcho de São Luiz Gonzaga que fugiu da polícia gaúcha após praticar um crime de sedução na região da fronteira, onde trabalhava como peão de estância. Bom cavaleiro, Silvino Jaques foi parar perto do Pantanal do Mato Grosso. Ali, após organizar um bando de 15 companheiros, passou a roubar fazendas. Seu estilo era o seguinte: apresentava-se ao dono da fazenda, exigia dinheiro, cavalos e reses, os quais distribuía entre os companheiros e os habitantes pobres da fazenda. Carneava um boi para regalo do bando, churrasqueava e tocava violão. Feita a festa partia para novo assalto em outra fazenda.

Durante cinco anos, Silvino Jaques fez das suas numa área de 300 quilômetros quadrados, onde hoje se encontram os municípios de Bela Vista, Bonito, Ponta Porã, Jardim e Murtinho. Nos primeiros tempos, Silvio Jaques foi tolerado pelos fazendeiros. Certo dia, em Ponta Porã, ele matou um criador importante, membro da família Santos e passou a ser perseguido. Matou também os perseguidores. Os fazendeiros para salvar a honra, e evitar novos prejuízos, passaram a organizar patrulhas de peões para caçar Silvino Jaques e seus comparsas. Como as patrulhas não obtinham sucesso, o Governo do estado organizou milícias civis remuneradas para dar caça ao bandido. A saga de Silvino Jaques só terminou em 1935, quando o presidente Getúlio Vargas mandou um destacamento de três mil soldados para exterminar o bando do Lampião mato-grossense. A poderosa força federal era chefiada pelo general José Pessoa, cujo ajudante de ordens era o hoje historiador, Nelson Werneck Sodré, que fala de Silvino Jaques em seu livro *Memórias de um Soldado* — ao que se sabe esta é a única referência escrita existente sobre o bandido Silvino Jaques. O resto que se sabe sobre ele permanece na memória do povo da região.

Silvino Jaques morreu em 1935. Não foi morto pelas forças federais do general José Pessoa, mas por uma patrulha dos peões do fazendeiro Santos, que pegou Silvino Jaques de tocaia. No povoado de Aurora, no município de Bonito, velhos peões de 70 anos ainda recordam a cena final da morte de Silvino Jaques: houve disputa pelo cadáver do bandido. A patrulha do fazendeiro Santos queria levar sua cabeça como troféu para Ponta Porã, mas o fazendeiro em cujas terras morreu Silvino Jaques exigiu que o corpo todo fosse enterrado em Aurora. Ali existe de fato um túmulo com o nome do bandido. Não obstante, em suas pesquisas para levantar a história de Silvino Jaques, o cineasta amador João José Leite encontrou alguns velhos peões afirmando que o bandido não morreu, mas voltou são e salvo para sua terra de origem no Rio Grande do Sul. Se estivesse vivo, Silvino Jaques teria hoje pouco mais de 70 anos de idade.

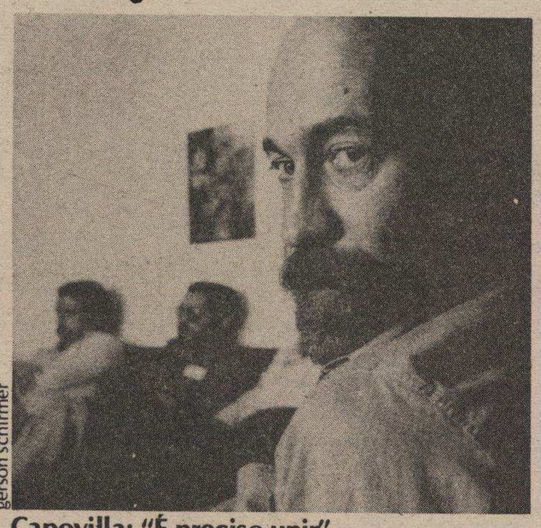
Geraldo Hasse

Cinema em cooperativa

O cineasta Maurice Capovilla, durante a realização do VI Festival do Cinema Brasileiro de Gramado (20 a 25/02), revelou que é idéia de um grupo de diretores a fundação de uma Cooperativa visando "fortalecer o trabalho dos realizadores brasileiros". A iniciativa começou a ser estudada há um ano, em São Paulo, e da sua discussão participaram, entre outros, Zelito Viana, Geraldo Sarno, Cacá Diegues, Joaquim Pedro de Andrade e Leon Hirschmann.

Na ocasião, inclusive, foi redigido "um esboço de carta de organização". Capovilla afirma que os cineastas estão encontrando muita dificuldade na legalização de uma Cooperativa em função da própria legislação existente atualmente no país: "Nós teríamos que ser supervisionados pelo Incra, o que é um absurdo. Então, estamos estudando a idéia de propor que a Embrafilme se qualifique e passe a nos fiscalizar".

Segundo ele, "um dos papéis principais da futura cooperativa seria o de unificar a administração e distribuição dos filmes.

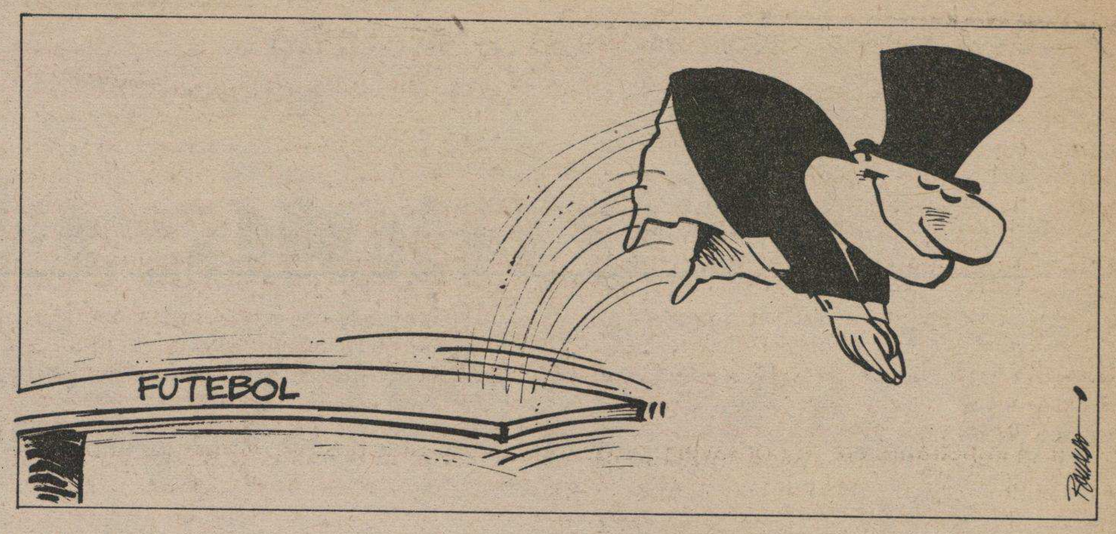


gerson schirmer

Capovilla: "É preciso unir"

Nós, isoladamente, somos muitos frágeis. Cada diretor, hoje em dia, tem uma pequena empresa produtora. Então, se nós reuníssemos tudo, já começaríamos com, por exemplo, estúdio de som, equipamentos, etc". Ainda de acordo com Capovilla, os diretores que desejassem participar poderiam doar "câmeras, moviolas, filmes virgens. Tudo pode entrar como quota da Cooperativa".

(Manuel Canabarro)



Futebol: os lucros da paixão

O que leva um homem de empresa a lutar tanto pela direção de um time de futebol? Num país em que a classe empresarial é fonte tradicional de onde saem numerosos dirigentes esportivos (o próprio presidente da Fifa, João Havelange, é presidente da Viação Cometa) esta pergunta tem sido respondida de muitas maneiras.

Raramente, no entanto, temos uma resposta tão sincera como a que nos dá Edmundo Lambertucci, diretor do Cruzeiro de Belo Horizonte. Diz ele:

— **Eu sou apaixonado pelo Cruzeiro, mas fui duplamente recompensado. Vi meu clube crescer e virar um mito no mundo inteiro e fui amplamente recompensado com a promoção pessoal. Durante muito tempo meu nome apareceu quase que diariamente nos jornais. Quanto eu teria que pagar no Estado de Minas, principal diário de Belo Horizonte, para ter meu nome publicado uma dezena de vezes numa só edição?**

Certa vez, a manchete de um jornal paulista dizia que o ex-jogador Ditão tentara matar Lambertucci. Mas a notícia, segundo ele, era incorreta, pois ele tentara matar o sogro. No dia seguinte, o diretor-empresário recebeu telefones e telegramas de todas as capitais do país. Outro exemplo?

— **Quando fui com o Carmine Furletti conversar com o Henry Aidar, então presidente do São Paulo, e secretário de Laudo Natel, que era governador de São Paulo. Bastou que a gente se identificasse como dirigentes do futebol e logo as portas do palácio se abriram .**

O presidente Felício Brandi, do mesmo Cruzeiro, parece ser um dos empresários que mais se beneficiaram com as vantagens que o futebol oferece aos seus dirigentes. É verdade que transformou o Cruzeiro, um medíocre time que disputava o oitavo lugar no campeonato mineiro, em vice-campeão do mundo, campeão da Taça Libertadores das Américas e dono do invejável patrimônio de mais de Cr$ 500 milhões. Mas nada disso foi de graça, é claro.

Quando ele começou a dirigir o clube, em 1959, possuía apenas uma fábrica de macarrão. Hoje possui um enorme moinho de trigo (Indústria Mineira de Moagem), mais algumas propriedades rurais e urbanas e só não tem um patrimônio maior devido às dificuldades que enfrentou com a Companhia Mineira de Cerveja (cervejas Ouro Branco e Ouro Fino), que acabou vendida à Cervejaria Skol/Caraku.

Não se pode desconhecer seu inegável talento empresarial, mas é evidente que a presidência do Cruzeiro lhe favoreceu os contatos com gerentes e diretores de bancos. Na época da maior crise financeira da cervejaria e de problemas com o moinho, que estava recebendo uma cota de trigo muito pequena, ele foi lamentar-se diretamente com o ex-presidente Médici. Poucos dias depois, dezenas de caminhões começaram a desembarcar toneladas de trigo em seus depósitos.

Essa facilidade para falar com as grandes autoridades do país é confirmada por Márcio Braga, presidente do Flamengo:

— **Quando vou à Brasília, fico até sem jeito: todo mundo quer falar comigo e eu não tenho tempo. Na última vez, quando fui tentar reescalonar nossas dívidas, telefonei para o Simonsen e lhe perguntei quando podia me atender; ele respondeu que estava à minha disposição. No meio da reunião, recebi um telefonema do Ney Braga, querendo falar comigo de qualquer jeito, até me esperava depois do expediente.**

Mesmo o dinheiro que Felício retirou do bolso, ele recebeu com juros que ainda hoje fazem inveja a qualquer banqueiro. Em 1961 adquiriu o passe de um promissor jogador juvenil do América Mineiro, Eduardo Gonçalves de Andrade, mais conhecido como Tostão, o mesmo que foi vendido ao Vasco, em 1971, por Cr$ 3 milhões, a maior transação do futebol brasileiro, na época. Como o passe era do próprio presidente, ele ficou com todo o dinheiro.

Para quem não tem esse tipo de talento, o maior lucro parece ser mesmo o prestígio pessoal. E Edmundo Lambertucci quem reconhece: **"Quantos concessionários de ônibus famosos existem em Belo Horizonte? Só o Furletti. Cite uma marca de macarrão fabricada em Minas que não seja a Orion (de Brandi). Quantos juízes você conhece no Rio, além do Francisco Horta? Pois é, tudo isto é promoção."**

Durval Guimarães

atendimento de problemas da infância

SAERME
Responsável Técnico: Dr. Raul Fernando Iserhard Cremers 3661
Av. Getúlio Vargas, 331 — Fone: 21-2375 — CEP: 90.000 - Porto Alegre

Aqui você encontra Coojornal

Belo Horizonte
Juiz de Fora
Florianópolis
Tubarão
Lages
Blumenau
Curitiba
São Paulo
Campinas
Santos
Vitória
Natal
Maceió
Recife
Caruaru
Brasília
Salvador
Rio de Janeiro
Niterói
João Pessoa
Fortaleza
Mossoró

Nas praias
Tramandaí
Capão da Canoa
Torres
Pinhal
Cidreira
Camboriú
Santa Teresinha

coojornal

Sindicalismo: derrotando o absurdo

Até quando um delegado do Ministério do Trabalho vai ter poder de veto contra a candidatura de um trabalhador à presidência do seu sindicato? Em Salvador, Bahia, parece haver acabado no começo deste mês de março, quando um Juiz Federal concedeu mandado de segurança ao jornalista Anísio Felix dos Santos, cuja candidatura e a de mais seis companheiros foram vetadas por Ivanilson Trindade, delegado regional do Trabalho. Para justificar o veto, Ivanilson escreveu absurdos e os encaminhou à Justiça:

"1) O impetrante era responsável direto pela publicação do pasquim intitulado O Nosso, que recebeu o rótulo de órgão oficial do Sindicato dos Jornalistas; 2) O impetrante procurava desmoralizar publicamente os empresários, atirando-os contra os empregados e expondo-os — o que é muito grave — publicamente, através da imprensa, à desconsideração pública; 3) Além do mais, eram freqüentes os comentários nos meios jornalísticos contra 'a falta de compostura e decoro' do impetrante, na presidência da entidade, onde chegou por força da renúncia dos presidente e vice, pois o mesmo costumava participar de reuniões e assembléias fora do estado, em trajes à moda *hippe*, ou seja, de chinelas, bata, peito aberto e corrente no pescoço."

E mais adiante sustentou: "Agiu, assim, esta Delegacia na defesa de um sindicalismo sadio, fonte da integração".

O Procurador da República que deu parecer favorável ao mandado reclamou do absurdo: "É chocante e aberra dos princípios norteadores do Direito, que simples suposições ou afirmações desprovidas de provas robustas possam, de plano, impedir um empregado sindicalizado de candidatar-se para concorrer a um cargo eletivo em sua respectiva associação sindical".

E o juiz José Cândido de Carvalho ensinou mais: "A Delegacia teria que argüir, objetivamente, com as restrições da CLT, ou se fosse o caso, com a Lei de Segurança Nacional ou proibição específica da própria área do Ministério do Trabalho. Agora, os fatos apontados serão alvo de julgamento dos seus pares em pleito, cuja votação há de valer como reprovação ou assentimento da classe".

Paolo Marconi

Ricardo Chaves **J.B. Scalco**

Prêmios para três gaúchos

O nono Concurso Internacional da *Nikon*, considerado o maior concurso de fotografia do mundo, premiou este ano três profissionais gaúchos: os fotógrafos J. B. Scalco e Ricardo *Kadão* Chaves, da sucursal Abril em Porto Alegre, e Firmino Chagas Costa, de Júlio de Castilhos.

Como sempre, foi para os Estados Unidos o maior número de prêmios, e o Brasil, que nos anos passados mantinha uma performance regular, colocando-se entre o quinto e o décimo lugar, este ano ficou em segundo, superando inclusive a Alemanha. Os norte-americanos tiveram 35 premiações e os brasileiros 19.

Firmino Chagas Costa ficou em segundo lugar na categoria *Cor* e J.B. Scalco em terceiro lugar na mesma categoria (uma das características do concurso é premiar 20 segundos lugares e 20 terceiros lugares). Ricardo Chaves ganhou menção honrosa também na categoria *Cor*.

Todos os premiados receberão equipamentos *Nikon* e medalhas de bronze, que serão entregues em agosto ou setembro.

Desmistificando os Farroupilhas

Um livro para desmitificar a Revolução Farroupilha, guerra que os gaúchos sustentaram contra o Império na metade do século passado, e que é símbolo da altivez e da bravura dos habitantes do Rio Grande do Sul.

Assim, o gaúcho Luiz Antonio de Assis Brasil, descendente de tradicional família do pampa, sintetiza um dos propósitos do seu romance *A Prole do Corvo*, lançado este mês pela editora Movimento, de Porto Alegre. Sua preocupação principal é mostrar o caráter não popular da Revolução e a fragilidade do decantado idealismo da maioria dos que se bateram. "Trato", diz ele, "da subserviência, do arrivismo, da ganância, do incesto, dos *estancieiros* que enriqueceram às custas da guerra, fazendo jogo duplo. E, como fato importantíssimo, a desvinculação popular em relação ao ideário do movimento revolucionário".

O romance tem dois personagens centrais: Filhinho, o jovem que vai para a guerra em seu último ano e Laurita, sua irmã, que permanece na estância. O rapaz vai lutar porque seu pai, o coronel Chicão de Paiva, não aceita mandar mais cavalos para os Farroupilhas e manda o filho como compensação. O romance termina com o fim da guerra.

Assis Brasil ressalta, no entanto, que *A Prole do Corvo* não é um romance histórico: "O que existe de histórico nele é uma mera decorrência da necessidade de estabelecer um pano de fundo e também (por que não?) dizer algumas verdades. Sei que por causa disso virão críticas azedas. Assumo-as, por isso escrevi o livro".

Uma coisa que se pode dizer, sem querer fazer "crítica azeda", é que entre os objetivos do autor e a obra há uma certa distância. O quadro social da época e as condições de vida da população não chegam a aparecer em traços nítidos. O personagem principal, Filhinho, é um homem deslocado: alienado em relação à guerra, à política e à própria vida do campo. A transformação que sofre pelo tempo em que permanece na guerra resume-se em raros e ingênuos gestos de agressividade e mágoa pela perda de amigos que morreram nos combates.

Se, como afirma o autor, Filhinho é o símbolo dos que combateram na Revolução, surge a dúvida: estariam todos dentro do quadro familiar e psicológico dele? Gozariam todos deste luxo de viver à deriva da vida do campo, dos próprios interesses da família?

Mesmo que a intenção não seja o romance histórico, as aparições de Bento Gonçalves e David Canabarro, dois comandantes revolucionários, poderiam ser mais elucidativas, já que o próposito é desmitificar. A maneira como o autor os mostra (e que classifica de *humana*) convence, mas não satisfaz nem é o bastante para derrubar velhos mitos.

Quem buscar em *A Prole do Corvo* um entendimento mais claro sobre a Revolução Farroupilha ou o retrato de uma época ficará frustrado. O livro é válido apenas como ficção.

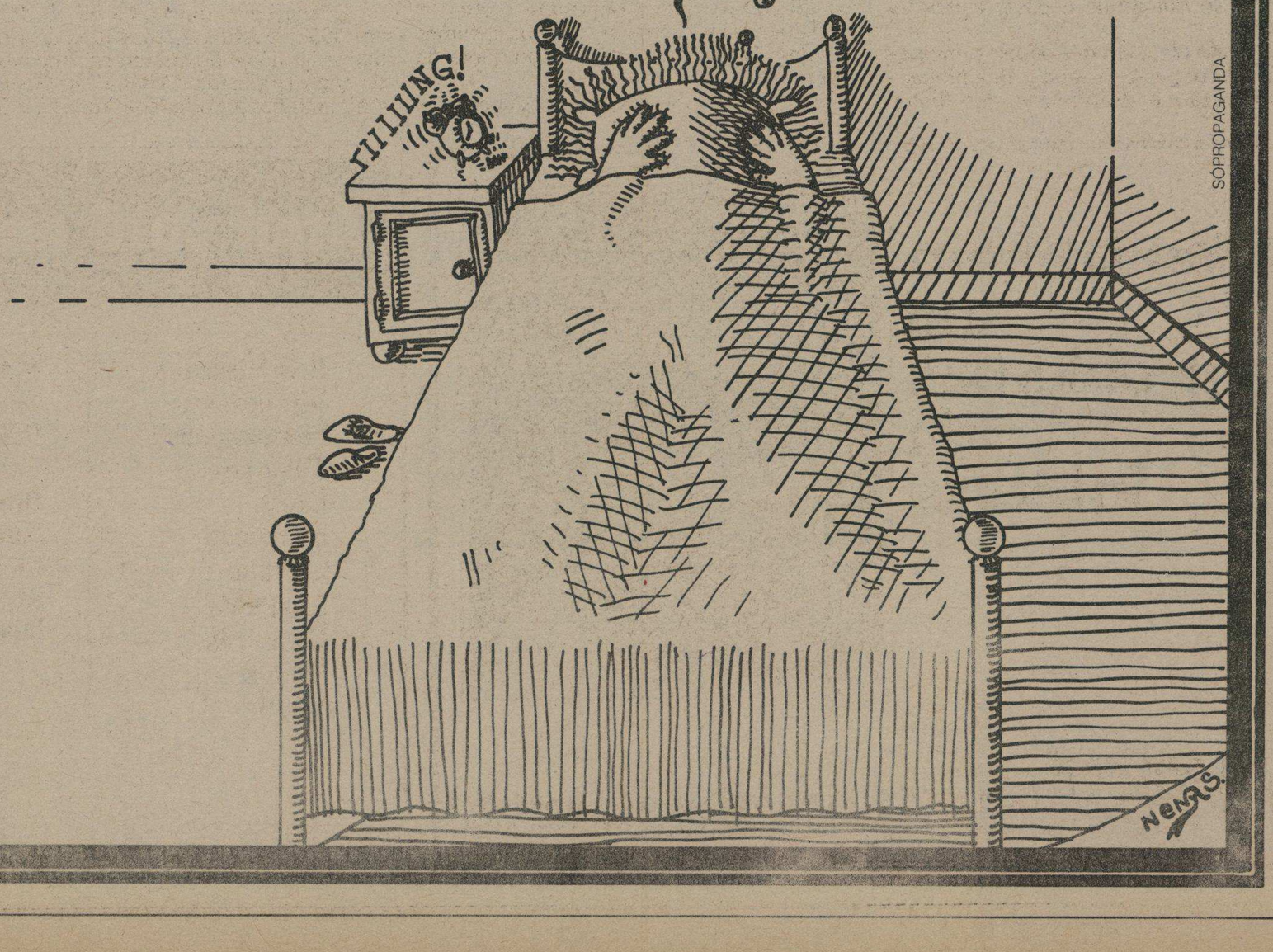
Jussara Coelho

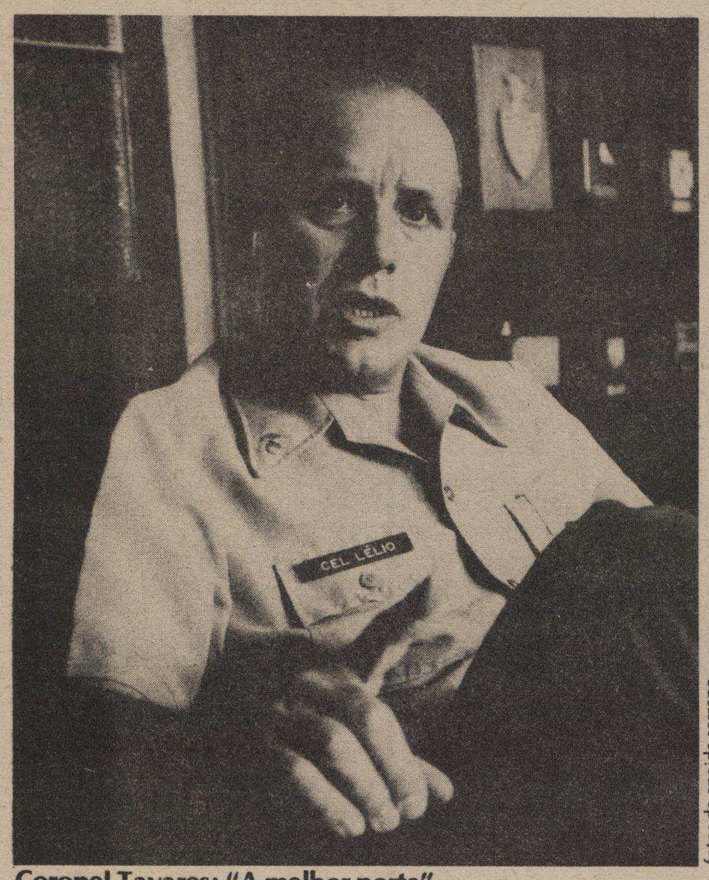
PÔ! TUDO DE NOVO.

Não vejo mais biquinis nem areia.
Só escuto o barulho danado do despertador.
Tá na hora. Volto ao cotidiano: a aula e
o trabalho. Não vou me lamentar,
vou reencontrar amigos e camaradas.
No cair do Sol do Porto tem teatro,
cinema e shows. E se não chegar, passo
na Cepal, lá tem livros, som e o Coojornal.
Basta?

Cepal

COOPERATIVA DOS ESTUDANTES DE PORTO ALEGRE





Coronel Tavares: "A melhor porta"

fotos de eneida serrano

Seleção ainda mais rigorosa

"A melhor porta para o ingresso na carreira militar". A definição é do coronel Lélio de Almeida Tavares, 50 anos, comandante do Colégio Militar de Porto Alegre.

Mas, esta porta, por onde já passaram os cinco presidentes da Revolução (Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e agora Figueiredo) tende a estreitar-se.

O colégio, que chegou a ter 1.100 alunos em 1974, este ano está com apenas 833 e pretende reduzir mais ainda até chegar ao número ideal de vagas que é 700.

Nestes últimos anos, o excesso de alunos tem dificultado o objetivo de "formar uma elite positiva, que tenha lideranças", e obrigado a direção a alterar hábitos tradicionais do estabelecimento.

Por questões de falta de espaço e professores, o regime de internato é atualmente restrito apenas para quem vem do interior e o semi-internato é feito em dias alternados porque não há lugar para todos no refeitório.

A educação física, disciplina fundamental, é feita no Parque da Redenção, localizado bem em frente ao colégio que ocupa um quarteirão do bairro Bonfim. Enquanto isto, continua parado no Ministério do Exército um projeto de construção da nova escola numa área de 25 hectares no fim da Avenida Ipiranga, longe do centro da cidade.

A escola já teve 1.100 alunos, da quinta série do fundamental à terceira série do II grau, há quatro anos, mas o número de candidatos tem-se mantido estável. Este ano havia 40 vagas; primeiro fizeram exames os 93 candidatos filhos de militares, dos quais 25 passaram. As 15 vagas restantes foram disputadas num segundo exame por 284 filhos de civis.

O Colégio Militar interpreta esta procura e o empenho dos pais em conseguir uma vaga para os filhos por três motivos básicos: qualidade do ensino, formação moral e o certificado de reservista de segunda categoria.

Tal pressão paterna justificaria, segundo o Colégio, o alto índice de reprovação verificado na primeira série do II grau: chegou a 48% no ano passado. Muitos meninos se rebelam contra a disciplina rígida, o corte de cabelo que os identifica em qualquer lugar, o uniforme, etc. E vão mal nos estudos. Mas o tenente-coronel Edmundo Valeriano Soares, chefe da seção técnica de ensino, tem outras explicações:

— Eu acho que o colégio é até mole demais. Tanta gente é reprovada também pela deficiência do I grau, nossa e dos outros. Afinal, o nosso objetivo é a formação de uma elite positiva, que tenha liderança, por exemplo, nas universidades.

No ano passado oito foram afastados por "motivos disciplinares". Para Valeriano, é um número pequeno. E isto se explicaria por que "eles são depurados ano a ano e dificilmente fazem coisas que merecem expulsão. Quando não gosta do Colégio, não estuda, é reprovado, a maioria para desgosto dos pais. Falei em depuração, mas é bom ressaltar que não criamos robôs, apenas damos lições de moral e civismo diariamente, por anos e anos. É claro que só ensinamos o que nos interessa."

Dois alunos do último ano que estavam no saguão concordaram com o Tenente-coronel. Disse um deles: "O pessoal estranha quando entra aqui. mas depois acostuma e acaba até gostando". Nenhum dos dois pretende seguir a carreira militar, mas falam com orgulho de suas chances no vestibular: estatisticamente o Colégio Militar é o primeiro em aprovações no vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Tantas chances poderá não ter um outro aluno que no começo deste mês, ainda na primeira semana de aula, voltava para sua casa em Três Passos, interior gaúcho. Seu pai, um militar aposentado, estava mudo num canto. A mãe, chorando, lamentava que seu filho estivesse desperdiçando a oportunidade de entrar na Academia Militar de Agulhas Negras, com o que, segundo ela, teria o "futuro garantido".

Elaine Lerner

Colégio Militar: para quem entra "futuro garantido"

Jornalistas de Pelotas entram na roda

A preocupação de dois vereadores da Arena em aparecerem nos noticiários de rádio, televisão e jornais atiçou em Pelotas um grande debate sobre o trabalho da Imprensa. No fim, a discussão mostrou um lamentável cenário: o incrível jogo de interesses político-eleitorais, que marca as relações entre meios de informação e o poder público.

Ausentes dos noticiários, os veradores Almiro Buss e Jader Marques Dias denunciaram no fim de fevereiro "a neutralização das críticas da Imprensa à administração municipal", o que o prefeito emedebista, Irajá Rodrigues, teria conseguido com a contratação de jornalistas.

A resposta foi imediata por parte da Rádio Universidade **e da** TV Tuiuti, **que ressalvaram a posição de seus funcionários — "totalmente descomprometidos" — e cobraram a proclamação dos "dependentes".**

Na verdade, a situação não é bem assim. O prefeito Irajá, que começara a administração em 76 com três assessores de Imprensa (chefe, repórter e fotógrafo) foi pouco a pouco contratando mais profissionais numa tentativa de neutralizar o outro lado **— isto é, o bom número de jornalistas comprometidos com órgãos públicos estaduais.**

Um dos casos é o do jornal Diário Popular, **influenciado pelo secretário do Trabalho, Carlos Alberto Chiarelli, e pertencente ao líder arenista Edmar Fetter: o diretor Clayr Rochefort exerce funções de assessoria na 5ª Delegacia de Educação da SEC.**

Na Rádio Universidade, que se diz descomprometida com o prefeito, o apresentador Wolney Castro, ex-vereador da Arena e chefe do escritório regional da Cohab, ao longo de seu programa de quase duas horas, trai-se numa posição anti-Irajá e pró-Chiarelli. Ainda na RU, o apresentador Clayton Rocha, ex-secretário de Imprensa do prefeito anterior, da Arena, não perde oportunidade para registrar realizações da Delegacia de Educação e da Universidade Federal de Pelotas, onde trabalha como assessor.

Na Rádio Cultura **os apresentadores Tufy Salomão, vereador da Arena, e Glênio Freitas, outro assessor da 5ª DE, continuam preferencialmente a dar maior atenção aos erros da administração municipal.**

Assim, o prefeito Irajá Rodrigues tomou o rumo da contratação de profissionais para contrabalançar. Foram contratados Newton Peter, da sucursal da Caldas Júnior; **Carlos Andrade, da** Rádio Pelotense **e do Diário Popular; José Nunes, secretário de redação do Diário e Moacir Ruiz e Paulo Ribeiro, apresentadores de programas na** Rádio Tupanci.

Fora dos esquemas arenista e emedebista, conseguiram ficar a Rádio Tupanci, até onde pode, imparcial em noticiários e programas, e a TV Tuiuti, onde a ordem é "noticiar tudo que acontece".

Como diz Giácomo Mancini, chefe de redação da TV, a pior situação é a do povo de Pelotas, "obrigado a receber informações norteadas pela Prefeitura, pelo Fetter e pelo Chiarelli, e ainda vivendo às vésperas da entrada do Ary Alcântara, ex-prefeito, na briga".

Robson Barenho

ASSINE DE FATO

Nome _____
Profissão _____ Idade _____
Endereço _____
Cidade _____ Estado _____
CEP _____

O interessado deve enviar pelo correio o cheque nominal ao Jornal DE FATO — Avenida do Contorno 2399 — fundos — Floresta — B.H. — CEP-30 000

Assinatura anual
$ 100,00

Agentes Universitários

O COOJORNAL está selecionando representantes para colocação de assinaturas nas Faculdades da capital e interior.

Tratar na Com. Coruja, 372 - Porto Alegre - RS

Escala

Pra indicar bem os caminhos daqui do sul, uma locadora de veículos tem que entender muito dessa terra.

A Auto Locadora Gaúcha é a maior e mais antiga empresa de locação do Brasil.
E é gaúcha.

AUTO LOCADORA GAÚCHA

O carro que você quiser, na hora que você quiser. Sempre.

Loja 1: Conceição, 364 - fones (PABX) 21-3333, 21-5555 e 24-5166 - Horário: 7 às 22h, inclusive domingos e feriados. Loja 2: Av. América, 211 - fones 22-4510 e 22-2121 Horário: 7 às 22h inclusive domingos e feriados. Loja Aeroporto: fones 42-4510 e 42-5363 Atendimento Permanente.

Rio: sob a fúria de Tamoyo

Há três anos o prefeito favorece um processo implacável de destruição da ex-Cidade Maravilhosa

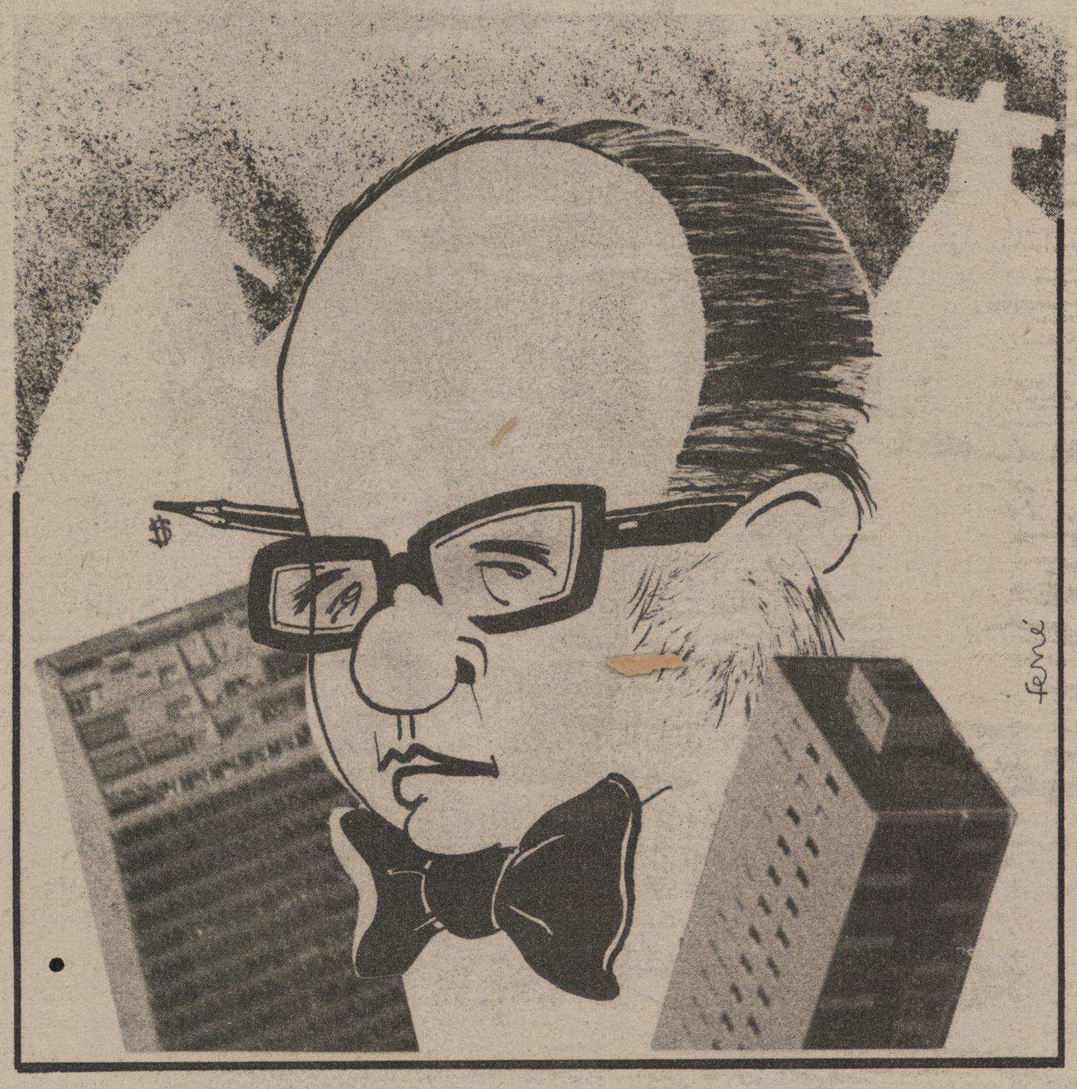
O prefeito do Rio de Janeiro, engenheiro Marcos Tamoyo, é um homem dotado de algumas originalidades bizarras. Em 1975, ele assumiu a Prefeitura afirmando que "prefeito é sinônimo de dona-de-casa" e que "no Rio, cuja máquina administrativa é exemplo para o país, é justo e útil que sejamos abastecidos de combustível para funcionarmos em prol do homem e do verde" — frases que diz ter tirado do seu *vocabulário original*.

Ele não disse, porém, que eram apenas frases, como vieram a confirmar os seus três anos de administração, em que o maior patrimônio do Rio — a paisagem — entrou em franco processo de destruição, a ponto dos técnicos considerarem a Cidade Maravilhosa "urbanisticamente degradada".

Hoje comenta-se jocosamente que Tamoyo administra a cidade de forma também bastante original: tudo o que lhe é cobrado como administrador público ele costuma transferir para outra autoridade, sob a alegação de que, como prefeito nomeado, não pode mexer em muita coisa, numa cidade cujas funções mais importantes estão sob controle do Governo do estado. No caso de licenciamentos irregulares de obras nas proximidades de bens tombados pelo antigo estado da Guanabara, por exemplo, ele lavou as mãos com a mesma facilidade de sempre: "O governador aprovou tudo."

Na avalanche de críticas que pesam sobre sua cabeça, o mínimo que se diz de Marcos Tamoyo, principalmente na inflamada Câmara de Vereadores, é que em três anos de Governo a única coisa a considerar a seu favor é o grande esforço em arrecadar dinheiro para pagar uma bonita e luxuosa sede para a Prefeitura — a antiga Embaixada da Inglaterra, no Bairro do Botafogo, que custou Cr$ 40 milhões. Um capital que está sendo pago com juros e correção monetária ao Banco do Brasil, quando o Município está com uma dívida declarada de Cr$ 1,7 bilhão.

A descaracterização da paisagem do Rio é visível. E Marcos Tamoyo não tem demonstrado qualquer preocupação a respeito. Ao contrário, é acusado de contribuir para a sua destruição, através de favorecimentos a grupos imobiliários e de licenciamentos irregulares de grandes obras em áreas tombadas pelo patrimônio estadual. Como a construção de edifícios no Alto Leblon, próximo à floresta de proteção do Parque Nacional da Tijuca; de um conjunto de hotéis na Chácara do Céu, nas proximidades da Pedra Dois Irmãos — outro ponto paisagístico tombado; além de prédios de até 30 andares nas vizinhanças do Teatro Municipal e da Biblioteca Nacional.



A grande preocupação do prefeito carioca é com a inauguração de obras gigantescas e não prioritárias, como o Autódromo e o Centro Internacional Riotur, na Barra da Tijuca — "a cidade a existir, onde futuramente deverão se alojar dois milhões e meio de habitantes" — em que foram gastos Cr$ 350 milhões.

Aliás, foi na Barra da Tijuca, com seus 18 quilômetros de belas praias — onde Tamoyo possui sua casa de veraneio e que a gula dos especuladores imobiliários já começou a transformar num prolongamento dos afogados bairros da Zona Sul (Copacabana, Ipanema, etc.) — que o município mais investiu na atual administração. E justamente num momento em que ele próprio afirmava: "Estamos batendo o recorde brasileiro no *know-how* do endividamento".

Isso, entretanto, não deve surpreender, posto que Tamoyo costuma dizer que é o prefeito da Barra da Tijuca. O mesmo vale para a Enseada das Garças, uma continuação da Barra, loteamento do qual era sócio e a Prefeitura asfaltou toda a área, numa época em que prometia asfalto e calçamento para os bairros pobres da Zona Norte da cidade — quando, acompanhado dos assessores, costumava visitar as áreas menos favorecidas.

Em 1975, causou grande celeuma no Rio a aquisição da Ilha da Coroa, em leilão público promovido pelo Serviço de Patrimônio da União, pela empresa Grande Rio, que se sabia de propriedade do Prefeito. Três anos depois, quando surgiram problemas com a construção de dois edifícios ao lado do Parque Lage — obras impedidas pelo juiz da 1ª Vara Federal — Tamoyo recordou: "A Ilha da Coroa foi comprada por uma empresa que tem Grande Rio no nome, mas nada tem a ver com a minha".

A Ilha da Coroa (à direita da saída do túnel do Joá, no início da Barra da Tijuca) pertencia ao Patrimônio da União. Mas, por falta de controle, aos poucos foi sendo tomada de casas e hoje é uma das áreas mais valorizadas da região. E o Parque Lage, extensão natural da mata do corcovado, é um bem tombado e área de lazer. Possui 174 mil metros quadrados, que antigamente constituíam a fazenda Sebastião Fagundes Varela. Em 1859 foi vendida por oito mil réis ao armador Henrique Lage, que lhe emprestou o nome e em cuja mansão funciona hoje o Instituto de Belas Artes.

Por causa da autorização para construção de edifícios no Parque Lage — entre outros licenciamentos apontados como ilegais — o prefeito foi ameaçado com uma CPI pela deputada Lígia Lessa Bastos (Arena/RJ) que diz ter condições de provar as irregularidades cometidas por ele em favor de construtores imobiliários. Diz ela que Tamoyo demitiu o diretor da Divisão do Patrimônio do Município, professor Marcelo Ipanema, "porque ele se recusou a desrespeitar a lei". "O prefeito não ouviu o Iphan nem o IBDF, simplesmente autorizou a obra", acusa Lígia Lessa Bastos.

A deputada denuncia ainda a construção do Centro Cândido Mendes, ao lado do antigo Palácio Imperial; do edifício da *UEB-Center*, na Rua Lauro Muller, em Botafogo; e um outro prédio da Rua 2 de Novembro, no Flamengo, foram licenciadas por administrações anteriores à minha, dentro da legislação em vigor na época".

Tamoyo criou, no Rio, a imagem de um prefeito surrealista. Antipatizado por ter instituído a famigerada Tarifa Básica de Limpeza Urbana (taxa do lixo) e por ter autorizado aumentos exorbitantes de até 800% nos impostos predial e territorial, é também acusado de "afinidades com incorporadores imobiliários". Incorporadores estes que na época da elevação desses tributos eram vistos entrando e saindo da Prefeitura com muita freqüência.

Os críticos do prefeito dizem que a compra de seu mais novo apartamento, na Avenida Delfim Moreira, no Leblon, adquirido por Cr$ 30 milhões, foi facilitada por um de seus amigos incorporadores. A propósito, a deputada Lígia Bastos diz que "eles se entendem muito bem". Tanto que em 1976 a Prefeitura cassou a licença de um parque de diversões em São Conrado (área montanhosa que separa a Barra do Leblon, conhecida por suas boates e hotéis de luxo) sob a alegação de que atrapalhava a vista panorâmica, para mais tarde permitir a construção de um edifício de 21 andares no mesmo local. "Solução nada surrealista", ironiza a deputada.

Com todas as suspeitas e acusações que lhe são dirigidas, não é difícil de entender-se por que Marcos Tamoyo, que se diz apolítico, tem se saído tão mal na área política. Na Câmara Municipal, nem mesmo o vereador Moacir Bastos — em quem o prefeito arriscou seu prestígio nas últimas eleições — tem tido coragem para adotar uma posição mais agressiva para melhorar a imagem do executivo. E convém ressaltar que durante o período pré-eleitoral, o prefeito jogou-se numa perigosa campanha de multiplicação de promessas — até hoje não cumpridas — na Zona Oeste da cidade, à cata de votos para o professor Moacir Bastos. Especialmente em Campo Grande, onde este é proprietário de um conjunto de faculdades integradas e onde o MDB controla, praticamente, os 250 mil eleitores da Arena.

Apesar disso, Bastos sequer levantou a voz em defesa do desprestigiado prefeito, quando a Câmara de Vereadores concordou em fazer um apelo ao governador Faria Lima pedindo a exoneração de Marcos Tamoyo. O pedido de demissão era baseado nas irregularidades praticadas pelo prefeito na concessão de licença para a construção dos prédios ao lado do Parque Lage e na autorização para remoção de uma área da Favela do Vidigal, de propriedade de um consórcio suíço-franco-brasileiro. Na época, houve quem afirmasse que o consórcio chegou a oferecer Cr$ 2 milhões pela área limpa, livre dos favelados. Porém, os denunciantes não tiveram a coragem de revelar para quem foi feita a oferta.

A Favela do Vidigal é uma área vizinha a São Conrado. A remoção dos favelados permitiria a execução de um projeto de construção de luxuosas residências no local, e teve em Marcos Tamoyo um dos seus mais ferrenhos defensores. O caso, mais uma vez, estourou nas mãos do governador, que desapropriou a área. Assim, a maioria dos favelados continuam instalados no local.

Tamoyo, entretanto, não se abalou com esse golpe e tomou uma providência: "De agora em diante todos os processos de licenciamento de obras nas proximidades de bens tombados pelo antigo estado da Guanabara serão remetidos, para parecer, ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, obedecendo a um entendimento da Procuradoria Geral do Estado do Rio".

E, quando briga com os vereadores e apresenta das suas, o prefeito esquece que as grandes obras viárias do Rio, com exceção do Metrô, estão demarcadas em um velho mapa, corroído pelas traças, desde 1945. Seguindo o exemplo da chamada *Linha Lilás* — ligação Santa Bárbara/Santo Cristo (Botafogo/São Cristóvão) — projetada desde 1921, que desafiou 27 administrações municipais e ainda não está concluída.

Emoldurar
um quadro
é complementá-lo

DELPHUS
ARTE EM MOLDURAS

Cristóvão Colombo, 1103. Porto Alegre — RS

Batmann vai cooperar

O personagem *Batman* pode ser modelo que simbolize uma espécie de superassociado de uma cooperativa? A idéia parece ridícula, mas em breve milhares de cartazes fazendo esta associação serão espalhados pelo país, na campanha sobre cooperativismo a ser executada em maio pela Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República.

Durante todo o mês, jornais, rádios e principalmente as emissoras de televisão serão usados na campanha que pretende levar ao público as vantagens da associação em cooperativismo. O antigo lema "Realização de todos no esforço de cada um"será insistentemente repetido.

Para tudo isto a ARP gastará apenas Cr$ 470 mil na produção de seis filmetes de televisão, que serão entregues a três agências de publicidade. A importância do cooperativismo no Brasil, hoje, atraiu empresas privadas — algumas do setor de máquinas e implementos agrícolas — e órgãos do Governo, entre eles o Banco do Brasil, que vão patrocinar os cartazes, folhetos e outras peças promocionais.

Os 200 mil cartazes que o BB vai patrocinar mostram uma balança e a frase "Cooperativismo também pesa nesta balança". E, de quebra,o *slogan* "Exportar é que importa".

A campanha se propõe a atingir três tipos de público: a) a população nacional como um todo, tentando mostrar as vantagens dos produtos cooperativados por serem mais acessíveis (preço menor porque não há intermediários) e de melhor qualidade; b) pessoas de diferentes ramos de atividades que possam se cooperativar; e c) as próprias cooperativas,que serão estimuladas a se associarem em centrais e federações.

A idéia da campanha é ótima, mas de sua eficiência duvidam até os que estão envolvidos nela. Um alto assessor do Ministério da Agricultura justifica-se pela pressa com que foi elaborada. E agora boa parte do sucesso ou fracasso vai depender da qualidades dos filmetes que começaram a ser produzidos pelas agências de propaganda.

José Vieira da Cunha

Em vez de urna, cautela e caldo de galinha

O Clube dos Repórteres Políticos de Porto Alegre achou que seria muito interessante saber qual é o nome preferido da bancada da Arena na Assembléia Legislativa, para o Governo do Estado. Afinal, são eles que irão homologar o nome indicado, e este é um assunto tão nebuloso, hoje, que ora Nelson Marchezan, o Secretário Geral da Arena, é o grande favorito e ora o atual vice, Amaral de Souza, desponta, seguidos de uma meia dúzia de outros pretendentes.

O chefe máximo do partido no Sul, senador Tarso Dutra, aprovou a idéia da pesquisa até com muita simpatia. Os repórteres políticos gaúchos começaram então a preparar a prévia, com urna e tudo, mas foram surpreendidos pelos 23 deputados arenistas, que decidiram não participar da *eleição*, depois de uma acalorada reunião.

Soube-se depois que um dos motivos seria uma prévia anterior: logo após seu resultado ter sido divulgado, alguns candidatos foram cobrar de seus *eleitores* os poucos votos que tiveram...

Irônico, o deputado do MDB, César Schirmer não perdeu a oportunidade e interpretou a recusa assim:

— A Arena foge das urnas como o diabo foge da cruz...

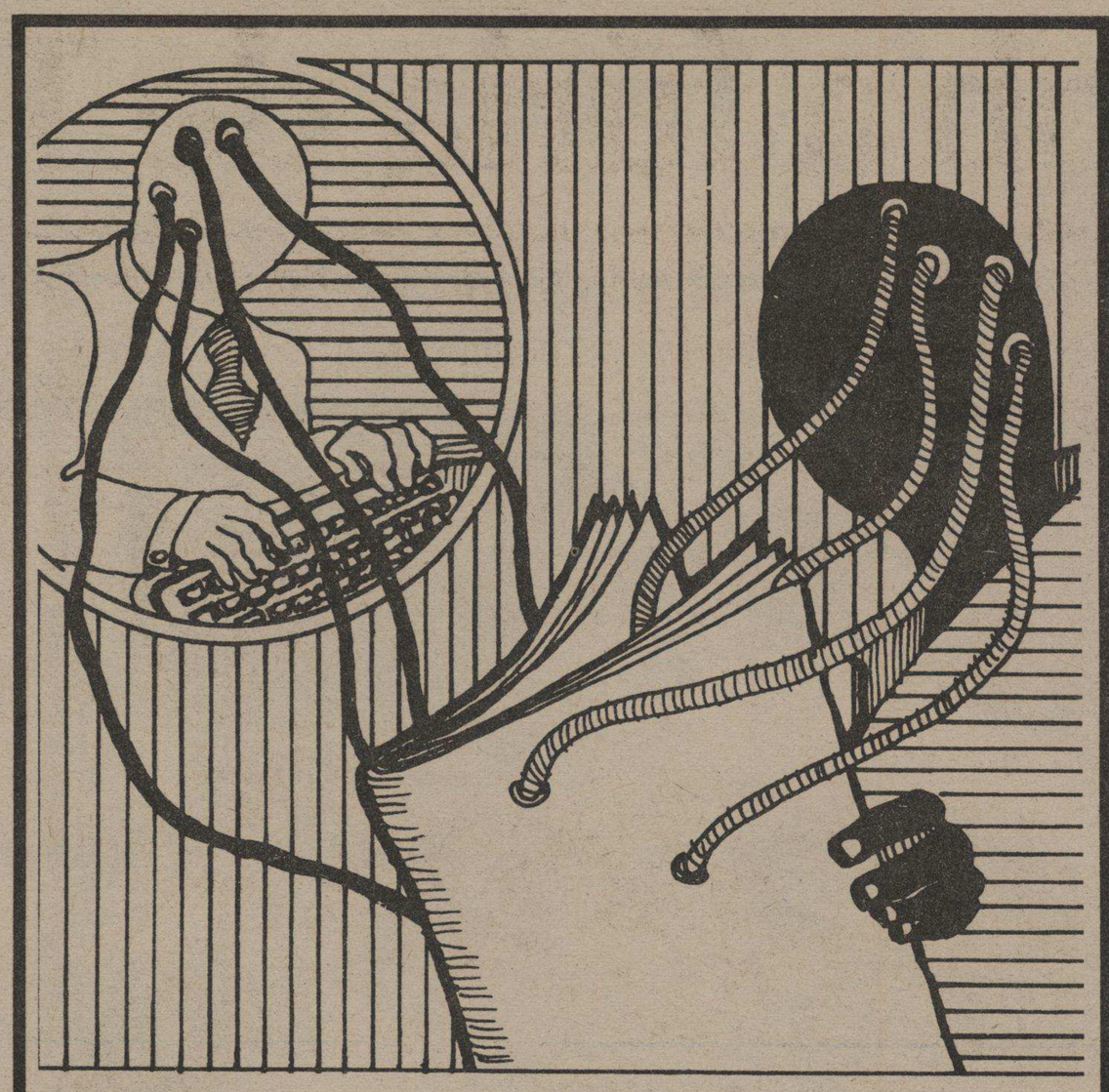
A resposta de um arenista que certamente fecha com a decisão de não votar agora, até que foi tranqüila:

— Cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.

José Vieira da Cunha

POSTOS DE VENDA DE ASSINATURAS DO COOJORNAL

1 — Banca de revista — *Estação Ferroviária*
2 — Loja 2 — *Centro Comercial Independência*
3 — Livraria Coletânea — *Altos do Mercado Público*
4 — Caco Som — *José do Patrocínio, 100*



Incidente no paraíso da livre Imprensa

Uma pesquisa feita pela Escola de Comunicação da Universidade do Missouri (EUA) em 1966 apontou a República Federal da Alemanha como um país com níveis quase ideais de liberdade de Imprensa. E a garantia da liberdade de expressão está no artigo 5 da Constituição que proíbe toda forma de censura.

Mas o mito da liberdade de informação alemã foi seriamente abalado com a demissão de Manfred Bissinger,de 37 anos, redator-chefe adjunto da revista semanal *Stern*, editada em Hamburgo com uma tiragem de quase dois milhões de exemplares, autor do artigo intitulado **"...E amanhã o mundo todo?"**, onde é criticada a política econômica alemã no exterior.

A reportagem, publicada na edição de Natal, mostra como as indústrias e capitais alemães se instalam em outros países, e aproveitam a mão-de-obra barata, principalmente nos países do Terceiro Mundo. Trata-se de uma análise, baseada em fatos e dados concretos, sobre a expansão econômica alemã, cujas características são acentuadamente feudais. A primeira foto, do tamanho da revista, onde um peão beija a mão do patrão, mostra claramente isso. A legenda: "O princípe herdeiro Johannes von Thurn und Taxis possui uma fazenda no estado do Mato Grosso, no Brasil, onde cria gado e planta. É considerado um bom patrão entre seus empregados".

Exemplos similares, como as extravagâncias de Arndt von Bohlen und Halbach, único herdeiro da dinastia Krupp, que possui um palácio no Marrocos com um jardim tropical e um castelo na Áustria, ou ainda os grandes investimentos nos Estados Unidos ou na América do Sul, demonstram que a Alemanha mesmo sem um império que durasse muitos anos como foi proposta antes da guerra, vem se mantendo na liderança de seus propósitos.

"Até o ano 3.000 o mundo todo poderá ser abastecido com o minério existente no Triângulo Mineiro, nas proximidades de Belo Horizonte", comenta a revista. "E a *Mannesmann*, de Düsseldorf, já se serve do produto". Ou: "As mais poderosas fortalezas da indústria alemã na América Latina são a Volkswagen e a Daimler Benz, ambas em São Paulo". Ou ainda: "Também as pequenas indústrias de emigrantes florescem no Brasil. Vejam Fischer, que possuía uma pequena fábrica em Berlim (hoje oriental) e que em 1949 emigrou para Porto Alegre com 30 empregados, onde instalou uma nova fábrica de móveis".

Naturalmente que tudo isso é café pequeno. Os alemães cientes de sua estabilidade econômica compram ilhas inteiras, edifícios e fazendas. "Há dez anos atrás", comenta um investidor, "o sonho de todo milionário era ter seu jato próprio. Hoje o símbolo de *status* social é ter uma fazenda na América". No Paraguai, segundo a revista, país liderado por um descendente de bávaros, os alemães possuem 4.000 quilômetros quadrados de terra, utilizada na agricultura e pecuária.

FÉRIAS FORÇADAS

Essa reportagem fala em detalhes e nominalmente em pessoas e firmas alemãs de grande porte que investem no exterior. O próprio redator-chefe, Henri Nannen, foi quem solicitou a Bissinger que "tirasse umas férias por tempo indeterminado". O motivo estava claro: a reportagem atingia Reinhard Mohn (citado nominalmente), um dos diretores da editora Grune, Jahr, que edita a Stern. E nem mesmo a solidariedade e o manifesto enviado a Nannen por mais de 700 autores, jornalistas e intelectuais em geral, entre eles Heinrich Boll e Günther Grass, trouxe Bissinger de volta ao seu posto que já ocupava há vários anos. Em reunião, com Nannen e Mohn, Bissinger reafirmou sua posição perante o artigo: "Não vejo nada de mal, apenas a verdade" disse, palavras suficientes para que fosse convidado a "tirar umas férias".

Com isso é natural que o clima na redação da revista tenha mudado. Nos dias seguintes reuniram-se mais de uma centena de redatores os quais, após longos debates, chegaram à conclusão de que a redação deveria aceitar Bissinger novamente. Paralelamente, o Conselho de Redatores, com poderes para intervir nesses casos, também emitiu o mesmo parecer. No entanto para Nannen "a saída de Bissinger é irreversível", fato que vem gerando certas preocupações nos meios jornalísticos.Para alguns, inclusive para a Associação de Jornalistas e a Associação de Escritores Alemães, a tendência da revista está mudando e poderá servir de órgão aos interesses das grandes classes empresariais.

Numa carta dirigida ao Conselho de Redação, Bissinger diz: "Paul Sethe afirmou certa vez que a liberdade de Imprensa é a liberdade de 200 pessoas ricas que podem dizer o que querem. Nunca essas palavras foram tão verdadeiras como agora, com a diferença de que hoje talvez não sejam mais 200 e sim menos ainda, com muito mais poder e força, no entanto".

Eva Dürr

Para não profanar as letras

Tempos de redução de verba para a Educação fazem lembrar as teses de um cidadão chamado Armand du Plessis, mais conhecido como Cardeal de Richelieu, que governou a França durante 25 anos, na condição de Primeiro-Ministro e eminência parda do reinado de Luís XIII.

Ensinava Richelieu em seu **Testamento Político:**

"Como o conhecimento das letras é completamente necessário numa república, é certo que elas não devem ser indiferentemente ensinadas a todo o mundo.

Assim como um corpo que tivesse olhos em todas as suas partes seria monstruoso, da mesma forma um estado o seria se todos os seus súditos fossem sábios; ver-se-ia tão pouca obediência, quanto o orgulho e a presunção seriam comuns.

O comércio das letras baniria absolutamente o das mercadorias que acumula os Estados de riquezas; arruinaria a agricultura, verdadeira mãe dos povos e faria desertar em pouco tempo as massas de soldados, que surgem antes na rudeza da ignorância do que na polidez da Ciência: enfim, encheria a França de chicanistas, mais próprios a arruinar as famílias particulares e a perturbar o repouso público, do que a conquistar bens para o Estado.

Se as letras fossem profanadas por toda a sorte de espíritos, ver-se-ia mais gente capaz de formular dúvidas do que de resolvê-las e muitos seriam mais próprios a opor-se à verdade que a defendê-la.

É nesta consideração que os políticos, num estado bem regulado, querem mais mestres em artes mecânicas do que mestres em artes liberais, para ensinar as letras.

Freqüentemente vi, pela mesma razão, o cardeal Du-Perron desejar ardentemente a supressão de um parte dos colégios deste reino; ele desejava fazer estabelecer quatro ou cinco célebres em Paris e dois em cada cidade metropolitana das províncias.

Acrescentava a todas as considerações expostas que era impossível que se achasse, em cada século, gente suficientemente sábia para encher a multidão de colégios; enquanto que, se se contentassem todos em ter número moderado, eles poderiam ser cheios de dignos cidadãos que conservariam o fogo do templo na sua pureza e que transmitiriam por sucessão ininterrupta a Ciência na sua perfeição.

(...) Enfim, desse grande número de colégios indiferentemente estabelecidos em todos os lugares, provêm dois males. Um vem da medíocre capacidade dos que são obrigados a ensinar, não sendo possível encontrar gente eminente para encher as cadeiras; outro pela pouca disposição natural que têm pelas letras, muitos daqueles cujos pais fazem estudar, por causa da comodidade que encontram sem que o alcance dos seus talentos seja examinado. Daí vem que quase todos aqueles que estudam ficam com uma medíocre tintura de letras; uns por não serem capazes de mais e outros por mal-instruídos."

A crise vai (também) à escola

O ensino gaúcho, que já foi exemplo para o país, vive um impasse

Em dezembro de 1976, o professor Jorge Babot Miranda, secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, divulgou uma informação inquietante: naquele ano, o Estado precisava ter contratado 9 mil professores, mas conseguira contratar apenas 6 mil, por falta de recursos.

Agora, no começo de março, o mesmo secretário informou que o Rio Grande do Sul tem 941 escolas novas abandonadas e sendo destruídas pelo tempo e pela depredação porque não tem dinheiro nem para contratar vigias.

E mais: está com um déficit de 10 mil professores, pois além de ter dificuldade em aumentar os quadros do magistério, o Estado ainda tem perdido um considerável número de professores por questões salariais. De janeiro de 1976 a setembro de 1977, um total de 2.577 professores abandonaram o magistério, segundo registros do Centro de Professores.

Para um estado que já se orgulhou de ter uma situação privilegiada na área do ensino e o mais elevado índice de escolaridade do país (em 1973, os índices oficiais apregoavam que 97% das crianças entre 7 e 14 anos de idade estavam na escola), o quadro é preocupante.

Segundo o mesmo professor Babot Miranda, este será um dos dois maiores problemas com os quais se defrontará o futuro Governo gaúcho (o outro será energia). Principalmente porque a origem desta situação é o desequilíbrio do orçamento estadual, que desde 1975 registra déficits consecutivos e não tem boas perspectivas de recuperação nos próximos anos.

Esse desequilíbrio entre a receita e as necessidades de recursos públicos no estado é responsável por uma redução de 47% da verba para investimentos (justamente a que se destina à expansão e melhoria do ensino) nos últimos três anos em relação ao triênio anterior.

De acordo com o Centro de Professores do Rio Grande do Sul, a essas dificuldades financeiras somam-se desde problemas administrativos até uma orientação inadequada na formação de professores. Um estudo do Centro afirma que os programas de licenciatura não preparam os professores para a realidade, assim como os programas e métodos de ensino inadequados à realidade brasileira.

fotos de eneida serrano

Para pagar as taxas, alguns pais têm que fazer serviços na escola

É tão acentuada a falta de material didático e outros instrumentos físicos essenciais à implantação da reforma de ensino quanto à inadequação pedagógica que não permite preparar o estudante para a atividade intelectual e muito menos para a profissional.

Um documento preparado pelo Centro de Professores e entregue ao governador do estado revela que o magistério foi a classe dos funcionários públicos mais atingida pela perda do poder aquisitivo de seus salários nos últimos 20 anos. Um professor do padrão M-1, diz o estudo, deveria ter hoje um reajuste de 103% para reaver o poder aquisitivo (já baixo) que tinha em 1956.

Uma servente da Secretaria da Fazenda se aposenta com Cr$ 6 mil mensais, segundo denuncia o documento do CEPERGS. Uma professora recebe apenas 2 mil por mês quando se aposenta.

Mas o Centro, ao qual estão filiados 26 mil professores de todos os níveis, critica inclusive a forma de admissão adotada pela Secretaria de Educação: os novos professores são recrutados fora de época, não havendo o cuidado de um processo de admissão que possibilite o início do trabalho em março, junto com o ano escolar.

O regime de admissão é variável, pois além do concurso público são feitos contratos ilegais (desrespeitam a legislação trabalhista) em regime temporário, mas que se estendem indefinidamente. Isso resulta em vínculos irregulares de trabalho, com remuneração incompatível, previdência social precária ou mesmo inexistente, etc.

Diz Hermes Zanetti, diretor do CPERGS, que os professores assim contratados nem sempre estão habilitados e estão muitas vezes vinculados a influências político-partidárias.

De acordo com o orçamento estadual para 1978, os gastos com educação representam 19,2% do total das despesas do Estado, sendo de Cr$ 3 milhões e 700 mil a verba da SEC para este ano. Esse total representa um aumento de 50% em relação ao ano passado, o que não significa muito. Primeiro, porque o orçamento do ano passado foi extremamente apertado e, segundo, porque quase 95% desta varba se destina às despesas correntes, isto é, pagamento de pessoal, aquisição de material, etc.

Uma saída para o impasse do ensino gaúcho seria a injeção maciça de recursos federais para que se atendam às necessidades do estado. É, no entanto, uma saída pouco provável uma vez que a própria União tem reduzido os recursos destinados à educação. Em 1970, 7,3% dos recursos do orçamento federal eram aplicados na educação. Este ano, apenas 4,1%. (Segundo a Unesco, os países em desenvolvimento devem aplicar 25% da sua receita em educação).

Mesmo a situação dos professores, a nível nacional, não é diferente. Em 1962, o salário do professor estadual de segundo grau no Rio de Janeiro correspondia a cinco salários mínimos — hoje equivale a 3,14 salários. No nordeste, segundo um relatório do senador João Calmon, havia em 1976 professores trabalhando pelos incríveis salários de Cr$ 20,00 e Cr$ 35,00 por mês.

Regina Vasques

Cada vez mais os pais cuidam do ensino

Poucos dias antes de começar as aulas, havia movimento nas escolas: consertos de fechaduras, limpeza de prédio, contratação de pessoal, levantamentos de renda familiar da comunidade para estipular as "contribuições espontâneas" ou matrículas e taxas escolares.

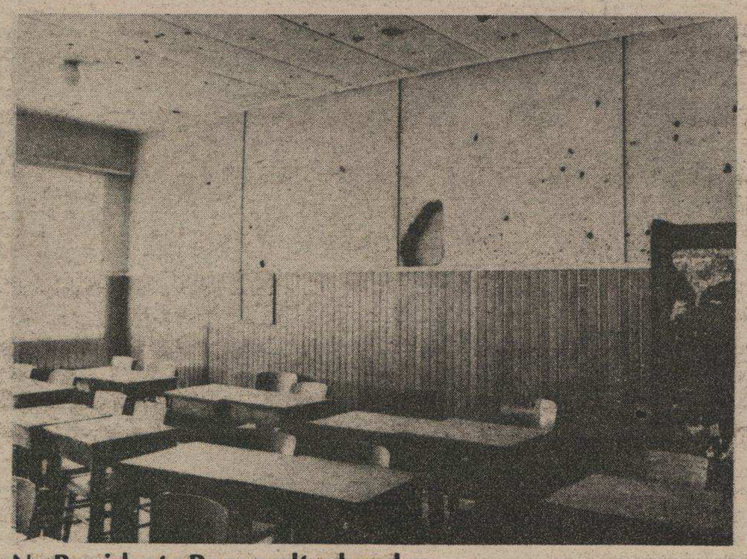
Na administração dessas tarefas, no entanto, não está a direção de uma escola, supervisionada pela Secretaria de Educação e Cultura.

Desde 1973 os Círculos de Pais e Mestres foram legalizados no estado, pelo Decreto 22.626 que determina como um de seus objetivos, "a integração do poder público com a comunidade, escola e família, de modo a tornar o processo educativo auto-sustentável".

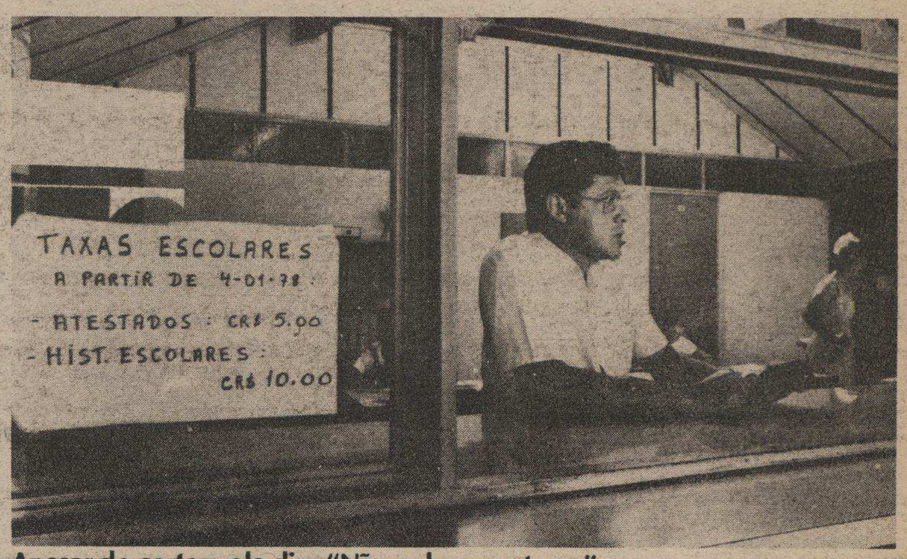
Hoje, se a situação do ensino no Rio Grande do Sul não é mais catastrófica, certamente isto se deve a estas entidades que assumiram de fato a administração escolar. E, para chegar lá, representam na prática uma forma de elitização do ensino, que deixa de ser gratuito. Isto porque os CPMs são mantidos pelos próprios pais, a custa do pagamento de uma taxa de matrícula exigida de todos e mais mensalidades cobradas durante todo o ano letivo.

Embora oficialmente a SEC afirme que o ensino é gratuito, a maioria dos Círculos de Pais e Mestres são inflexíveis na cobrança destas taxas, alegando justamente os inúmeros encargos que assumiram. Muitos, entretanto, mesmo ostentando cartazes com o valor da taxa escolar, informam que não há cobrança. "Os pais são convidados a contribuir", diz Oscar Beretta, da escola polivalente do Sarandi.

Na prática, estas entidades são definidas por seus presidentes como sustentadoras de toda infra-estrutura da escola, pois a SEC praticamente se limita a fornecer os professores. A manutenção, conservação e administração financeira de uma unidade escolar é, hoje, de inteira responsabilidade dos CPMs, que procuram atender as reivindicações das direções, suprindo as necessidades da rede escolar para que haja, na medida do possível, condições de ensino pelo menos razoáveis.



No Presidente Roosevelt: abandono



Apesar do cartaz, ele diz: "Não cobramos taxas"

Houve um progressivo afastamento do Governo Estadual no atendimento destas necessidades básicas, de tal modo que hoje qualquer presidente de CPM sabe que não adianta recorrer à SEC: a resposta será sempre um lacônico "não há verbas".

Em suma: hoje são os próprios pais dos alunos que assumem o papel do Estado de prover as escolas de condições básicas ao seu funcionamento. Em alguns casos, até a contratação de funcionários e professores fica entregue ao CPM.

Roberto Madrid, advogado, presidente do CPM do Grupo Escolar Uruguai, no aristocrático bairro Moinhos de Vento, conta que já contratou um professor para substituir outro em licença de três meses para tratamento médico. "Nem recorremos à SEC porque sabemos de antemão que ela não resolve estes problemas, pois sempre há falta de professores no quadro do magistério".

O presidente divide sua responsabilidade com outros 15 companheiros de diretoria, entre professores e pais de alunos. A presidência e a vice devem ser ocupadas, obrigatoriamente, por pais, enquanto os cargos de 1º tesoureiro e 1º secretário são sempre ocupados por professores, estes indicados pela direção da escola, que também é membro-nato do CPM, conforme dispõe o decreto 22.626. O que, na prática, mostra que a SEC detém o controle de todos os Círculos de Pais e Mestres.

Qualquer CPM obtém seus recursos junto à comunidade — isto é, os pais, que pagam contribuições mensais e uma taxa de matrícula "a título de colaboração". No caso do Grupo Escolar Uruguai, Cr$ 180,00 por mês e Cr$ 300,00 no ato da matrícula.

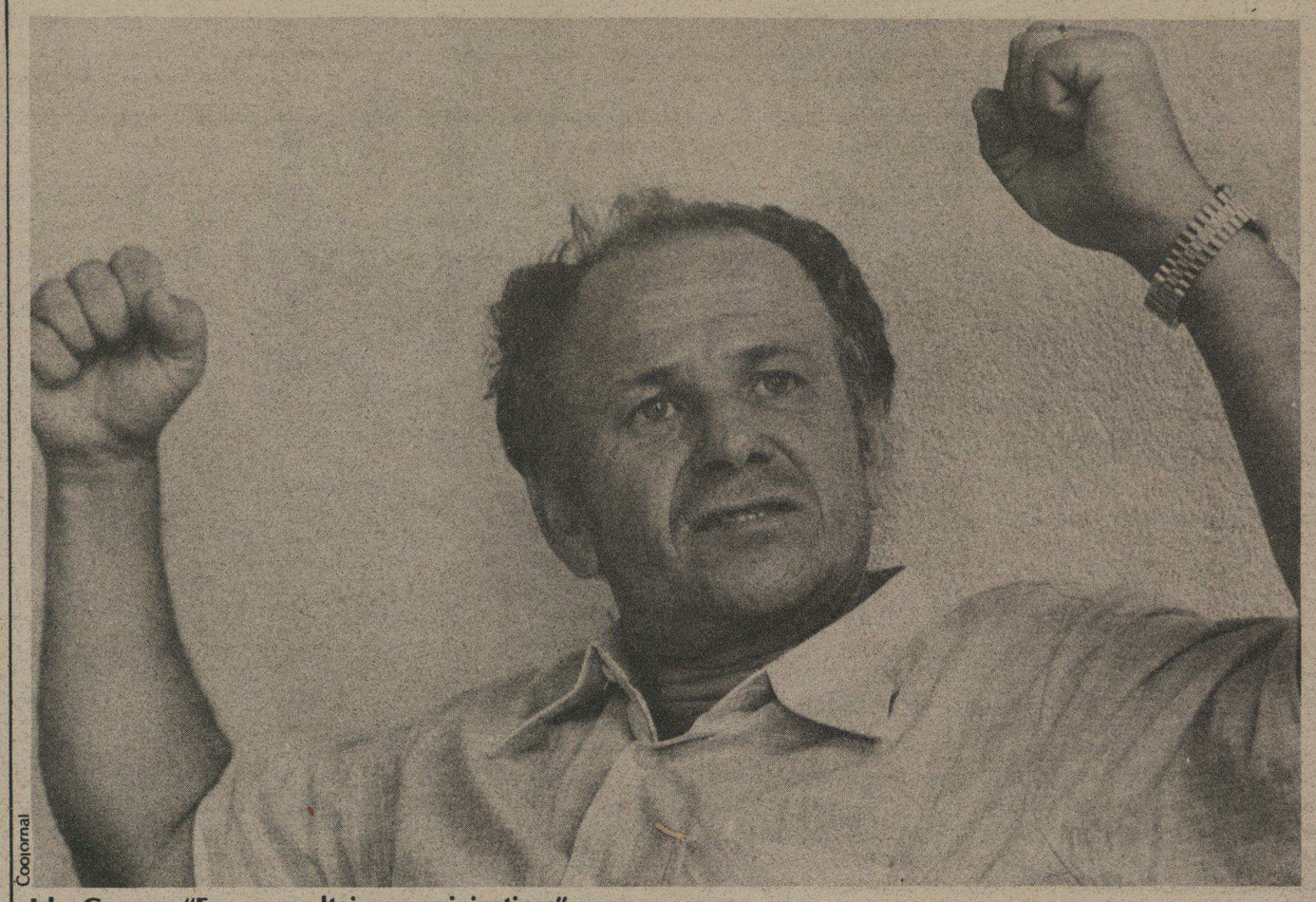
O orçamento deste ano do CPM da Escola Uruguai é de Cr$ 300 mil. Como nos anos anteriores, o dinheiro será aplicado na biblioteca, em audiovisuais, em forno, serras e motores para as disciplinas de Técnicas Industriais, e no pagamento de sete funcionários (vigia, porteiro e serventes), entre outros encargos.

Sem contar, ainda, despesas com deslocamento dos alunos em ônibus para as comemorações cívicas da cidade — atendendo solicitação da própria SEC... — pintura do prédio da escola, manutenção de áreas para esporte, etc., etc. Daí serem comuns as festas beneficentes, rifas e promoções do gênero, porque para tanta coisa o pagamento da matrícula e mensalidades está longe de ser suficiente.

Se os pais têm dificuldades para pagar estas taxas, não há problema: os CPMs sempre encontram uma solução. O professor Oscar José Beretta, diretor da escola polivalente do bairro Sarandi, onde a população é pobre e a maioria não tem como pagar a taxa de 300 a 500 cruzeiros, disse ao Coojornal que a solução é simples: "As mães limpam a escola e os pais realizam tarefas de acordo com a sua profissão". O exemplo mais recente nesta escola é o de dois pais que fizeram serviços de pedreiros durante o mês de fevereiro. A título de remuneração, esses dois não precisarão pagar as taxas durante este ano letivo.

"O ódio me levou ao terror"

O terror e a anistia, vistos por um ex-militar que foi um dos líderes dos grupos guerrilheiros no Sul do país, um dos terroristas mais procurados no período de 69 a 71. Ele está em liberdade há três anos, depois de ter cumprido quatro anos de prisão. E diz: "Nós odiávamos o Governo, como ele nos odiava. Mas agora é hora de esquecer"



Coojornal

Isko Germer: "Eu me revoltei com as injustiças"

— Erros, violências e mortes foram praticados pelo Governo e também pelas organizações guerrilheiras. Mas tudo deve ser esquecido, pois o momento é de esquecimento, anistia geral, já que não se pode viver de ódios a vida inteira. Nós odiávamos o Governo, assim como ele nos odiava. Todos os ex-companheiros de guerrilha com quem tenho falado já voltaram a trabalhar. O Governo não precisa temer que uma abertura democrática traga de volta o terrorismo, hoje uma coisa do passado, impraticável.

Estas afirmações, um tanto surpreendentes, são do ex-chefe do setor de sabotagens da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR, uma das proscritas organizações guerrilheiras urbanas no Brasil) e ex-líder da VPR no Rio Grande do Sul, Isko Germer. Sob os cognomes de **Camilo, Frantz** e **Jacinto,** ele foi um dos terroristas mais procurados no período de 1969 a 71 também por liderar assaltos a bancos no estado, com o objetivo de angariar fundos para a organização chefiada, a nível nacional, pelo ex-capitão Carlos Lamarca e que no RS tinha cerca de 150 homens. Ele chegou a freqüentar cursos de guerrilha em Cuba, por um ano.

Isko era 2º tenente da Brigada Militar e cursava o primeiro ano de Filosofia em Rio Grande, ao ser expurgado, em 64. Catarinense de Indaial, 46 anos — os últimos três em liberdade, após cumprir pena de quatro anos de prisão — hoje ele é dono de uma modesta pensão no bairro Bonfim, em Porto Alegre. Não está arrependido do que fez, mas salienta que não voltaria a fazê-lo: "O momento é de reconciliação".

"COMO ME TORNEI UM TERRORISTA"

No quarto-sala onde mora agora, Isko garante que o Governo não precisa temer a volta aos quartéis dos militares cassados ou expurgados pela Revolução de 64.

"A grande maioria está como eu, idosa, e gostaria simplesmente de ir para a reserva. Ao ser expurgado, nada mais recebi, nem do Montepio Militar da Brigada, para o qual contribuíamos mensalmente", revela, com um tom de irritação na voz.

Na hipótese de uma anistia, ele afirma que "somente cinco, teoricamente, teriam condições de retornar aos quadros da Brigada Militar aqui do estado. Mas nenhum de nós — os tenentes Igor Moreira, Plinio da Rosa, Maciel e Paulo Araújo — deseja voltar; só queremos ir para a reserva."

O ex-militar se considera um injustiçado pela Revolução.

"Ao sabermos da notícia do golpe, dia 31 de março, pelo rádio, na Faculdade, propus enviarmos um telegrama de solidariedade ao presidente constitucional, João Goulart, em nome da unidade que servíamos — o 5º Batalhão de Guardas, de Rio Grande. Nosso subcomandante, tenente Mauro Bretas Medeiros, nos reuniu com o comandante, major Machado, e ficou decidido que aguardaríamos os acontecimentos."

"Depois, o Jango fugiu, e abriram inúmeros inquéritos. O comandante e o subcomandante foram expurgados, assim como eu, por ter proposto a idéia do telegrama. Nos processos que instauraram, fui absolvido por unanimidade, em diferentes instâncias. Inclusive no Supremo Tribunal Federal. Mas a conclusão desse processo só ocorreu dez anos depois."

Nota Oficial

TERRORISTA FORAGIDO

ISKO GERMER ("CAMILO"-"FRANZT"-"JACINTO").

Nascido em 02 de fevereiro de 1932,em Indaial,Santa Catarina,filho de Leopoldo e Frida Germer,residiu à rua Castro Alves,403,nestaCapital.Foi expulso em 1964 dos quadros da Brigada Militar do Estado,como 2º Tenente.Declinando,daí por diante,sua vida inteiramente às atividades subversivas,e das quais tomou parte ativa em todos os movimentos eclodidos nêste Estado,sendo prêso por diversas vêzes,conseguindo,entretanto,escapar,da Justiça Militar quando prêso,arquitetou um plano,juntamente com os demais detentos na Ilha do Presídio,de fuga em - massa.Profissional da subversão e mercenário de contrabando - de armas,foi a CUBA,com vários asilados brasileiros,fazer um curso de aperfeiçoamento de sabotagens e guerrilhas.

Participou do movimento subversivo VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA(VAR-PALMARES).

Ingressou posteriormente na V.P.R.(VANGUARDA POPULAR - REVOLUCIONÁRIA),onde se encontra militando atualmente.É o encarregado das seguintes missões:

1. Instalação de "aparelhos", em locais adequados,que servissem de prisão,mais tarde, para - autoridades seqüestradas.

2. Planificação e execução de seqüestros de autoridades nacionais e estrangeiras,com posterior eliminação e desaparecimento do cadáver.

3. Encarregado na fabricação de bombas,minas,granadas e material incendiário para as operações de sabotagem contra objetivos da Economia Nacional.

ISKO GERMER,como chefe do setor de sabotagem,liderou nesta Capital o atentado ao Círculo Militar e tomou parte ativa nos assaltos ao Banco ITAU AMÉRICA(Agência Hospital Nossa Senhora da Conceição),e a Caixa Econômica Federal,Agência José de Alencar,Menino Deus.

É elemento de caráter violento,agressivo e cínico, além de mentalmente perturbado.Declarou a seus companheiros, que sòmente morto,desta vez,seria prêso.

ENCONTRA-SE FORAGIDO.

Em 1971, Germer era caçado em todo o país. As autoridades divulgaram esta nota, qualificando-o como "violento, agressivo e cínico"

"Nesse meio tempo me transformei num **morto-vivo,** num canceroso para os meus amigos, que já não me procuravam, pois no dia seguinte teriam, como ocorreu várias vezes, que prestar esclarecimentos no serviço secreto da Brigada. Expurgado, eu não tinha meios de sobrevivência, não conseguia emprego em parte alguma. Tentei ser vendedor, mas não conseguia vender nada e tinha duas filhas — de cinco e seis anos — para sustentar.

"Admito que, pelas injustiças sofridas, eu estava ofuscado pelo ódio, mas me haviam tirado tudo. Tinha mais de 30 anos e não entrei na VPR por motivos ideológicos e sim pela sobrevivência. Foi a única opção que me restou, fui empurrado até eles: a Revolução me tornou um terrorista."

"NÃO FUI UM MERCENÁRIO"

Até hoje Isko Germer se considera um militar, pois — alega — nunca soube fazer outra coisa. "Minha formação era militar e, pelas injustiças, fui agredido; resolvi, dentro da formação que recebi por toda a minha vida, reagir — eu precisava de outro exército para servir."

Com o rosto marcado pelas rugas, Isko não aceita a acusação, feita na época pelos órgãos de segurança, de que fosse um profissional da subversão, um mercenário do contrabando. "Ganhava pouco, em média de Cr$ 300,00 a Cr$ 500,00 para sobreviver e nunca trairia o grupo de amigos que tinha na época; mas eu também estava motivado pelo ódio, assim como os militares e membros da Revolução nos odiavam."

Quanto ao contrabando, Isko alega que "não tinha outro meio de sobrevivência. Passei a fazer contrabando e uma vez, em Uruguaiana, estava com documentos falsos e malas cheias de roupas íntimas de mulher. Mas a patrulha do Exército que deteve o ônibus em que vinha não me descobriu. Mas eu sabia que o contrabando era uma atividade que não podia durar muito, e foi então que o Leonel Brizola me chamou para o Uruguai, no fim do ano de 64. Começou a me pagar o que recebia na Brigada, e fiquei com ele. Em 1965, Brizola me mandou para Cuba, para fazer cursos de guerrilha e sabotagem. Lá fiquei na *Sierra Maestra* durante um ano, e o que eles apresentavam a mais eram os armamentos. Possuíam todos os tipos de armas. Lá em Cuba vi que a tortura é igual em todos os países. Lá torturaram cinco agentes da CIA, que depois pela televisão disseram nada ter sofrido. Aqui ocorreu o mesmo nos órgãos de segurança."

"Naquela época, nós e eles (órgãos de ▶

segurança) víamos tudo aquilo como uma guerra. Isso já morreu há muito tempo", observa Isko. "Quando terminei o curso de guerrilha, Cuba e Brizola brigaram e os cubanos não queriam me deixar voltar. Tive de insistir muito para vir, e sei que alguns brasileiros, que lá ficaram, participaram depois, das tropas cubanas que atuaram em Angola."

Em 1966 ele chegou no Uruguai e ficou um mês num apartamento, sem fazer nada. "Perguntei ao Brizola o que faria e ele me disse que nada mais queria com aquilo tudo, desistia do que estava fazendo. E eu, que antes de sair do Brasil, fora pombo-correio do Brizola, levando e trazendo informações, resolvi voltar ao Brasil por minha conta."

"Era terrível viver na clandestinidade quando entrei na VPR, mudando sempre de lugar, dormindo em pensões miseráveis, saindo cedo e voltando tarde para dormir, escondendo o rosto."

Nesta época, Isko era o responsável pela instalação de aparelhos subversivos, pela planificação de seqüestros e encarregado da fabricação de bombas, minas, granadas e material incendiário. "A maioria dessas coisas não pude realizar por falta de material. As organizações guerrilheiras não estavam bem estruturadas, havia falta de disciplina. Não houve justiçamento de companheiro aqui no Sul, mas ocorreram muitas delações."

A JUSTIFICATIVA DA TORTURA

Com franqueza, Isko Germer justifica a tortura na época. "Era uma guerra para nós e para eles. Se tivesse que salvar uma coluna em troca da tortura de uma pessoa, eu o faria. Muitos dos terroristas reclamavam entre si pelas torturas sofridas, e eu lhes perguntava: mas o que esperavam ao entrar em organizações guerrilheiras?"

O ex-terrorista recorda sua prisão na praia de Capão da Canoa em 1971: "Eu ia me encontrar com o Reino, do Klement, um dos chefes da VPR no Rio Grande do Sul, e a polícia já nos esperava. Estava lá o policial Nilo Hervelha, um dos maiores torturadores do Dops. Fui levado de táxi aéreo para Porto Alegre, e fiquei uma semana no Dops. Fui torturado pelo Nilo Hervelha, numa equipe de torturadores chefiados pelo delegado Pedro Seelig. As violências foram terríveis e variavam do pau-de-arara ao choque elétrico, aos planchaços de pneus. O mais desmoralizante era o pau-de-arara. Nós, apesar das vendas que nos colocavam, víamos muitas vezes companheiros sendo torturados, pois ficávamos deitados no chão e olhando por baixo das vendas. Quando descobriam que estávamos olhando, nos batiam mais ainda. Realmente, as torturas foram terríveis, mas sempre as aceitei, por considerar-me numa guerra. Talvez por isso, a polícia me achasse mais perigoso do que os outros, que, na clandestinidade, iam em bares beber uísque e falar sobre marxismo, teoricamente. O mesmo ocorreu com Lamarca, que queriam impedir de chefiar a VPR, alegando que ele tinha falta de cultura, mas ele se impôs no campo da luta."

"Esta minha posição de disciplina deve ter impedido que eles tentassem me obrigar a confessar um falso arrependimento na televisão. Reinoldo Klement, um dos chefes, foi obrigado, após inúmeras torturas, que vi pessoalmente, a dizer que não sofreu maus tratos, pela televisão. Em São Paulo, outros três, um deles japonês, cujo nome não me lembro agora, também foram obrigados a se confessar arrependidos pela televisão. Mas assim como os órgãos de segurança mataram e perseguiram muita gente — como foi o caso do sargento Manoel Raimundo Soares, cujo corpo apareceu boiando no Rio Gravataí — as organizações terroristas também praticaram violências. Aqui no Sul, não houve casos que me lembre, mas em São Paulo a VPR matou a pauladas um tenente da Força Pública, no Vale da Ribeira. Havia um grupo da VPR lá e cerca de 20 mil soldados cercaram a região. Este tenente foi capturado e morto a pauladas porque os membros da VPR não podiam disparar um tiro de revólver, pois atrairiam o resto dos militares. No Rio de Janeiro também um delegado foi morto pela VPR. A violência, portanto, existiu tanto de um lado, como do outro, e acho que chegou o momento de esquecer tudo."

"A violência era aceita por todos. Uma guerra que felizmente já passou", diz Isko, lembrando que ao lado da Ação de Libertação Nacional (ALN), apenas a VPR era realmente um grupo de luta armada. "O POC e a Var-Palmares faziam somente o trabalho de conscientização da massa."

Ele reafirma que o momento é de "esquecer o passado, pois ainda em 64 houve muita injustiça. O tenente Mariani, da Brigada Militar, se suicidou devido às pressões que sofreu. Houve perseguições, isolamentos, pessoas passando fome, casais se desquitaram porque o marido não conseguia emprego, etc. Tudo isso hoje é passado, e não existe mais um movimento terrorista no Brasil. Agora acho um absurdo torturar pessoas. Num momento de guerra, como na época, era válida a tortura, mas o que desejou fazer este Brigadeiro Bournier — jogar ao mar, de um avião, 40 políticos e militares — é puro assassinato (ver matéria nas páginas seguintes). O Governo pode adotar a anistia, pois duvido que alguém no País ou que esteja no exterior como banido, tenha intenções de praticar o terrorismo."

Ele lembra que o roubo do cofre do ex-governador paulista, Ademar de Barros, subdividiu, na época, o grupo terrorista em Var-Palmares e VPR. "Tinha dois milhões e 400 mil dólares no cofre do Ademar, que estava na casa de uma sua ex-amante. Ademar já havia morrido, e quem deu a informação sobre o cofre foi um sobrinho dele, que era da VPR. O dinheiro foi distribuído entre os dois grupos e muita gente ficou com o dinheiro para si. Fala-se que um milhão de dólares foi parar na Argélia. Nada recebi desse dinheiro, mas dos assaltos a banco que pratiquei — Itaú-América, ao lado do hospital Nossa Senhora da Conceição, e agência Menino Deus da Caixa Econômica Federal — tirei dinheiro para minha subsistência."

"O desespero e o isolamento me obrigaram a fazer isto. Talvez, se tivesse sido aposentado, e não me tivessem deixado sem condições de sobrevivência, eu não teria entrado na guerrilha."

Planejador de várias operações terroristas, inclusive ao Círculo Militar de Porto Alegre, Isko Germer hoje está afastado de tudo isto, vivendo como dono de uma pensão, e afirmando que é preciso esquecer tudo: "Eles e nós praticamos erros. O momento é de reconciliação."

Pesquisa: tivemos 56 anistias

Anistia, como democracia, é grego. Foi usada pela primeira vez por Sólon (594 A.C.) para perdoar dívidas, mas sua tradução não é perdão. É esquecimento.

No Brasil ela já foi concedida 56 vezes, nas circunstâncias políticas mais diversas, desde a descoberta do país (veja a pesquisa abaixo). E no momento, volta a ser a principal aspiração de milhares de brasileiros (apenas na categoria dos cassados, 4.894) punidos pela Revolução de 1964.

A maioria dos que hoje esperam a anistia foram atingidos por três Atos Institucionais (o 1, de abril de 64; o 2, de outubro de 65; e o 5, de setembro de 69) que representam os golpes mais violentos do movimento político-militar de 64.

Os punidos se enquadram em duas categorias principais: subversão e corrupção. Mas não se sabe, formalmente, por exemplo, se o senhor Luís Carlos Prestes (cassado em abril de 64) o foi por corrupção ou subversão. Nem o senador Wilson Campos ou o ex-governador do Rio Grande do Norte, Cortez Pereira (cassados em julho de 76).

Assim, os ditos subversivos e ditos corruptos convivem na mesma indefinição e aspiram à mesma anitia. Mas este não é o aspecto mais delicado da questão. Os pontos nevrálgicos são formados pelas centenas de militares punidos (entre eles mais de 100 generais) e que em princípio readquiriram o direito de voltar aos quartéis e pelos punidos por crimes comuns, praticados por razões políticas.

Rui Barbosa é quem ensina que a anistia extingue todos os efeitos da pena e impõe perpétuo silêncio ao processo. Não é lei de perdão ou clemência, pois estes tratam-se de indultos — e o indulto, além de ser beneplácito do poder, depende de aceitação por parte do interessado, que assim reconhece o crime e aceita a graça (o ex-deputado Francisco Pinto rejeitou um indulto de Natal que lhe foi oferecido).

Consultando Rui e outros autores, um ex-líder estudantil da década de 60, ex-vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundários, Roberto Ribeiro Martins, recolheu material que em poucos meses dará um livro.

Sua pesquisa foi iniciada na prisão: condenado em 75 a cinco anos, obteve liberdade condicional em setembro do ano passado. O interesse pelo assunto nasceu de sua experiência e da de companheiros seus, condenados a 80 anos de prisão. E cresceu à medida em que na cadeia se aprofundava no estudo da História do Brasil. Foi importante para ele, na época, a correspondência que manteve com o historiador Hélio Silva, que considera esta a mais completa pesquisa sobre anistia.

É extraída de seu trabalho a relação das anistias, já concedidas no Brasil, que publicamos abaixo e que é parte de seu futuro livro:

Invasão holandesa — 1654
Com a derrota dos holandeses o acordo de paz firmado incluia anistia para os holandeses, judeus, homens de todas as nações e religiões, negros e índios, desertores e traidores. Todas as ofensas e hostilidades foram esquecidas. Negros e índios foram reincorporados. Pagos os soldados inimigos e honras militares tributadas aos chefes vencidos. Proibidas quaisquer ofensas aos derrotados e festas ruidosas que pudessem humilhar. (23)

Pernambuco — Dec. de 6.2.1818
Anistia aos envolvidos em fatos políticos ocorridos em Pernambuco que estivessem soltos; quanto aos presos deveriam ser julgados.

Invasão Napoleônica — Dec. de 23.2.1821
Anistia ampla aos que desertaram do Reino em face da invasão napoleônica.

Diversas — Decretos de 1810, 11, 17, 18, 19, 21 e 1823
Mandaram libertar indistintamente todos os presos de todas as comarcas do país em celebração de motivos gratos à família imperial.

Independência — Dec. de 18.9.1822

Onze dias após a proclamação da independência, o Imperador baixou decreto de anistia beneficiando os que apoiaram a causa; pelo mesmo instrumento era determinado que os que reagiram à independência abandonassem o país.

Devassa de São Paulo — Dec. de 23.9.1822
Depois de efetuada a devassa no Rio, absolvidos os inculpados e prevendo-se que o mesmo ocorreria em São Paulo, anistia-os previamente o Imperador. O episódio resulta na renúncia dos ministros José Bonifácio e Martin Francisco.
Na Constituinte de 23, que também tinha poderes legislativos, é apresentado projeto de anistia geral que, combatido pelo Imperador, é rejeitado.

Rebeliões na Província do Grão-Pará — 1824
A Independência chega tardiamente ao Grão-Pará. Sucedem-se rebeliões populares de caráter antiportuguês e de fundo social e republicano, precursoras da cabanagem. As rebeliões levam à formação de uma junta provisória de Governo, mas o povo ainda insatisfeito persiste na luta. O primeiro acordo de paz imposto pelos rebeldes que têm como centro a Vila de Cametá, em janeiro de 1824 incluia a *anistia,* o pagamento das despesas feitas pelo movimento revolucionário, aprovação das medidas das autoridades rebeldes, moratória e demissão dos portugueses. Nova rebelião logo se sucedeu atingindo Belém e o interior. Finalmente a paz estabeleceu-se a 9/6/1824 com *promessa de anistia* a todos os grupos armados.

Confederação do Equador — Dec. Imperial de 7.3.1824
A célebre Confederação do Equador, que pretendeu republicanizar o nordeste em 1824, termina com a derrota em 1º de dezembro. Executados Frei Caneca e sete outros revolucionários, além de condenados à pena capital vários outros que escaparam de morrer porque foragidos, o Imperador baixou exdrúxulo decreto "anistiando" os que não foram pronunciados pelo crime de rebelião.

Rebelião na Província Cisplatina — Dec. de 14.11.1826
Anistia aos desertores mesmo os que se encontravam entre os inimigos, exceto os cabeças da rebelião de 1825 na Província Cisplatina.

Diversas Rebeliões — Dec. de 9.4.1831
A Regência em nome do Imperador decretou anistia a todos quantos por motivo de crime político estivessem condenados ou pronunciados.

Sedição de Ouro Preto — Dec. nº 6 de 19.6.1835
Em Minas rebelam-se os Caramurus e depõem o presidente da Província. Depois de vencidos, os rebeldes são julgados e condenados. Posteriormente são anistiados juntamente com outros fatos ocorridos no Rio de Janeiro até 1834.

Movimento de 31/32 no Nordeste — Dec. nº 56 de 6.10.1835.
Beneficiou os militares, civis e estudantes que promoveram ops movimentos de 1831/32 nos estados de Alagoas e Pernambuco.

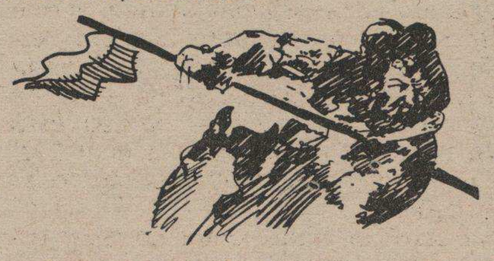
Sublevação de 20 de setembro — Lei nº 40 de 11.10.1836
Anistia condicional àqueles que se sublevaram a 20 de setembro do mesmo ano.

Balaiada e outras rebeliões — Dec. nº 224 de 22.8.1840
Depois de sufocadas uma série de rebeliões populares do período, entre elas a Balaiada, o Imperador decretou anistia condicional a todos os envolvidos em todas as Províncias do Império, desde quando se apresentassem às autoridades no prazo de 60 dias, reservando-se o Governo a faculdade de marcar lugar de residência a determinadas pessoas, as quais, se quebrassem o compromisso, seria imposto processo.

Dissolução da Câmara em 1842 — Dec. nº 342 de 14.3.1844
Anistiados todos os cidadãos que em São Paulo e Minas, sob a chefia de Feijó, Campos Vergueiro e Teófilo Otoni se rebelaram contra o Imperador pela dissolução da Câmara dos Deputados em 1842.

Vereadores das Câmaras Municipais — Dec. nº 369 de 2.7.1844
Anistia ampla e absoluta aos vereadores das Câmaras Municipais de Barbacena, Vila de São João do Presídio e São João del Rei que incorreram em crime de excesso de atribuições.

Guerra dos Farrapos — 1835/45



Com o término da Guerra dos Farrapos que conflagrou o Rio Grande do Sul por 10 anos, a anistia é resultado do acordo entre as partes em luta e consta do Manifesto da Paz de 1845. Já antes, pelo decreto 69 de 29.3.1841 o Imperador havia autorizado o Presidente da Província a conceder anistia aos envolvidos na Revolução Farroupilha que depusessem as armas e se submetessem ao Governo. A delegação de anistiar foi revogada em 7.5.1843 pelo decreto nº 292.

Revolução Praieira — Dec. nº 576A de 11.1.1849
Anistia aos sublevados da Revolução Praieira, em Pernambuco, para que, depondo as armas, se submetessem às leis régias.

Bispos de Olinda e do Pará — Dec. nº 5.993 de 1875
Anistiou os bispos de Olinda e de Belém além de outros religiosos que estavam presos em decorrência de desentendimentos com o Governo durante a "Questão Religiosa".

19.11.1890 — Indulto aos Monarquistas
Um ano e quatro dias após a proclamação da República, Deodoro decreta a anulação do decreto de banimento dos monarquistas. Em junho de 1891, o Visconde de Ouro Preto, chefe do último gabinete da Monarquia, regressa ao Brasil.

08.06.1892
O Congresso Nacional aprova o projeto da oposição, concedendo anistia a todos os cidadãos "detidos e desterrados" por força do decreto de 12 de abril. O decreto era de autoria de Floriano Peixoto e visava os militares e civis partidários de Deodoro e que haviam participado das revoltas das Fortalezas de Lages e Santa Cruz, muitos dos quais estavam desterrados na Amazonia.

16.09.1892
Anistia aos Revolucionários de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul.

12.09.1893
O Congresso Nacional anistia as pessoas implicadas nas rebeliões de 1893 em Santa Catarina e em 1892 em Pernambuco.

12.09.1893
Anistia às pessoas implicadas no novimento de 2 de março, no Maranhão.

12.09.1893
Anistia aos que participaram do movimento da Comarca de Catalão em Goiás.

01.01.1895
Decreto de graça indultando as praças da Armada, Exército e Guarda Nacional, pelos crimes de 1ª e 2ª deserção da Revolução Federalista na Revolta da Armada.

21.10.1895
O Governo Prudente de Morais envia projeto de anistia ao Congresso, mais restritiva, proibindo o retorno imediato às suas atividades. Rui Barbosa prossegue na defesa dos anistiados (Revolução Federalista e Revolta da Armada). Logo depois da sua volta do exílio, Rui reuniu as peças de defesa do livro *Anistia Inversa.*

05.11.1896
Anistia a todos os que participaram do movimento armado em Sergipe.

07.12.1898
Lei nº 533 suprime todas as restrições impostas por ato do Poder Legislativo ou Executivo à anistia de 1895 (Revolução Federalista e Revolta da Armada) exceto as relativas a vencimentos e promoções já decretadas. A lei nº 533 beneficou ainda, de forma ampla e irrestrita, a todos os militares que direta ou indiretamente houvessem participado dos movimentos ocorridos nas escolas militares do país até aquela data, determinando a reintegração de todos os afastados.

02.09.1905
Projeto de Rui Barbosa sancionado nessa data, anistia cadetes da escola militar da Praia Vermelha e centenas de populares deportados para a Amazônia e Acre em punição pela chamada revolta da Vacina Obrigatória, no Governo Rodrigues Alves.

27.12.1906
Anistia para os revolucionários de Mato Grosso que depuseram a trucidaram o governador Paz de Barros em julho de 1906. Beneficia os revolucionários sergipanos.

25.11.1910
Anistia concedida como condição prévia para pôr fim à revolta dos marinheiros, conhecida como a revolta da Chibata. Os marinheiros revoltosos, de posse dos dois maiores navios do mundo, Encouraçados Minas Gerais e São Paulo, além de outras embarcações, dominaram o Rio de Janeiro. A anistia foi atendida pelo Congresso apesar da resistência dos militares, principalmente da Armada. O decreto declara: "É concedida a anistia aos insurretos da parte de navios de guerra da Armada Nacional se os mesmos dentro do prazo que lhes for marcado pelo Governo se submeterem às autoridades constituídas."

13.11.1912
Anistiou os insurretos dos movimentos revolucionários

do Ceará contra a oligarquia dos Aciolly e a demissão do Padre Cícero da Prefeitura de Juazeiro.

1915

Antes da declaração de guerra à Alemanha, na 1ª Guerra Mundial e o estado de sítio então declarado, a Câmara Federal concedeu anistia a todos os revoltosos desde 1889 até 1915, com exceção dos sargentos no mesmo ano.

1923

O pacto de Pedras Altas pondo fim à Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, incluiu na cláusula nona a reivindicação dos revoltosos: a representação parlamentar do Rio Grande do Sul patrocinaria a aprovação do projeto de anistia a favor de todos os envolvidos na luta. O Governo Estadual daria todas as garantias aos revoltosos até a aprovação daquela medida.

09.11.1930

A Campanha da Aliança Liberal que precedeu a revolução de outubro de 1930 pregou anistia em seus comícios. O bloco operário-camponês que participou das eleições de 1927 tinha, em sua plataforma, anistia. Vitoriosa a revolução, uma das primeiras medidas do Governo Provisório foi decretar a anistia incluindo em seu benefício, os *crimes* políticos, militares e de imprensa e assegurando aos beneficiados o retorno às suas funções. Em seu terceiro parágrafo diz textualmente: "Ficam em perpétuo silêncio como se nunca tivessem existido os processos e setenças relativas a esses atos."

30.07.1931

Anistia aos civis e militares que tomaram parte no movimento sedicioso da Força Pública paulista de 28 de abril de 1931.

23.10.1931

Anistia os responsáveis por crimes eleitorais praticados até 24.10.1930, bem como os civis e militares implicados em movimentos sediciosos ocorridos no país desde aquela data até a do decreto.

30.10.1931

Anistia civis e militares implicados no movimento sedicioso do Recife em 20 de maio.

21.01.1934

Anistia do Governo Provisório e da Assembléia Nacional Constituintes fazendo reverter às fileiras das Forças Armadas oficiais e subalternos que direta ou indiretamente estivessem comprometidos com ações subversivas durante o ano de 1932.

28.05.1934

Revoga o decreto 22.194 de 1932 e as medidas dele decorrentes, tais como cassações e direitos políticos e isenta de ação penal os que participaram da Revolução Constitucionalista de 1932, tornando inexistentes as decisões da Justiça de Exceção instituída pelo Governo Provisório.

A Constituição de 1934, no artigo 19 das disposições transitórias, concede anistia ampla a todos os quanto tenham cometido crimes políticos até a presente data. Esta disposição ampla que beneficiava além dos constitucionalistas de 1932, líderes sindicais, comunistas e outros resultou do amplo debate travado na Constituinte, não satisfeita com o caráter restritivo do decreto de anistia do Governo Provisório.

10.04.1943

Anistia a Flores da Cunha que se encontrava preso na Ilha Grande.

18.04.1945

O Estado Novo implantado a 10.11.1937 encheu as cadeias de presos e determinou o exílio de militares brasileiros. Ao definir a vitória dos aliados, já o Brasil, participando da guerra com o envio da FEB e da FAB, ganhou importância o movimento de contestação ao Estado Novo que tinha como principal bandeira a anistia ampla e irrestrita. Vargas a 18 de abril concede anistia com restrições, condicionando o retorno dos anistiados às suas antigas funções a pareceres de comissões nomeadas pelo próprio Governo. À chegada dos presos políticos vindos da Ilha Grande, foram eles carregados nos braços do povo; entre eles Jorge Amado, Hermes Lima, Otávio e João Mangabeira.

23.07.1945

Anistia aos militares desertores da FEB.

28.08.1945

Anistia aos militares desertores da FAB.

10.09.1945

Anistia aos acusados por crimes de injúrias ao Poder Público.

14.05.1946

Anistia dos crimes eleitorais.

18.09.1946

O Artigo 28 das disposições transitórias concedeu anistia abrangendo os desertores, insubmissos e trabalhadores grevistas.

13.07.1951

É concedida a anistia aos condenados ou processados por greves.

1955

Decreto legislativo nº 70 anistiando todos os condenados ou processados como decorrência do conflito havido entre os elementos da Polícia Federal e da *Tribuna Popular*, no 1º semestre de 1948.

1956

Decreto nº 16 que anistia os jornalistas.

1956

Decreto legislativo nº 20 concede anistia aos militares e civis que se envolveram nos movimentos subversivos do país no período compreendido entre 10.11.1955 até 01.03.1956. Nesse período teve lugar a chamada Novembrada de 1955 e a revolta de Jacareacanga de 1956.

20.06.1956

Decreto nº 27, anistiando trabalhadores grevistas de empresas públicas e privadas, acusados ou condenados por diversas leis.

20.07.1961

Anistia a trabalhadores de empresas estatais e privadas e servidores, acusados ou condenados por motivo de greve e garante aos anistiados o direito de contribuição e benefício das caixas de aposentadoria e pensão (Dec. Leg. nº 1).

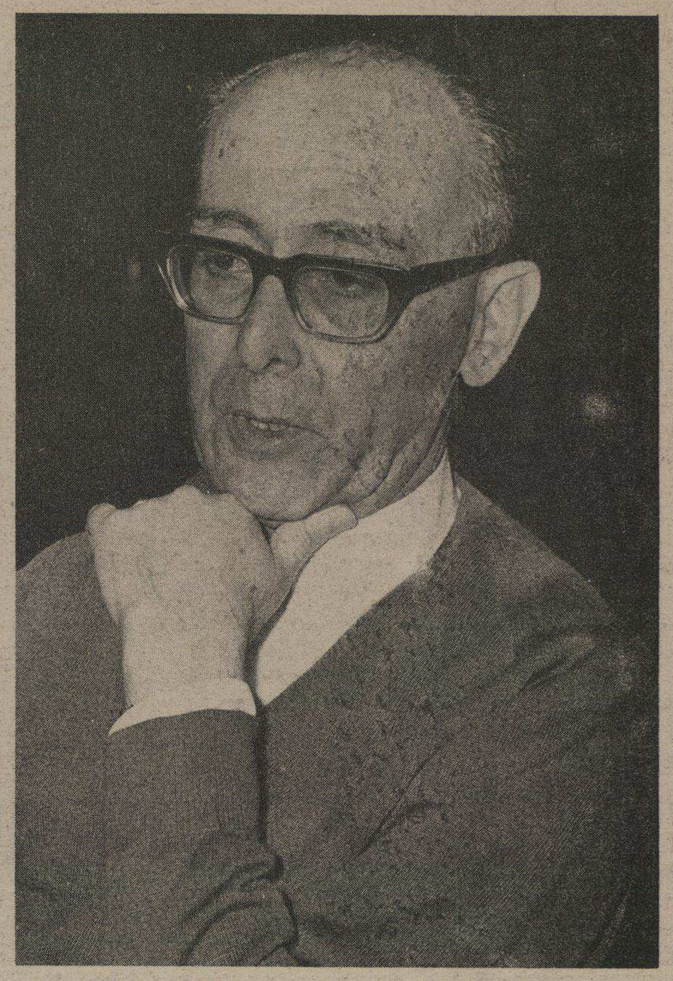
Dec. nº 18 de 15.12.1961

Anistiou todos os que participaram de fatos definidos por lei como crimes políticos desde 16.07.1934 até o Ato Adicional (Parlamentarismo): trabalhadores grevistas, servidores civis e militares, estudantes, jornalistas acusados de delitos de imprensa. O decreto abrangeu uma enorme gama de beneficiários, incluindo participantes da Aliança Nacional Libertadora de 1935 e os integrantes da campanha de "O Petróleo é nosso", beneficiando, ainda, participantes de Aragarças, incluindo os responsáveis pelo primeiro seqüestro de aeronave civil da história do país.

Dec. nº 15 de 1963

Anistiou todos os incursos em delitos de imprensa.

Flores da Cunha, (esquerda) Cordeiro de Faria e Mem de Sá: três que voltaram à política graças à anistia



"Nunca brasileiros cumpriram tão longa pena"

Hélio Silva *

A História ensina que a anistia sempre coroou os movimentos de insurreição no Brasil, dando paz aos vencedores e vencidos e pacificando a família brasileira.

É a lição que se aprende no estudo de um moço pesquisador que o público em breve conhecerá — Roberto Ribeiro Martins — que realizou a mais completa pesquisa que conheço sobre a anistia no Brasil Império, no Brasil Colônia e no Brasil República, abrangendo desde a invasão holandesa (1654) até o decreto legislativo número 15, de 1963, anistiando todos os incursos em delitos de imprensa (leia na página ao lado).

A lição da História nos ensina que a anistia foi concedida a invasores estrangeiros, a judeus, aos que lutaram contra a Independência.

A República anistia os monarquistas e anula o decreto de banimento, um ano e quatro dias após o 15 de Novembro. Assim, voltam os brasileiros expatriados, entre os quais o Visconde de Ouro Preto, o último chefe de Gabinete da Monarquia e o autor do famoso Manifesto que se constitui, até hoje, o mais sério libelo à Proclamação e a mais grave acusação ao Marechal Floriano Peixoto.

Floriano anistia os deodoristas "detidos e desterrados", entre os quais J. J. Seabra. Levantes em vários estados tiveram como fecho a anistia ampla e o retorno dos anistiados às suas atividades.

Quando conveniências de momento e pressões dominantes determinaram restrições, tal o caso da Revolução Federalista e da Revolta da Armada (1895), a voz de Rui se levantou no libelo de seu livro "Anistia Inversa". Mais tarde, a lei nº 533, de 7 de dezembro de 1898, suprimiu todas as restrições.

Há casos de movimentos de repercussão popular, como o levante da Vacina Obrigatória, em 1904, com a prisão e deportação, para o Amazonas-Acre, de centenas de implicados, que terminou com a anistia de 2 de setembro de 1905.

A Segunda República, inaugurada a 24 de outubro de 1930, quando, pela primeira vez, foi deposto um presidente, Washington Luís Pereira de Souza, também usou a anistia como meio de pacificação da família brasileira.

Os sucessivos movimentos revolucionários da década de 20, que levaram milhares de brasileiros às prisões e ao exílio, motivaram a campanha pela anistia com que se apresentava a Aliança Liberal.

Vencedora a revolução, a promessa foi cumprida. O decreto, que inclui, no benefício da medida, os "crimes" políticos, militares e de imprensa, assegura aos beneficiários o retorno às suas funções e declara, em seu terceiro parágrafo: "Ficam em perpétuo silêncio, como se nunca tivessem existido, os processos e sentenças relativos a esses fatos..." Resta acentuar que entre os anistiados estavam Eduardo Gomes, Nelson de Melo, Odylio Denys, Osvaldo Cordeiro de Farias, Mem de Sá.

Os revoltosos de 24: também perdoados

A Revolução Constitucionalista teve como complementos os decretos 23.674 e 24.297, ambos de 1934. Restrições que existiam foram anuladas pela Constituição que estabeleceu, no artigo 19 das Disposições Transitórias, "anistia ampla a todos quantos tenham cometido crimes políticos até a presente data".

As cassações de direitos políticos, os banimentos, todas as medidas reacionárias que foram tomadas logo após o esmagamento da resistência paulista foram revogadas. Entre os que foram contemplados com a medida figura o então coronel Euclides Figueiredo.

Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, obrigado a exilar-se às vésperas do 10 de novembro de 1937, preso e condenado, é anistiado em 10 de abril de 1943.

Em 1945, definida a sorte das armas na África, participando o Brasil, ao lado dos Aliados, da II Guerra Mundial, irrompe e cresce a campanha pela reconstitucionalização. A bandeira que as oposições desfraldam é a anistia. São os "carcomidos" de 30; os descontentes de 31; os constitucionalistas de 32; os comunistas de 35; os integralistas de 37. Vargas, gênio político, antecipa-se e concede anistia, com restrições. A Assembléia Nacional Constituinte de 46 vai ampliá-la. Quando os presos políticos desembarcam na Praça Mauá, são carregados pelo povo. A anistia atinge até os militares desertores da FEB e da FAB.

Anistia por crimes eleitorais; anistia por delitos de imprensa; anistia a grevistas. Anistia concedida pelo presidente Juscelino Kubitschek aos revoltosos de Jacareacanga. Anistia concedida pelo presidente João Goulart aos revoltosos de Aragarças.

Fala-se em restringir a anistia, excluindo dela os que pegaram em armas e os terroristas. Esses seriam crimes comuns. Anistia não fala em distinção. Crime político é aquele que tem motivação política, com ou sem uso de armas. Crime político, seqüestro — o primeiro seqüestro de avião comercial na história — foi feito por um militar brasileiro, major da Aeronáutica, Eber Teixeira, anistiado em 1961 pelo presidente João Goulart.

Se a legislação de emergência criou outra concepção de "crime político", bastaria a legislação de emergência, o estado de emergência, a motivação dos acusados para caracterizar o crime político.

A verdade é que de 1964 para cá, cerca de 10 mil brasileiros estão presos: três condenados à prisão perpétua; muitos cumprindo excesso de pena; outros foragidos, desaparecidos, exilados, sem poderem sequer registrar seus filhos como brasileiros. Jamais, na História do Brasil, brasileiros que se levantaram contra o poder constituído, e foram vencidos, cumpriram tão longa pena.

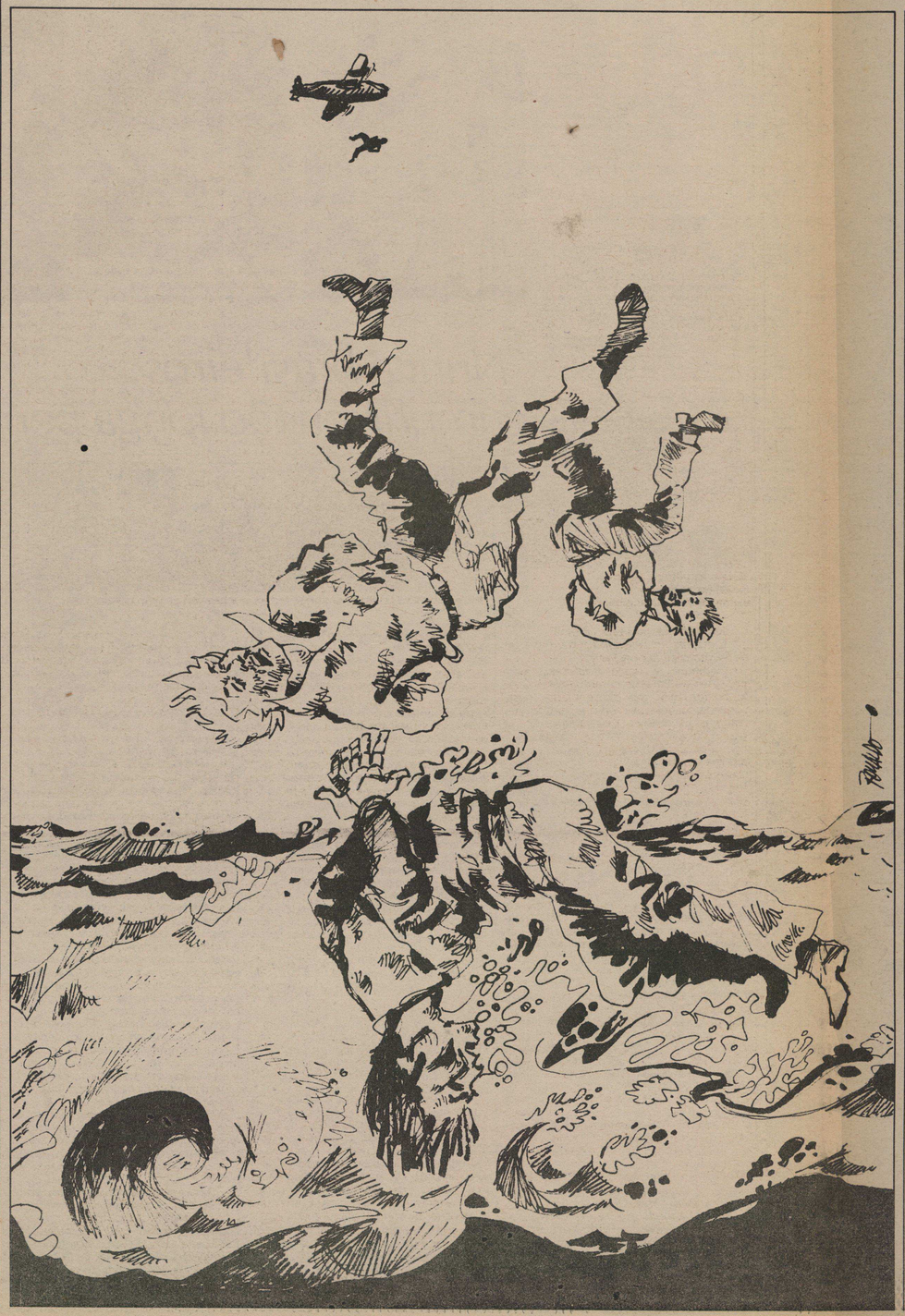
A pesquisa das anistias anteriores não comprovou que os anistiados passassem a constituir novo perigo. Ao contrário, sem a anistia não teriam sido absorvidos, em nossa evolução política, Eduardo Gomes, Nelson de Melo, Odylio Denys, Osvaldo Cordeiro de Farias, Mem de Sá, Euclides Figueiredo.

Porque só a anistia ampla, irrestrita dará paz ao povo brasileiro e testemunhará a firmeza de nossas instituições.

---

* Hélio Silva é diretor do Centro de Memória Social Brasileiro, da Universidade Cândido Mendes, no Rio. Jornalista desde 1920 (tem 74 anos de idade), decano do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa, é autor, juntamente com Maria Cecília Ribas Carneiro, da História da República Brasileira, composta de 20 volumes, cada um com 50 mil exemplares distribuídos em 30 mil bancas de jornal de todo o país.

O CASO PARA-SAR



A Revolução de 1964 está prestes a reconhecer seu primeiro erro, já devidamente identificado e localizado numa casa colonial no bairro carioca do Recreio dos Bandeirantes: Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, 47 anos, três filhos, capitão da Aeronáutica reformado em setembro de 1969, pela Junta Militar, com base no AI-5.

Punido por se recusar a liderar seus companheiros do Para-Sar — uma unidade de elite da Aeronáutica altamente especializada em operações de resgate e salvamento — em atividades extralegais de terrorismo político nos meses agitados de 1968, o capitão Sérgio passou a ocupar as manchetes de jornais e revistas desde a noite de 14 de fevereiro último, quando seu caso reviveu sob a arrebatada defesa do general aposentado e ex-ministro do STM, Pery Bevilacqua, na solenidade de lançamento do Comitê Brasileiro pela Anistia, na sede da ABI. Foi reaberta, então, uma das mais tenebrosas histórias da vida política brasileira no período revolucionário: o "Caso Para-Sar", como ficou conhecido, é ao mesmo tempo um exemplo do equívoco e da injustiça a que podem chegar as leis excepcionais que sufocam o país e um mergulho inédito na luta interna que convulsionou setores militares divididos entre métodos legais e ilegais de repressão.

Um conflito que, aparentemente, começa a ser vencido pelos militares que acreditam que a melhor maneira de coibir excessos e abusos contra a lei está no estrito cumprimento da própria lei — especialmente nas ofensas à dignidade da pessoa humana. Assim, enquanto adversários fidalgais como o general Pery Bevilacqua e o ex-governador Leonel Brizola coincidem na luta por uma anistia "ampla, geral, irrestrita e recíproca", aumenta cada vez mais o número de oficiais-generais do Superior Tribunal Militar preocupados com o controle e a eliminação dos casos de torturas nas prisões políticas do país.

Nos primeiros dias de março, quando a palavra anistia deixava de ser tabu para ocupar as manchetes dos grandes jornais e as capas de revistas, crescia em Brasília a convicção de que o drama do capitão Sérgio seria o primeiro, no longo processo de punições irrecorríveis da Revolução, a ser solucionado pelo indulto presidencial — provavelmente ainda antes do fim do Governo Geisel. Freqüentadores privilegiados do Palácio do Planalto admitiam que a pasta do Caso Para-Sar "já está sobre a mesa do presidente". Afinal, além do apoio de revolucionários ilustres como o almirante Sílvio Heck, o brigadeiro Délio Jardim de Mattos e o marechal Cordeiro de Farias, o capitão Sérgio conta ainda com o amparo persistente daquele que, segundo suas palavras, é o seu "verdadeiro anjo salvador", o influente e inabalável marechal-do-ar Eduardo Gomes. Numa carta de três laudas, dirigida a 20 de março de 1974 ao presidente Ernesto Geisel e publicada este mês pela revista Veja, **o velho líder militar pede justiça, lembrando: "Foi o capitão Sérgio, por sua liderança natural, maturidade, desambição, coragem e firmeza de caráter, quem evitou que o Para-Sar, gloriosa unidade especial da Aeronáutica — da qual foi um dos fundadores e onde serviu durante dez anos — fosse desviado de sua destinação legal e empregado, de forma indigna e criminosa, como instrumento de ação desvairada de um insano mental, inspirado por instintos perversos e sanguinários, sob o pretexto de proteger o Brasil do perigo comunista (...). Foi a ação desse simples capitão, verdadeiramente inspirado por Deus, que evitou outros rumos para a história de nossa pátria."**

Antonio IGM Carvalho

Sérgio, capitão: 827 saltos, 5.000 horas de vôo e uma missão não cumprida

AIB

Sérgio, capitão reformado: certas ordens comportam perguntas e dúvidas

Seja onde for, nós estaremos lá.
(Lema da 1ª Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento, o Para-Sar).

Cachimbo é longe o bastante para provar que o Para-Sar cumpria à risca o seu juramento. Foi nas proximidades desta pequena cidade paraense, perdida nas margens da rodovia Cuiabá-Santarém, a poucos quilômetros da fronteira do Pará com Mato Grosso do Norte, que se realizou a primeira missão da equipe de busca e salvamento da FAB, criada em 1959 pelos tenentes pára-quedistas Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho e Roberto Guaranys (intendentes) e Rubens *Doc* Santos (médico). Com eficiência, a equipe localizou aos restos do avião Douglas PP-AKF da extinta Real Aerovias, caído naquele mesmo ano na região.

Com o surgimento do Para-Sar, que passa a existir oficialmente a partir de 1963, a Aeronáutica elimina a deificiência que tinha em termos de busca e salvamento e forma, ao mesmo tempo, um grupo de elite altamente adestrado e preparado para operações de emergência.

Os homens do Para-Sar são militares da FAB recrutados como voluntários entre oficiais, sargentos e cabos de diversas unidades.Todos eles passam por um rigoroso exame de seleção psicológica, médica e física no Instituto de Seleção, Controle e Pesquisas da Aeronáutica, sediado no Rio. Daí, aptos a cumprir missões especiais de pára-quedismo, submetem-se a cinco semanas de instrução na Divisão Aeroterrestre do Exército, onde se qualificam como pára-quedistas militares.

Retornam à esquadrilha, onde permanecem dois meses em observação diária e em treinamento juntamente com o pessoal de operação.

Depois, candidatam-se ao curso especial de salvamento e resgate, coordenado pela Divisão de Atualização Técnica da Diretoria de Rotas Aéreas e com duração de seis meses, divididos em três fases e diversas disciplinas: treinamento médico, técnica aeroterrestre, sobrevivência em selva, mar e área radioativa, destruições, técnicas de salvamento na selva, em regiões áridas, em montanhas e na recuperação de carga útil.

A média mínima para aprovação é 7 e, por isso, apenas 10 a 20% dos candidatos conseguem ocupar um das 40 vagas disponíveis, que eles se comprometem a ocupar por um prazo mínimo de seis anos.

Este grupo de super-homens, na maioria sargentos de bom nível intelectual e excelente preparo físico, voluntariosos, aventureiros e idealistas, passava a maior parte do tempo em treinamentos de sobrevivência na selva, resgatando vítimas de acidentes aéreos, ajudando em partos no meio da selva, contatando tribos indígenas isoladas e abrindo campos de pouso nas florestas do Brasil Central.

Viviam, assim, bastante afastados da política e ignorando praticamente os temas principais daqueles agitados dias de 1968: manifestações estudantis, passeatas, greves, bombas, terroristas e repressão.

A própria Aeronáutica, como outras forças militares do país, vivia então os conflitos gerados pela instável conjuntura do país. De um lado estavam os *eduardistas*, os partidários da linha de atuação legalista do brigadeiro Eduardo Gomes, o setor *moderado* da FAB.

De outro, os *marcistas*, adeptos dos radicais direitistas identificados com o ministro Márcio de Souza Mello e, assim como os demais ministros militares, subordinados à orientação *dura* do chefe da Casa Militar da presidência, general Jayme Portela, considerado o "o homem forte" do governo Costa e Silva.

Um fiel *marcista* era o chefe de gabinete do Ministro, o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, um homem nervoso, acostumado a falar aos gritos, participante nos anos 50 de um curso do *Programa de Rearmamento Moral* nos Estados Unidos e que, segundo alguns companheiros de farda, "voltou mais severo do que nunca" após algumas aulas com instrutores americanos na zona do Canal do Panamá.

Burnier era um dos militares que sonhava levar o Para-Sar para longe, bem longe de suas finalidades originais. Burnier não se contentava com os propósitos humanitários expressos no símbolo do grupamento inventado pelo capitão Sérgio: um triângulo com três palavras (Desbravar, Socorrer, Resgatar), uma sobre cada lado. Burnier queria do Para-Sar justamente o contrário: Infiltrar, Matar, Seqüestrar. Burnier queria transformar o Para-Sar num "Esquadrão da Morte".

MORRE UM ESTUDANTE

Previa-se um clima político conturbado para os primeiros dias de abril de 68, especialmente no Rio. Dias antes, quando a polícia dispersava uma manifestação estudantil no restaurante do Calabouço, junto ao Museu de Arte Moderna, uma bala matava o estudante Edson Luís de Lima Souto.

Nesta época, o esquadrão do Para-Sar ficava sempre com um terço de seu efetivo de prontidão. Na noite de 4 de abril, véspera da missa de sétimo dia do estudante Edson Luís, o major Gil Lessa de Carvalho, que chefiava o Para-Sar na ocasião, ordena ao pessoal de prontidão que troque as fardas por roupas civis e procure o capitão Cordovil na seção de material, para receber pistolas 45 (com o número de registro raspado), falsos documentos de identidade e granadas. Ninguém sabe do que se trata.

Tudo isso ocorre sem o conhecimento prévio do brigadeiro Itamar Rocha, diretor-geral da Diretoria de Rotas Aéreas e responsável pela utilização em operações do Para-Sar.

Os homens embarcam num ônibus da Aeronáutica, que no trajeto para o quartel da Escola de Comunicações do Exército, na Quinta da Boa Vista, ao lado do CPOR, recolhe outros companheiros, aos quais é feita sempre a mesma recomendação: "Vistam-se com roupas o mais escuro possível e quem tiver arma particular, que leve".

Sob o comando do major Lessa reúnem-se no ônibus o capitão Cordovil, o tenente João Batista Magalhães, os sargentos Xavier, Geraldo, Lins, Monteiro, Onésio, Prioste e Cabral e os cabos Alcino, Reis e Yamanaka. Na Escola de Comunicações, depois de falar com o comandante do quartel, Lessa transfere seu grupo para quatro peruas do Exército que os leva para o Campo de Santana, em frente à sede do Ministério do Exército, no centro da cidade. Lá, o major Lessa volta a ter contato com um general do Exército, na Escola Rivadávia Correia.

Minutos depois, Lessa retorna com ordens de dividir o grupo em três: Cinelândia, Largo de São Francisco e Candelária. Mais tarde, um quarto grupo é destacado para o Largo da Carioca. A operação dos quatro grupos seria coordenada pelo próprio Lessa desde o QG montado na sede do Estado-Maior das Forças Armadas.

"INVADAM E MATEM"

Alguns sargentos ainda conseguem ver o oficial que passara as ordens ao major Lessa na Escola Rivadávia Correia: é o general Orlando Ramalho, identificado como "um sujeito baixinho, meio gordo e já com uma calvície acentuada".

Passa da meia-noite, da madrugada de 4 para 5 de abril, quando os homens do Para-Sar, em locais pré-determinados do pátio da escola, são exibidos de frente, costas e perfil ao pessoal da PM, Exército e Dops — cautela para evitar que fossem confundidos com os manifestantes. Na Cinelândia fica o grupo comandado por Lessa e composto pelos sargentos Geraldo e Xavier e pelo cabo Alcino. No Largo da Carioca, o capitão Cordovil e o sargento Lins. No Largo de São Francisco, o tenente Magalhães, o sargento Monteiro e os cabos Reis e Yamanaka. Na Candelária, os sargentos Cabral, Onésio e Prioste.

As ordens do major Lessa são claras: "Tomem conta principalmente das janelas para ver quem atira coisas contra a polícia. Caso descubram alguém, invadam o local e liquidem com quem estiver lá. A fuga de vocês estará coberta".

No dia da missa o único grupo que invadiu prédio foi o da Cinelândia, quando um saco plástico foi atirado sobre os soldados desde o edifício número 13 de Avenida 13 de Maio. O grupo subiu o elevador acompanhado de três agentes do Dops e tentou interditar o andar onde funcionava o Conselho Nacional de Petróleo, mas os oficiais-generais e coronéis que trabalhavam no CNP deram-lhes contra-ordens.

▶

Os militares desceram então para o 17º ou 16º andar e localizaram numa sala um homem de cor negra, que não chegou a ser espancado mas passou pelo EMFA antes de ser levado para a polícia. Todos os quatro grupos do Para-Sar, porém, colaboraram na prisão de estudantes e populares.

Consta que os próprios integrantes do Para-Sar combinaram entre si que não eliminariam ninguém, fingindo apenas que cumpririam as determinações.

Embora estivesse no Rio naqueles dias, o brigadeiro Itamar Rocha não foi informado de nada, já que as chamadas "missões de segurança interna" eram tratadas sob sigilo absoluto pelos QGs da III Zona Aérea, do I Exército e do I Distrito Naval. Em princípios de julho, Rocha foi procurado pelo brigadeiro Mário Paglioli de Lucena, que informou ter sido procurado pelo capitão Guaranys, solicitando sua interferência junto aos escalões superiores para que o Para-Sar não voltasse a ser utilizado em novas ações repressivas.

Da mesma forma, o capitão Sérgio, coordenador aeroterrestre do grupo, admirado e respeitado pelos companheiros devido aos 827 saltos e 5.000 horas de vôo cumpridos no Para-Sar, levou ao brigadeiro Labarthe Lebre, comandante da Escola da Aeronáutica do Campo dos Afonsos, as suas preocupações com o possível envolvimento da unidade em operações ilegais. Lebre não se mostrou muito preocupado e recomendou ao capitão que não desse importância ao caso.

O capitão Sérgio não se convenceu, falou disso na praia ao major Arthur Soares de Almeida, seu amigo, que prometeu esclarecer tudo diretamente com o brigadeiro Burnier, apontado como o responsável pela idéia de empregar o Para-Sar em missões repressivas. O chefe do gabinete do ministro da Aeronáutica, irritado, iterpelou o capitão a portas fechadas, negando sua participação no caso e pedindo para não envolver o seu nome.

O capitão Sérgio voltou a ter a mesma conversa com o major-aviador Amazonas, que prometeu também falar com Burnier. Por uma mensagem de rádio cifrada, Burnier convocou o capitão Sérgio ao seu gabinete.

A este encontro, ocorrido no dia 12 de junho, estava presente o brigadeiro Hipólito, recém-chegado da Zona do Canal do Panamá. Burnier começou a conversa dirigindo-se a Hipólito:

— Brigadeiro, o capitão Sérgio continua a fazer comentário, a doutrinar contra o emprego, por nós previsto, para o Para-Sar.

O brigadeiro Hipólito, parecendo não ter entendido muito bem a frase, pediu a Burnier que esclarecesse melhor o que dissera. Burnier apresentou o capitão Sérgio como um militar humanista, um pacifista, "um homem enfim, assustado com a hipótese de ter que matar alguém".

O brigadeiro Hipólito achou graça. Burnier, então, iniciou a apologia da necessidade de matar, dizendo entre outras coisas, o seguinte:

— O governo é fraco com os comunistas. A FAB tem, por maioria, um bando de brigadeiros velhos e decrépitos. Há necessidade de uma nova mentalidade, assim como de uma nova FAB. Nós representamos os verdadeiros revolucionários. O militar que passa pela vida sem matar é um frustrado. Em combate eu não faria, jamais, prisioneiros. Comunista não é brasileiro. Seja qual for o número de pessoas que morrem para salvar o Brasil do comunismo, vale a pena tal sacrifício. Na FAB não há lugar para humanista e pacifistas e pessoas que não concebam matar. A hora não é de integração, desbravamento e outras bobagens, a hora é de lutar. Isto tudo que eu estou dizendo aqui não deve jamais estravasar, em hipótese alguma.

Burnier, empolgado, passou a citar exemplos de missões que ele considerava importantes para livrar o país do comunismo: seqüestrar quarenta políticos e militares, entre os quais Carlos Lacerda, o general Olímpio Mourão Filho e o brigadeiro Francisco Teixeira (ministro do governo João Goulart), embarcá-los num DC-3 e jogá-los ao mar, a cerca de 40 milhas da costa.

Previa-se, também, a explosão do gasômetro do Rio, em frente ao terminal rodoviário Novo Rio, na hora do pique, atentados a bomba contra depósitos de combustíveis e um ataque de *napalm* sobre a multidão que acompanhava, no cemitério, o enterro de Edson Luís.

O brigadeiro Hipólito perguntou ao capitão Sérgio:

AJB

Burnier: brigadeiro em 68, agora empresário

— Você já matou? Eu já.

O capitão, sem responder, virou-se para Burnier e perguntou se ele também já havia matado. Burnier:

— Não matei, mas isso é questão de tempo.

O capitão Sérgio retrucou:

— Nem eu, nem ninguém no Para-Sar fará isso que os senhores querem.

Burnier, gritando, num acesso de raiva, convocou toda a esquadrilha do Para-Sar para uma nova discussão, dentro de 48 horas, sobre o assunto, em seu gabinete, às 14 horas do dia 14 de junho de 1968. Burnier ainda estava convencido de que, para missões de tal responsabilidade, o ideal era justamente o Para-Sar, "constituído por homens de coragem, determinação e treinamento técnico-operacional já comprovados".

Burnier dizia a seus amigos que, "se o capitão Sérgio concordasse, em seis meses, com as armas de que dispunham, acabariam com todos os comunistas do Brasil". Havia, ainda, uma vantagem adicional na utilização do grupo, segundo Burnier: "Pelo conceito que desfruta junto à Nação, o Para-Sar seria o último a despertar suspeitas de estar metido em tais façanhas..."

No início da tarde do dia 14 de junho, soldados da polícia da Aeronáutica, armados de metralhadoras, cercavam o gabinete de Burnier, enquanto o brigadeiro repetia aos 40 homens do Para-Sar, perfilados a sua frente, os mesmos argumentos estonteantes de sua conversa de dois dias atrás. Torcendo as mãos e andando de um lado para outro em seu gabinete, Burnier citou três exemplos sobre a necessidade de matar:

1) No caso de uma guerra com outros países, ante a necessidade de resgatar um companheiro ou um prisioneiro, a exemplo do que faz o Sar dos Estados Unidos no Vietname, o Para-Sar teria que matar para cumprir sua missão;

2) No caso de uma guerra civil, com o país dividido em duas partes, o Para-Sar teria que matar para cumprir missão idêntica;

3) No caso de paz, mas em situações de agitação de rua, o Para-Sar também deveria desempenhar a mesma missão, mas não é fácil matar. Para matar bem é preciso saber matar, sentindo o gosto de sangue na boca. Se já estivéssemos treinando tropas como vocês, figuras políticas como o ex-governador Carlos Lacerda, esse canalha que todos pensam ser meu amigo, já estariam mortas. Isso não aconteceu porque a mão dos pára-quedistas do Exército tremeu. Eles se perderam em considerações sobre se a ordem era certa ou errada. Ordens como essas não se discutem. Cumprem-se sem comentários posteriores. Vocês precisam ter sangue-frio, para que pessoas inconvenientes possam sumir do cenário político nacional, sendo lançadas em alto-mar, de navio ou avião.

Encarando os oficiais do grupo a sua frente, perguntou ao major Lessa e ao capitão Guaranys (atual chefe do Para-Sar) se concordavam com ele. Ambos responderam que sim. Voltando-se para o capitão Sérgio, repetiu a pergunta. Capitão Sérgio:

— Com as duas primeiras hipóteses, concordo, mas não concordo com a terceira, que considero uma indignidade...

Antes que falasse mais, Burnier cortou sua palavra. Furioso, ordenou que aguardasse ordens e encerrou a reunião. Na segunda-feira seguinte ao 14 de junho, numa reunião de todo o Para-Sar, o major Lessa alertou: "Vocês ouviram as palavras do brigadeiro Burnier. De hoje em diante o Para-Sar executará qualquer tipo de missão especial. Quem não estiver de acordo pode entregar o boné". O capitão "Doc" Santos, perguntou: "O brigadeiro Burnier quer que cometamos atentados?". O major Lessa foi incisivo: "Qualquer coisa que ele mandar, e sem discussão". O capitão "Doc" resolveu entregar o seu boné, deixando o Para-Sar.

BOLETIM RESERVADO

No dia 20, na ausência do major Lessa, o capitão Sérgio assumiu o comando da esquadrilha. Reuniu todos os seus homens e comunicou que as únicas missões que o grupo executaria, "fardado" seriam as de rotina, ou seja, de salvamento. Imediatamente, Sérgio foi transferido para o Hospital da Aeronáutica, em Recife, e "Doc" Santos deslocado para a base aérea de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A 19 de julho, por ordem do brigadeiro Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio, chefe do Estado-Maior da FAB, o brigadeiro Itamar Rocha realizou uma sindicância, baseada no relato escrito do capitão Sérgio, e enviou os resultados diretamente ao ministro Souza Mello. Nos próximos 49 dias, Rocha não mereceu uma única reposta do ministro.

Ao fim deste período, Souza Mello comunicou em seu gabinete, ao chefe da Diretoria de Rotas Aéreas, que abrira uma sindicância que ouviu, além do próprio Burnier, "alguns oficiais que nada tinham a ver com o caso", segundo Rocha. E o ministro ainda censurou o brigadeiro por ter feito um relatório baseado apenas no depoimento do capitão Sérgio.

Itamar Rocha resolveu, então, ouvir reservadamente todos os integrantes do Para-Sar, desde os oficiais até os cabos. De todos eles, 36 confirmaram, no questionário aplicado no gabinete do brigadeiro, os termos do relatório inicial do capitão Sérgio, onde são narrados a missão de abril, o encontro do capitão com Burnier, a reunião geral de 14 de junho e o clima de tensão que passou a dominar a esquadrilha.

Os únicos quatro membros do Para-Sar que não confirmaram, igualmente não desmentiram a versão da maioria. "Parece-me que eles estavam querendo ficar bem com os dois lados, diziam que não haviam compreendido bem as palavras do Burnier", contou Rocha.

Nesta fase, Rocha precisou superar fortes desestímulos. O brigadeiro Labarthe Lebre, comandante do Campo dos Afonsos, tentou manobrar para que os homens não prestassem depoimento: "De vez em quando um baixava hospital", lembra Rocha.

O ministro Souza Mello chegou a convocá-lo ao seu gabinete para convencê-lo a desistir da sindicância. Rocha, contudo, seguiu em frente e acabou concluindo que a verdade estava com o capitão Sérgio, pedindo por isso a anulação de sua transferência para um hospital de Recife.

Antes que pudesse enviar os resultados de sua investigação ao ministro, Rocha foi surpreendido por um boletim reservado, datado de 24 de setembro, informando sobre a constituição de um IPM para apurar os fatos, a cargo do coronel Garcia. Neste mesmo dia, selecionados pelo major Lessa, foram levados à sua presença os sargentos Pomponet, Xavier, Tardivo, Adolfo, Cardim, Marques e Silva Júnior.

Os sargentos foram ouvidos, dia e noite, até o dia 27, data em que o brigadeiro Itamar Rocha foi exonerado da Diretoria de Rotas Aéreas e punido com pena domiciliar de dois dias.

Em outubro, quando o caso Para-Sar finalmente chegou aos jornais, Rocha tratou de enviar um relato a todos os brigadeiros, ministro e chefes militares, o que lhe valeu uma nova prisão domiciliar, desta vez de quatro dias.

No dia oito de outubro, os sargentos Tardivo e Pomponet foram punidos, respectivamente, com 25 e 15 dias de prisão, enquanto os outros cinco sargentos ouvidos no IPM do coronel Garcia recebiam penas de oito dias de cadeia. A notícia da punição foi recebida com risos, no auditório de cinema da Escola da Aeronáutica, pelo então coronel-aviador Labarthe Lebre.

Enquanto os colegas estavam na prisão, o major Lessa, os capitães Guaranys e Cordovil, o tenente Magalhães e o sargento Cabral tentaram fazer com que os outros membros do Para-Sar modificassem seus depoimentos — mas nada conseguiram. O major Lessa, conta-se, procurava convencer seus subordinados dizendo:

— Você tem família, você declarou isso... Nós, os oficiais, não ouvimos isso. Vocês têm certeza do que falaram com o brigadeiro Burnier? Que eu dei ordens para matar na missão dos estudantes?

Qualquer atitude da esquadrilha, a partir daí, era interpretada como insubordinação. No dia 18 de outubro, com exceção dos oficiais e do sargento Cabral, todo o Para-Sar ficou detido, acusado de não marchar direito. O brigadeiro Itamar Rocha, enquanto isso, ficou sem função e, dois anos depois, foi reformado.

O capitão Sérgio foi reformado pelo AI-5 ainda em 1969. A solidariedade do velho Eduardo Gomes aos dois, durante todo este tempo, se manteve constante: em 4 de novembro de 68, 72 horas depois de uma longa conversa de Itamar Rocha com o velho brigadeiro, em sua casa de campo, o ministro Souza Mello tornava sem efeito a segunda pena de prisão domiciliar imposta ao ex-Diretor das Rotas Aéreas.

"OPERAÇÃO CACHIMBO"

Revolucionários ilustres se juntaram a Eduardo Gomes nas demonstrações de solidariedade ao brigadeiro Rocha e ao capitão Sérgio, como os brigadeiros Doorgal Borges (diretor de Ensino da Aeronáutica), Délio Jardim de Mattos (comandante da Escola de Oficiais Especialistas), Deoclécio de Lima Siqueira (comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica), Passos (do EMFA), Paulo Sobral Faria Lima (comandante do Parque Aeronáutico dos Afonsos) e Faber Cintra (da Escola de Infantaria de Guerra), além dos generais Syseno Sarmento (comandante do I Exército), Antônio Carlos de Andrade Muricy e Ernesto Geisel (do Supremo Tribunal Militar).

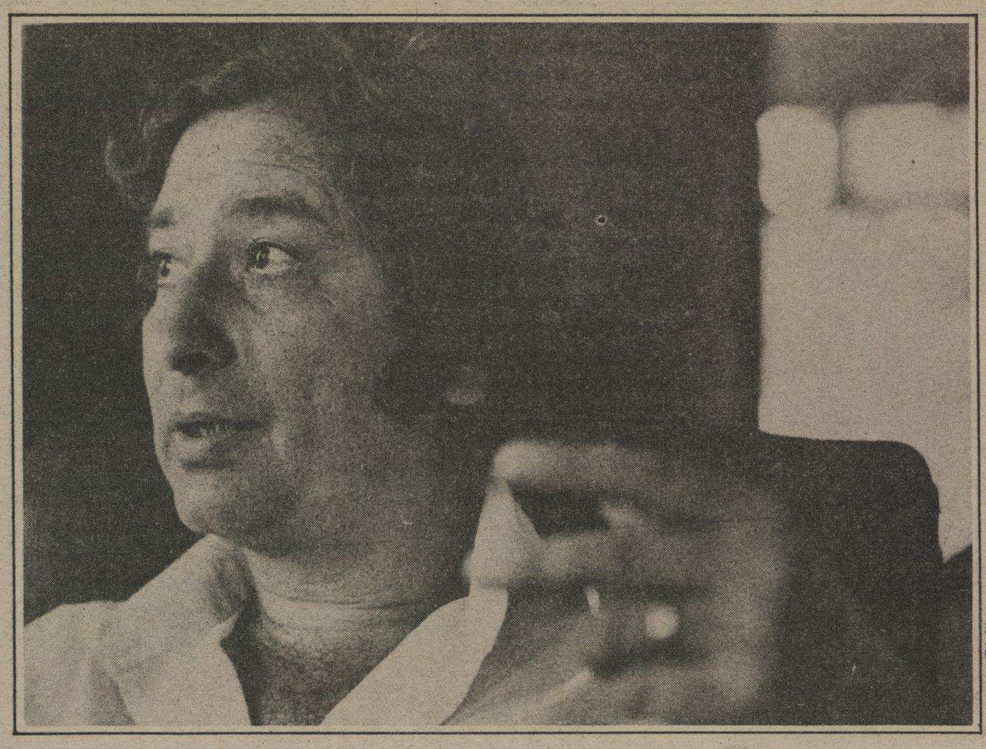
O ministro Souza Mello resistiu no posto até novembro de 1971, quando explodiu outro caso, ainda hoje tão secreto quanto o Caso Para-Sar há dez anos: a base aérea do Galeão, sob a orientação do grupo de Burnier, se transformara num centro secreto de interrogatórios e torturas de civis suspeitos de atividades subversivas.

Um grupo de oficiais da FAB, contrários à prática de torturas, foi detido e colocado num avião Hércules com ordens de desembarcar o grupo na distante base aérea de Cachimbo, a mesma onde o Para-Sar realizou sua primeira missão.

A "Operação Cachimbo", idealizada por Burnier para fastar do Galeão os inconformados e assustar os indecisos, não chegou ao fim: o presidente Garrastazu Médici foi informado do fato e forçou o ministro a chamar o avião de volta. Pouco depois do pouso do Hércules, no Galeão, Souza Mello e Burnier foram exonerados.

Duzentos mil brasileiros vivem no Paraguai, segundo o ex-deputado Domingo Laino, que acaba de lançar um livro sobre o assunto. Nesta entrevista a Najar Tubino, ele fala da presença brasileira e das relações do seu país com o Brasil

Um modelo de dependência total



Fotos de Zé Netto

Brasileiros em terras paraguaias

A assinatura do contrato para a construção da Usina de Itaipu, em 1973, intensificou o processo de penetração de brasileiros em terras paraguaias, localizadas principalmente nos departamentos de Amambay, Alto Paraná e Canendiyú, na fronteira com o Paraná e o Mato Grosso.

A penetração brasileira criou um processo de valorização da terra e ao mesmo tempo marginalizou o colono paraguaio que, sem condições de competir com os vizinhos, acaba virando "apenas mão-de-obra".

O hectare, que em 73 custava em torno de 1.500 guaranis (Cr$ 200,00), pulou para 6 mil guaranis (Cr$ 800,00). Isto em terras não cultivadas, pois do contrário os proprietários brasileiros não vendem por menos de Cr$ 4 mil — ou 28 mil guaranis — o hectare.

Os preços são ainda mais altos nas zonas mais habitadas, como Presidente Stroessner, onde o lote custa Cr$ 45 mil, visto que, além de tudo, por ali passa a rodovia internacional que liga Asunción a Foz do Iguaçu.

O que não se sabe ao certo é o número de habitantes brasileiros na região, e quantos destes são proprietários de terra. Há poucos dados, mesmo assim falhos. Em Pedro Juan Caballero — a capital do contrabando, onde morre um por noite, segundo contam os paraguaios — no ano de 1975 viviam 30 mil brasileiros. E no mesmo ano o Conselho Nacional de Progresso Social, órgão oficial, constatou a entrada de 39 mil brasileiros no departamento de Alto Paraná. "E esses brasileiros que entram continuam concentrados na fronteira com o Brasil", assinala Domingo Laino.

Laino diz em seu livro que 80% das terras da fronteira se encontram nas mãos dos brasileiros, e que de 30 a 50% da população desta região é brasileira.

Entre estes colonos brasileiros e as empresas de colonização, como a Karapá SRL, cujas terras estão estimadas em 100 mil hectares, forma-se um curioso círculo vicioso. A empresa adquire grandes extensões a preço baixíssimo e reparte para vender em lotes aos colonos e estes limpam a terra e tornam a vender — por um preço certamente mais alto. Um bom exemplo é o do rei do café, **Jeremias Lunardelli, que em 1954 comprou 500 mil hectares: vendendo, vendendo, hoje tem** apenas **45 mil hectares.**

Somente três empresas colonizadoras — a Karapá, a Copagro e a Companhia Americana, esta pertencente ao ex-chanceler Mário Gibson Barbosa — possuem no total 300 mil hectares. O Instituto Bienestar Rural, equivalente ao nosso Incra, calcula que uma quantidade de terra três vezes superior a esta está em mão de estrangeiros.

Segundo Laino, este dado revela o quanto são frágeis as informações oficiais, pois somente as oito colônias dos religiosos menonitas alemães, localizadas em diferentes pontos do país, englobam um milhão e 500 mil hectares.

Abaixo, um levantamento "parcial e incompleto" feito por Laino dos brasileiros que têm mais de 20 hectares no Paraguai:

A presença brasileira no Paraguai tem sido um tema constante de Domingo Laino, ex-deputado do Partido Liberal Radical e hoje, aos 41 anos, a principal voz de oposição ao regime de Alfredo Stroessner.

A população paraguaia é estimada em 2,7 milhões de habitantes e, apesar de serem precárias as estatísticas a esse respeito, Laino estima que chega a 200 mil o número de brasileiros residentes no país.

Nas regiões de fronteira, os brasileiros já representam metade da população de algumas cidades e continuam entrando em tal quantidade que Laino prevê que em poucos anos haverá um brasileiro em cada dez habitantes do Paraguai.

Este, no entanto, é o aspecto menos importante do interesse de Laino pelas relações entre seu país e o Brasil. O que merece sua maior atenção são as relações no campo político e econômico entre o Governo brasileiro e o de Stroessner.

Em janeiro passado, ele lançou o seu terceiro livro sobre o assunto, com o título **Paraguay: Fronteras y Penetracion,** *editado em Buenos Aires e com a reduzida tiragem de dois mil exemplares. (Os outros dois foram* **Paraguay de la Independencia a la Dependencia** *e* **Energetica en Paraguay — Fraude y Entrega**).

Casado, dois filhos, formado em Economia pela Universidade de Assunção e com especialização em Desenvolvimento Econômico e Ciências Sociais na Itália e na Holanda, Laino falou ao **Coojornal**, *dias antes da eleição que confirmou Stroessner, pela sexta vez, na presidência do país. Sua opinião sobre o pleito: "O dia que houver liberdade de expressão neste país, o general não fica um minuto na presidência".*

Coojornal — O senhor poderia fazer um resumo da história do Paraguai, para se ter uma idéia das mudanças?

Domingo Laino — O Paraguai se libertou do domínio espanhol em 1811 e foi uma indepedência no sentido autêntico. Foi um processo diferente de outros países, como a Argentina e o Uruguai, que tornaram-se independentes do domínio espanhol, mas passaram a depender do império britânico. O Paraguai rompeu os laços com a Espanha e pôde estruturar um modelo de desenvolvimento econômico independente da Inglaterra, graças à ação do governo nacionalista do doutor Gaspar Rodrigues de Francia. Ele criou as Estancias de la Patria, pertencentes ao governo, que contratavam peões e capatazes. Nacionalizou os ervais — a erva-mate, depois da independência, somava 50 por cento da exportação do país —, criou uma série de leis para multar os espanhóis, proprietários das grandes fazendas e donos do comércio. O doutor Francia também controlou o comércio de exportação e importação, de tal forma que para levar um produto de Villarica a Assunção precisava permissão do governo. Foi assim que ele conseguiu fortalecer a economia Paraguaia.

Coojornal — E depois de Francia?

Laino — O governo do doutor Francia durou até 1840, quando entra Carlos Antonio Lopez, pai do Solano Lopez. O novo governante continuou o processo, nacinalizou as madeiras, um dos produtos mais vendidos ao exterior. Depois foram nacionalizados os meios de comunicação e transporte criando inclusive uma linha férrea. Em 1860 o Paraguai era uma potência econômica no Cone Sul da América e logicamente incomodava a hegemonia in-

DEPARTAMENTO ALTO PARANA
Distrito Hernandarias

Comprador	Superficie Hectárea	Año de la Adquisición
Secundino Fabio	25	1973
Secundino Fabio	25	1973
Francisco Rodríguez	24	1973
Manuel F. Quenchen	46	1973
Orpeho Alves de Oliveira	45	1973
Arlindo Rodríguez de M.	91	1973
José S. del Pino	14	1973
Janir Perassa	36	1973
Manuel P. de Oliveira	171	1973
Antonio de Oliveira	18	1973
José de Oliveira	33	1973
Gaspar Alchapar	18	1973
José de Almeida	22	1973
Joaquin M. Farias	24	1973
Leonir Pelizzer	72	1973
Norberto P. Rostirola	112	1973
Waldomiro Krindger	294	1973
Alfredo Klein	302	1973
Tikuiti Hirai	24	1973
Lauro J. Dos Santos	25	1973
Luiz Pan	363	1973
Eduardo Navarete	121	1973
Abilio Sebastião y otro	244	1973
Joaquín Silva Junior	106	1973
Alair Bianquini	100	1973
Arlindo Rodrigues de M.	91	1973
Alcides Zadinello	24	1973
Sidmit Weidlich	40	1973
Licinio Franco Moraes	34	1973
Emilio Pereira de Mattos	72	1973
Albino Fantinelli	242	1973
Joao Acardi Sobrinho	18	1973
Loli Barboza e Souza	121	1973
José P. Faias	121	1973
José Lonai	121	1973
Albino Martinelli	36	1973
Dorvalino Ribeiro	26	1973
Manoel José Moraes	242	1973
Rio Paraná S.A.	25	1973
Servino Ghisi y otro	57	1973
Alfredo Klasener	98	1973
Salvador Da Silva	25	1973
José H. Previatelli	66	1973
E. Dalla Costa y otros	**1.210**	**1973**
Ciro Zanelato	24	1973
Ylario Bastiani	20	1973
Albano Diedrich	23	1973
Ytalo Demarchi	20	1973
José H. Previatelli	35	1973
Ylário Bastiani	20	1973
Joao Banrruk	102	1973
Joao Bieco	85	1973
José A. De Souza	12	1973
Aldina Gomes F.	39	1973
Joao Santin	125	1973
Fredolino Heingon	20	1973
Rubens De Carvallo	24	1973
João Cruz Malassise	24	1973
Silvino M. Filipe	24	1974
Abilio Sebastiao y otro	34	1974
Agustino Doerner	45	1974
Antonio M. Pereira	23	1974
Domingo J. Martins	25	1974
J. Dos Santos Oliveira	43	1974
Egon Anders	32	1974
Paulo Melnik	57	1974
Joao B. Moraes	39	1974
Ercilio Priviatelli	33	1974
Leonir Pelizzer	36	1974
José Pereira De Melo	20	1974
Mario Colegari y otro	545	1974
Vicente F. De Souza	36	1974
Antonio Gasparoto	24	1975
Julio Povaderniak	24	1975
Jaco Simón	145	1975
Odilio J. Knebel	20	1975
Antonio Hubner	23	1975
Laura Bastiani	20	1975
José Lagares de Paiva	48	1975
Ostilio Schroeder	97	1975
Edson T. Schroeder	36	1975
Ernesto Fredegotto	154	1975
Jovino Dos Santos	96	1975
Melquiades Ferreira A.	48	1975
Melquiades Ferreira A.	367	1975
Maurio Rotes y otro	98	1975
Leonido Munarini	204	1975
Yvo Bandeira	300	1976
Camilo Cella	125	1976
Benedito Da Paixao	30	1976
Ernesto Fredegotto	154	1976
Adolfo H. Ten Caten	24	1976
Leonido Munarini	22	1976
Joaquin Leo Dos Santos	24	1976
José Bortolini	301	1976
Eldo E. Ludwig	24	1976
Manoel P. de Oliveira	170	1976
José Tecchio	48	1976
Rosalvo Xavier Dias	22,6	1963
M. J. Silvestri y otro	**32.800**	**1967**
Albino Ernesto Poli	**29.357**	**1976**
Agilio de Oliveira	1.515,1	1968
Adair Micheletti	24	1969
Col. Saltos Guairá S.A.	25	1969
Seikichi Shinya	25	1969
Tsutome Takezaki	31,4	1969
Shigeru Samashita	23,5	1969
Paulo Cubinos	25,1	1969
Zatseryuk Hignchi	32,2	1969
Fadashi Yamanishi	26	1969
Yukio Monma	21,5	1969
Okira Ono	29,7	1969
Yukiluru Koga	24	1969
Yoshiharu Koga	24,2	1969
Yoshimobu Ishu	25	1969
Emjiro Kovahara	29	1969
Toyokasu Nishioka	29	1969
Tertuliano Nogueira y	**3.620**	**1970**
H. Montie Da Silva	33	1970
Herminio Darolt	145,7	1970
Leodoso Silva	27,6	1970
Tertuliano Nogueira C.	**1.000**	**1971**
Ana Schenningencher	87,5	1972
C. Prado Labrador y O	61	1972
Sebastiao A. de Barros	40	1972
Dario Lorenzoni	664,6	1972
Leao Baraniuk	133	1972
Guido y José Paro	93	1972
Arlindo Mayer	34	1972
Ciriaco J. de Mouranale	98	1972
A. Vitorelli y L. Balca	**1.029**	**1973**
Paulo Marques P.	48	1973
Aquelino Acco	60	1973
Joao B. Dos Santos	27	1973
João Santini y otro	605,5	1973
Luiz A. de Miranda	315,8	1973
Joaquín Silva Júnior	106,2	1973
José E. Punatelli	64	1973
Tupí S.R.L. (João Donadel)	486	1973
Lauro Stipp	53	1973
Anesia Dos Santos	210	1973
Tomo Hiko Ashihara	30,8	1973
Paolo Guidi	249,2	1973
Jorge F. da Silva	77,2	1973
João Ferreira Dos Santos	71,9	1974
João M. Da Silva	20,3	1974
D. Dos Santos Ramos	167	1974
Albino A. Sossuines	24,2	1974
Oli Diel	24,2	1974
Harri Astes	72,3	1974
Cia. Corpus Christi S.A.	**1.751**	**1974**
Panagri S. R. L.	175	1974
V. Leite Gonçalves	24	1974
Alfonso Tonette	363	1974
Waldimio Russo	48,4	1974
Fumio Soma	25	1974
Denize del Cande	177	1974
Yusuto Sugawara	85	1974
Iramu Kubomae	30	1974
Amelio Nemoto	76,7	1974
Jacob Navarro	40,2	1974
S. A. Madimpa	50	1974
Nelson Shineides	24,2	1974
Oli Diel	24,2	1974
Dermano Kenyñes Bon	55	1974
José Kunsler Bon	48,4	1974
Paulo Guilherme	26	1974
Daniel Bordignoni	79	1974
Agustino Doerner	71	1974
Abilio Matos Sebastião	140	1974
Erminio Malacarne	303	1974
Aduardo A. Dos Santos	30,5	1974
José João Nuñez	32	1974
Acelton de Matos Leaoz	**5.082**	**1975**
Valentin Sipp	47,4	1975
Waldemar Winter	100,8	1975
Los Teshs Anazuma	53,6	1975
Makihos Yta Gamagido	25,3	1975
Antônio P. Moraes	48,1	1975
Santos Dall Ajeria	244,4	1975

glesa no continente. Então a Inglaterra começou a usar os seus satélites, Argentina, Brasil e Uruguai, formando a Tríplice Aliança.

Coojornal — É aí que começa a guerra?

Laino — É, em 1865 iniciou a guerra, que não era contra Lopez nem contra o tirano, nem contra o Paraguai. Era fundamentalmente contra o modelo de desenvolvimento econômico e social, especialmente criado. A guerra dura de 65 a 70, ano da morte de Solano Lopez. Junto com ele morrem 65% da população. De um milhão de habitantes sobraram 350 mil pessoas*, uma população de velhos, enfermos, mulheres, mutilados e crianças. O Paraguai havia sido exterminado. Aí surge o novo modelo, o modelo da dependência, que com algumas pequenas diferenças é o modelo que persiste até hoje.

Coojornal — E como é este Paraguai de hoje?

Laino — É baseado fundamentalmente nos investimentos estrangeiros e empréstimos feitos no exterior. A dívida externa não tem precedentes na história, cerca de 400 milhões de dólares. Isto representa muito para nossa economia. Não temos indústrias, somos um país tipicamente subdesenvolvido, onde preponderam os setores agropecuário e florestal. De indústria só podemos considerar a de óleos vegetais, e alguma coisa da indústria da carne.

Coojornal — A base da economia é a agricultura, mas aqui não existem cooperativas. Por quê?

Laino — Porque o governo teme a organização dos agricultores. Aqui houve muitas iniciativas das igrejas Católica e Protestante. Mas o governo sempre reprimiu. E o maior exemplo de repressão aconteceu há três anos na localidade de Pecuy, onde viviam cerca de 100 famílias. Eles trabalhavam juntos, tinham terra em comum, e logo formaram a cooperativa. Mas, uma madrugada, o tenente-coronel Grau — homem encarregado do cárcere de Emboscada, onde ficam os presos políticos — entrou no prédio da cooperativa, prendeu os agricultores, torturou-os. Um dos soldados deu um tiro na perna de um sacerdote de sobrenome Maciel. Atualmente uma das cooperativas mais importantes é a de Salto del Guará, com cerca de 320 associados, sendo que 90 por cento são brasileiros.

Coojornal — Isto já faz parte da brasileirização do território paraguaio?

Laino — Desde 1934, o Banco do Brasil se encontra instalado no Paraguai e hoje ele já tem três agências, duas na capital e uma no interior. Na área econômica, todos os investimentos estão vindo do lado brasileiro . No setor financeiro, por exemplo, iniciou em 1974 com a chegada do grupo Real. E com a assinatura do tratado de Itaipu se instalaram aqui grandes empresas como a Tenenge — Técnica Nacional de Engenharia do Brasil e o Grupo Ferraz, a Transpavi-Codrasa S.A., Terraplenagem, Construções e Dragagens do Brasil e a União das Empresas Brasileiras.

Coojornal — O que fazem estas empresas?

Laino — A Tenenge e o Grupo Ferraz assinaram em 73 um contrato com o governo para a construção da primeira Usina Siderúrgica do Paraguai, mas do Paraguai

O paulista João Chambrão e a soja em Yby Yau

de hoje, dependente, pois o Paraguai do Solano Lopez já tinha uma. O governo entrará com 60% e os brasileiros com o restante do capital. Como será uma empresa mista, estará isenta de impostos, taxas e outros encargos. A Transpavi também tem um contrato com o governo, por sinal exclusivo, para deixar o rio Paraguai em condições de navegabilidade. O prazo do contrato é de 15 anos, e os custos dos trabalhos estão estimados em 100 milhões de dólares. O caso da União das Empresas Brasileiras é ligado à terra. O IBR (Instituto de Bienestar Rural — equivalente paraguaio do Incra) vendeu 18.500 hectares à empresa, para ela iniciar uma plantação de cana-de-açúcar. A empresa brasileira comprou as terras a Cr$ 110,00 o hectare e até agora não iniciou o projeto. As últimas notícias que se tem é que a empresa plantará algodão e outros produtos.

Coojornal — E a exploração da madeira como é feita?

Laino — A situação é grave. Se continuar assim, em 10 ou 15 anos os bosques estarão destruídos. Mas o maior problema, além do ecológico, é que toda a madeira se comercializa no Brasil, pois toda economia da fronteira do Paraguai está integrada ao sistema econômico brasileiro. As madeiras paraguaias estão sendo utilizadas nas fábricas de São Paulo e arredores. Isto sem falar no contrabando em 73 passaram 36 mil toras de madeira ilegalmente para o Brasil. Isto corresponde a Cr$ 13 milhões.

Coojornal — E a situação das terras na fronteira?

Laino — Cerca de 80% das terras dos departamentos de Amambay, Alto Paraná e Canendiyú — todos fronteriços ao Brasil — estão nas mãos de brasileiros. E isto está trazendo problemas aos colonos paraguaios que não têm condições de comprar os lotes, porque eles valorizam muito e acabam virando mão-de-obra dos brasileiros.

Coojornal — E já existem problemas nestas áreas, não?

Laino — A empresa Hispano Paraguai Florestal, de capital espanhol, tinha um grande latifúndio. Vendeu lotes de 10 e 20 hectares a cerca de 1.300 colonos paraguaios que se instalaram nas terras em Yhu. Logo em seguida alguns brasileiros fizeram ofertas pelas terras e a empresa tentou se livrar dos colonos já instalados, mas não conseguiu. Então ela se alia ao general Otelo Carpinelli Yegros, comandante da segunda divisão de infantaria, com sede em Villarica e este envia um pelotão para agredir os agricultores. Como não conseguem dominá-los, os soldados incendeiam suas casas. Na primeira agressão em 1974 foram queimadas 48 casas e no ano seguinte mais oito. Nós publicamos as fotos dos ranchos queimados no Radical, o jornal do Partido Liberal Radical. Até hoje um dos líderes dos camponeses continua preso numa cela da prisão de Villarica.

Coojornal — Mas o IBR não está fazendo uma reforma agrária, criando colônias oficiais?

Laino — A reforma agrária só existe a nível formal. Na área central — num raio de 150 quilômetros ao redor de Assunção — existe uma grande concentração de famílias de colonos, com terra empobrecida e desgastada. Agora, veja o que o IBR faz: envia estas famílias para o interior, zona de mato, e os deixa sem assistência técnica, creditícia, e sem infra-estrutura nenhuma. Não fazem estradas e existem problemas de comercialização. Então o que acontece com estas famílias? Voltam correndo para o seu lugar de origem. Atualmente, o governo está ajudando muitos aos brasileiros, através de financiamento do Banco Nacional de Fomento. Além disso eles têm ajuda do Banco do Brasil e agora do Grupo Real. É uma situação paradoxal sem dúvida. Pois neste momento existe mais de um milhão de paraguaios vivendo na Argentina, em condições precárias e sem possibilidade de acesso à terra.

Coojornal — Tem fundamento a versão de que esta reforma agrária foi conseqüência de movimentos guerrilheiros que estavam surgindo em zonas de minifúndios?

Laino — Entre 59 e 60 existiram alguns movimentos guerrilheiros. Nesta época uma coluna de mais ou menos 200 jovens entrou pelo rio Paraná, perto de Posadas (Argentina) e Encarnación. Mas foi um começo de guerrilha liquidado em pouco tempo. Houve um outro grupo na zona minifundiária, na área de Ybebuy, além de pequenos grupos de camponeses, que faziam pequenas guerrilhas. Havia um líder muito importante que foi morto, o Agapito Valiente, uma espécie de Francisco Julião, do Brasil.

Coojornal — Falando um pouco da situação política do Paraguai, como foi que surgiu a dissidência do Partido Liberal Radical, a qual você pertence?

Laino — Numa convenção do partido Liberal Radical feita em 1977, nós, um grupo de autênticos, fomos expulsos e então fizemos uma convenção clandestina em outubro do ano passado e elegemos os dirigentes do Partido Liberal Radical Autêntico. Nesta mesma convenção tiramos uma resolução de não participar das eleições deste ano. Só quem participou foram os entreguistas. Em 1976 nós influenciamos o Partido Liberal a não concorrer à Assembléia Constituinte convocada por Stroessner. Eles queriam tirar o artigo 173 da Constituição que proibia a reeleição. Nós fisemos uma frente e os dois dois partidos não se apresentaram naquela farsa. Não se apresentou nenhum partido de oposição. Foi uma assembléia dos colorados, só eles compareceram. Mas logo em seguida o governo conquistou alguns dirigentes do Partido Liberal e do Liberal Radical, nomeando-os representantes do Liberalismo.

Coojornal — E assim Stroessner controla tudo?

Laino — Sim, agora a oposição é nomeada por ele. Aqui se tem um controle total. A classe operária está silenciada, porque existe uma cúpula sindical completamente dominada pelo governo. A Central Paraguaia de Trabalhadores é praticamente um braço do governo. O mesmo acontece com os estudantes. A mínima organização já recebe o rótulo de subversiva e guerrilheira. Se eu quero ser militar tenho de me filiar ao Partido Colorado. Os gastos militares e policiais consomem um terço, ou até mais, do orçamento do governo. É difícil fazer alguma coisa.

Coojornal — E qual a posição da Igreja?

Laino — Nós temos uma cúpula eclesiástica muito boa. Os bispos têm uma visão bastante progressista, revolucionária. Organizaram a maioria das Ligas Agrárias no país. A Central Nacional de Trabalhadores Urbanos, que não é reconhecida pelo governo, também é um ramo da Igreja Católica. Eles sim fazem um autêntico sindicalismo, mas não têm nenhuma possibilidade de exercer livremente suas funções. Aí está a reunião de Ypacaraí, onde

(Cont. da página anterior)

Virginio Pressi	240,2	1975
José Gonseski	121	1975
Artur Guse	186	1975
José Irasí Bertolini	302	1975
João A. Folgiarini	20	1975
Renato Zanozo	25	1975
Domingo Do Nascimento	36	1975
Dadive Primo Lattes	**2.410**	**1975**

Distrito Puerto Iraia

Nicolau J. da Rosha	25	1973
Nicolau Schurhoff	25	1973
Luiz Bento da Silva	25	1973
Yvalino Cardozo	24	1973
Marcilio Broco	**831**	**1973**
Sampaio Mcagnam	21	1973
Osvaldo Andrade	20	1973
Santo Borges	25	1973
Maruo Brauer	25	1973
Valdir Luminati	42	1973
Osório Tonin	41	1973
Tadeus Riedel	24	1974
Joaquim de Freitas	20	1974
Luiz Dobrovoski	22	1974
Amaro Garcia	24	1974
Luiz Castanho	41	1974
Jorge Valerio Junior	21	1974
Miguel Genovai	72	1974
Romeu Hintz	71	1974
Wilfredo Rutsatz	75	1974
Eugenio Muller	06	1974
Siegfried Storch	22	1974
João da Silva	25	1974
João Zafanelli	**1.004**	**1974**
Beijamin Barré	24	1974
Roberto Guder	71	1974
Helmut Wrubel	28	1974
Benedito Menezes	23	1974
Roberto Ducini	53	1974
Eldo Ludwig	24	1974
Roque Stockmanns	48	1974
Antônio Broco	24	1974
Adelino Schein	24	1974
Geraldo Van Ronder	26	1974
Sebastião Bernandes	125	1974
Aristides Dos Santos	101	1974
Osmar Gomes Xavier	25	1974
Joaquín Barbosa	24	1975
Jeronimo Prestes	24	1975
Arlindo Butinge	24	1975
Pedro Nardiello	24	1975
Yvo Chiella	24	1975
Sebastiao Calegari	24	1975
Ysmael Yglesias	78	1975
Antonio Benjamin	46	1975
Benedito Medeiros	21	1975
Victorio Pioversan	25	1975
Manoel de Oliveira	55	1975
Alfonso Petters	29	1975
Jorge C. Luiz	48	1975
Nicolau Da Rosha y otro	24	1975
Erich Fiedler	25	1975
Mariano Pacheco	24	1975
Elemar Linke	24	1975
Fologomes Ferreira	32	1975
Antonio Ordoñez	104	1975
Mario Porcionato	29	1976
João Novaes Lima	28	1976
Joaquín De Paula y otro	61	1976
Geraldo Van Ronder	22	1976
José Neves Dos Santos	24	1976
Sebastião Ferreira	24	1976
Yrineu Peloia y otro	121	1976
Lázaro Dos Santos Costa	104	1976
Sebastião Medeiros	24	1976
Antonio Cavilia	48	1976
Silverio Seitenfus	48	1976
Adelia Bublitz	121	1976
Lázaro Dos Santos C.	104	1976
Francisco Dos Santos	24	1976
Genesio Vernillo	22	1976
Pedro Kruchaezki	22	1976
Roberto Da Silva	24	1976
Luiz Sánchez	25	1976
José de Oliveira	24	1976
Arnildo Mattey	96	1976
Lucio Dewes	36	1976
Olavo Kunrath	55	1976
Odivio Gonçalves	25	1976
Antonio Contatto	**1.210**	**1970**
Chepli Tanus Daher	242	1972
Alsidius Fridios F.	132	1972
Chepli Tanus Daher	242	1972
Elias Daher	242	1972
A. y W. Keller	488	1972
José Moraes	242	1973
Jairo Do Nascimento	220	1973
Florentino Gasparini	97	1973
J. Moreira de Souza	52	1973
Cecerino Rafain	546	1973
Jacob Munibaldo	121	1973
Renato Andrade y O.	**2.420**	**1973**
Paranambú S.R.L.	**5.005**	**1974**
Eugenio Erich Muller	160	1974
Vicente Ferrairo	807	1974
James Mc Gauvan	1.512	1974
Paulo A. Janiri	807	1974
Varios (Fracción A)	1.497	1974
Varios (Fracción B)	**1.416**	**1974**
João Da Silva	50	1974
Luis Castoriho	42	1974
Alberto de Freitas	807	1975
Carlos de Freitas	**1.203**	**1975**
James Mc Gauvan	970	1975
Alberto De Freitas	484	1975
Elias-Chepli Daher	**5.500**	**1975**
Jardina y H. Daher	2.515	1975
Pedro G. Castro	129,3	1975
Elzio G. García	25	1975
Celia Pereira S.	25	1975

DEPARTAMENTO CANENDIYU
Distrito Ygatimí

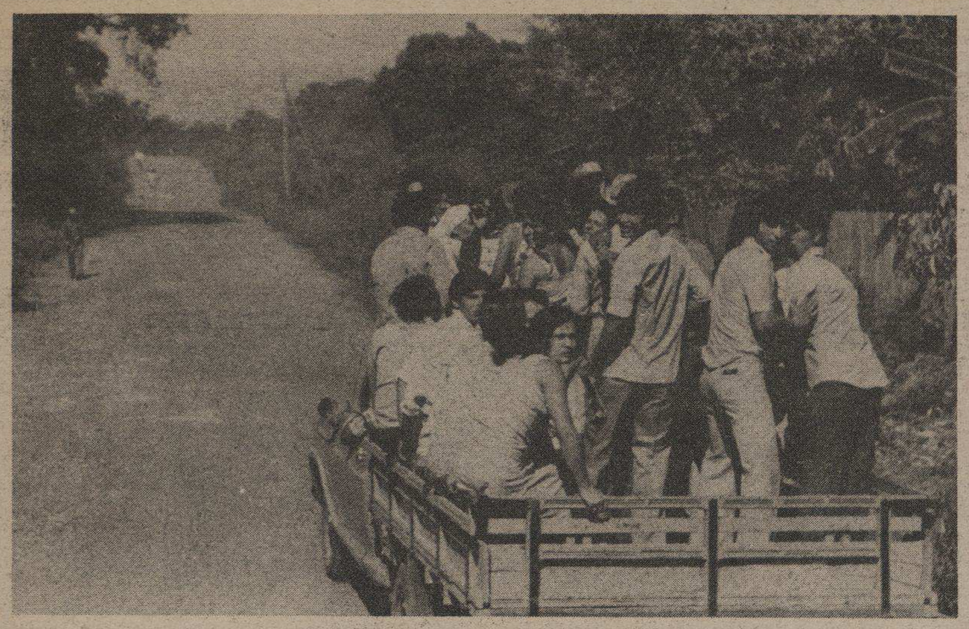
Comprador	Superficie Hectárea	Año de la Adquisición
José Alves Miranda	242	1975
Garibaldi Duarte	347	1967
Fudad Sulaiman y otro	60	1971
Estéfano Melnuk	139	1971
Jovano Pereira Da Silva	370	1973
Garibaldi Duarte	235	1973
Norte del Guairá S.R.L.	74	1973
Piamonte João Pascal y O.	**1.747**	**1973**
Marlondes Marchetti y O.	200	1973
Miltos L. Monteiro	**1.549**	**1974**
Almizio L. Monteiro	**3.790**	**1974**
B. Silvestre de Oliveira	203	1974
Alexandre Coranto	726	1975
Roberto E. Levy Junior	**2.573**	**1973**
Roberto E. Levy Junior	**3.596**	**1972**
Roberto E. Levy Junior	**17.714**	**1972**

Distrito Curuguaty

Evaristo Pellaconi	968	1973
Luiz Ferdinando Picollo	**222.800**	**1973**
Napoleao de Oliveira	**2.388**	**1973**
Musio de Souza Resende	**2.013**	**1973**
Selvino Grandonis	**2.567**	**1973**
Rosset Zelindo	242	1973
Plácido Rosset	**1.403**	**1973**
Atilio Rosset	242	1973
Felipe Adas	**1.540**	**1973**
C. Elías y Joao Stervanelli	**1.569**	**1974**
S. Da Silva y João Batista	614	1974
W. Dias Dos Reis	**3.255**	**1974**
Devino Gagallette S.	35	1975
Horacio Tavares	**2.121**	**1975**
Luiz O. R. Broggi	534	1975

Distrito Ypé-Jhú

Cerro Verde S.A.	**8.029**	**1968**
Cerro Verde S.A.	**13.580**	**1968**
Angelo Dal Toe	**2.519**	**1969**
A. Dos Santos Dutra	145	1971
Elfo Satiro	326	1971
Diamantino V. Soares	500	1972
Algino Alves Cuntinho	389	1973
Gildo João Zapanelli	**4.693**	**1973**
Celso Muxfeldt	**2.048**	**1973**
Miguel del Ricardi	807	1973
João Iramina	**4.208**	**1973**
Leiko Iramina	484	1973
C. Antenor Consoni	**1.560**	**1973**
Taguató S.A.	**2.193**	**1973**
Moisés Bitancour	101	1974
R. Sofia Dos Santos	278	1974
Alecio R. Zoccal	200	1974
Olavo Barbour	100	1974
F. Roberto Pentz	102	1974
Mayres Bitancour	335	1974
Eurico Mattos	**4.135**	**1974**
A. Trimotio Peripolli	453	1975
A. Trimotio Peripolli	169	1975
A. Trimotio Peripolli	80	1975
Taguató S.A.	115	1975
J. Lins de Oliveira	102	1975
J. Lins de Oliveira	274	1975
Ramón R. Rocha	**1.525**	**1975**



caíram todos presos. Também o movimento estudantil de oposição está na Universidade Católica. E recentemente, em abril de 76, as igrejas Católica, Evangélica (alemã) e Discípulos de Cristo (americana) formaram um comitê de ajuda aos presos políticos. Eles dão assistência a 250 famílias de presos e dão assistência judicial.

Coojornal — Como se explica esta estabilidade do regime de Stroessner?

Laino — Para mim o Paraguai tem o seu sistema político funcionando há tanto tempo por duas razões: primeiro, a maciça ajuda externa, principalmente dos Estados Unidos; segundo, a grande repressão interna que exerce o sistema policial paraguaio. O aparato policial é profundamente cruel. Existe nas dependências do Departamento de Investigações uma sala de torturas, com uma piscina onde afogam os presos, dão choques elétricos e todo tipo de golpe. Quase todos os presos que atualmente estão em Emboscada passaram por ali. As Ligas Agrárias já se organizaram inúmeras vezes e sempre foram reprimidas. E justamente neste departamento morreram muitos agricultores. Eu pude registrar 27 mortes nos últimos cinco anos, entre estudantes, operários e agricultores. Mas a maioria é de agricultores. É uma proporção importante, porque para uma população de 2,7 milhões temos um morto para cada 100 mil paraguaios. Eu sustentei isto na última reunião da Anistia Internacional, em Estocolmo. Mas ainda tem muitos casos que ninguém fica sabendo. Se morre um estudante ou um homem de Assunção, todos sabem. Mas quando matam um agricultor não se divulga nem o nome. Os colonos são algarismos, nada mais.

Coojornal — Além dos problemas de terras, que ocorrem em conseqüência da vinda de brasileiros, você fala no seu livro que está ocorrendo uma espécie de invasão cultural na fronteira.

Laino — Na realidade esta influência acontece fundamentalmente por culpa e negligência do governo paraguaio. Além disso, é uma das causas ligadas ao progresso brasileiro frente à relativa pobreza paraguaia. Por exemplo: os filhos de paraguaios que vem em Pedro Juan passam a fronteira e vão estudar em Ponta Porã. Dos

Cenas paraguaias: caminhão com eleitores, a propaganda colorada e os índios Makás. Embaixo, a falta de água e uma tarde na praça em Assunção

5.825 alunos das escolas primárias de Ponta Porã, 1.165 , ou seja, 20%, são paraguaios. No ensino secundário a percentagem sobe para 30%. E amanhã ou depois eles poderão trabalhar no Brasil. E existem as influências indiretas: a televisão brasileira tem programas interessantes para os moradores daquela zona onde, por problemas técnicos, a televisão paraguaia não penetra. E a tevê brasileira é colorida e atrativa. Naturalmente isto é uma forma de penetração cultural. Ao mesmo tempo, a negligência do nosso governo permite que a moeda brasileira, o cruzeiro, circule livremente. Em Pedro Juan o cruzeiro é a moeda corrente. Até mesmo para prestar o serviço militar os paraguaios preferem Ponta Porã, porque lá poderão ganhar um soldo em torno de 5 mil guaranis, menos de Cr$ 1 mil.

Coojornal — E quais são as perspectivas de melhora para o Paraguai?

Laino — Depende dos acontecimentos. Por exemplo: se Carter cumprir suas palavras com relação à política de direitos humanos, com o corte de ajuda externa, o sistema econômico paraguaio sentirá, pois não podemos ficar sem ajuda externa. E se houver um maior respeito aos direitos humanos, o Paraguai vai se animar, vai começar a se organizar, a falar, e esse governo não continuará por muito tempo. Com democracia no país, Stroessner será o último votado. Porque atualmente eles controlam tudo: a televisão, a Cadeia Paraguaia de Rádio Nacional, sem que a oposição tenha acesso.

Coojornal — Houve problemas para a publicação de seu livro?

Laino — Eu levei cinco anos para terminar, mas na realidade não foi um trabalho diário. Eu enfrentei problemas para conseguir informações. Sobre Itaipu, por exemplo. Eu precisava esclarecer algumas cláusulas que acho que são contra os interesses do Paraguai, mas o diretor financeiro de Itaipu não quis dizer nada. Tive que roubar informações, consegui-las através de amigos, advogados e até funcionários do governo. O livro foi lançado em janeiro, numa apresentação pública, e até agora as livrarias estão vendendo sem problemas.

Nelson Rosetti	1971	**E. Pudel y Joao Zevallos**	**4.000**	**1975**	R. Oroba	1975	**Ervino Meier**	**1.684**	**1975**	José Sobrinho	121	1974
Alfredo de Oliveira	1972				Hugo Zampieri	1972	Oscar Sajovig	484	1966	Waldemar Bender	48	1974
Vicente Gorgone	1973	**Salto del Guairá**			W. Vieira	1975	Hugo Sajovig	362	1966	Francisco Cervinski	121	1974
Benedicto Da Silva	1973	Ricarte G. de Oliveira	76	1974	M. Machado	1972	Antonio Sajovig Sobrinho	473	1966	Salustiano Dos Santos	49	1974
Vicente Gorgone	1974	Dolviro Da Cruz	24	1974	Joaquín Da Motta	1972	Alberto Camorro	726	1967	Ogenor Venciquerra y otro	33	1975
José P. Da Motta	1975				Vicente Gorgoni	1974	Claudio Brasil Leitao	244	1970	Corina Von Lasperg	605	1975
Armindo Derzi	1975				Giovanni Serveto	1975	**Carlos Joao Schiper**	**1.135**	**1970**	Otavio Neto	121	1975
José Bacellar	1975				Carlos Sanchet	1975	Silvio Mazzei	120	1970	Joao Spancerski	545,4	1975
H. Dos Santos	1972				Joaquín Da Motta	1972	Carlos Jacobo Simón	193	1970			
Vicente Gorgone	1973				José de Orizonte y otros	1972	Victorio Biodoia	118	1971			
A. Cavirni	1974				Kieffer	1974	Ccero Do Nascimento	242	1971			
A. Cavirni	1974				Camini	1973	Hugo Zampieri	241	1972			
Joaquín Da Motta	1975				J. Da Motta	1975	Vicente Gordone		1972			
Antenor Pereira	1975				J. Da Motta	1975	Erande J. de Gois	250				
J. Barcelar y otro	1975				J. Da Motta	1975	Damacio Calixto	371	1973			
R. Barcellar	1975				J. Da Motta	1975	**Pereira de Santana**	**964**	**1973**			
Bianchini	1975				J. Da Motta	1975	Alberto K. Nagai					
A. Alves de Oliveira	1972				Bianchini	1972	Adelino Silva					
Alfredo A. Moreira	1972				Bianchini	1974	Angelo Dal Toe	20	1973			
Alfredo A. Moreira	1972				João Parisole	1975	Angelo Dal Toe	20	1973			
Carlos Zafanelli	1975				N. Rosatti	1975	Cecilio Barboza	84	1974			
Perizzotto	1975				J. Da Motta	1975	A. Alves de Oliveira	304	1974			
José Zeniski	1975				J. Da Motta	1970	Cecilio Barboza	84	1974			
Raúl Benegozzie	1975				N. Rosatti	1973	Antonio C. Lima	377	1974			
Laurindo Roncoletta	1975				Bianchini	1974	**Rudolfo Maglin**	**1.334**	**1974**			
Ordans de Souza	1975				Ireneo Lemes	1975						
Joaquín Da Motta	1970				J. Da Motta	1975						
Nelson Rosatti	1973				Jair Rodríguez	1972						
Rampazzo	1974				Arnaldo Winekler	1972						
Nelson Rosatti	1975				Ernesto Winekler	1972						
Enrique Ebrión	1975				Pablo Winekler	1972						
B. de Oliveira	1973				E. Jahn	1972						
M. Machado	1975											
Euclides Trabachin	1973											
Nimer Azzán	1972											
B. de Oliveira	1972											
Carlos Sanchet	1973											
José Alves	1974											
B. de Oliveira	1975											

DEPARTAMENTO AMAMBAY
Distrito Pedro Juan Caballero

Comprador	Superficie Hectárea	Año de la Adquisición
João Neves Viera	20	1970
Arnaldo Borch	20	1971
Yroshi Amachi	55	1971
José Garcia Gaspar	20	1973
Alandro Moura Duque	796	1973
Cinton Cleon Shoch	20	1972
Joaquin Motta	40	1975
Irene Da Rosa Filho	64	1975
Joaquin Da Motta	40	1975
Crimen L. Da Rosa Filho	39	1975
Waldemar Greibeger	20	1975
Joao A. Martins	37	1975
Paolo J. Gonçalvez	**1.138**	**1975**
Waldemar F. Salim	37	1974
Forestal Agrop. Primavera	**5.463**	**1974**
Manuel R. Dos Santos	**5.417**	**1976**

DEPARTAMENTO AMAMBAY

Comprador	Año de la Adquisición
José Simoni	1971
José Simoni	1971
José Simoni	1971

DEPARTAMENTO AMAMBAY
Distrito Capitán Bado

Comprador	Superficie Hectárea	Año de la Adquisición

DEPARTAMENTO CAAGUAZU
Distrito Yhú

Comprador	Superficie Hectárea	Año de la Adquisición
Silveira Da Silva	24	1971
Antonio Teniar	363	1971
José de Santana	121	1971
Selicio Da Silva	48	1973
José de Paula	245	1973
Kengi Yguti	545	1974

DEPARTAMENTO CONCEPCION
Distrito Horqueta

Comprador	Superficie Hectárea	Año de la Adquisición
Antonio Angello	**2.500**	**1974**

DEPARTAMENTO SAN PEDRO
Distrito San Estanislao

Comprador	Superficie Hectárea	Año de la Adquisición
Uniao de Empr. Brasil	18.600	1973
Olympio Tabares Filho	**1.000**	**1975**
Oton Nacimento	**1.000**	**1975**

REGION OCCIDENTAL: CHACO PARAGUAYO
Departamento Nueva Asunción

Comprador	Superficie Hectárea	Año de la Adquisición
COPAGRO S.A.	**120.000**	**1975**

A questão da terra

Qual o papel das cooperativas agrícolas numa nova etapa do desenvolvimento econômico? Elas podem representar solução para o problema da terra e da distribuição da renda? O repórter Ricardo Schmitt ouviu dirigentes das maiores cooperativas gaúchas e conclui: elas cresceram muito, mas ainda não sabem como enfrentar estas questões

fotos de jacqueline ioner

As cooperativas crescem e se modernizam. E o agricultor?

O padre Teodoro Amstad, suíço de nascimento e brasileiro por adoção, tinha grandes planos. O maior deles, por exemplo, era tornar livres da miséria os pequenos e pobres agricultores de sua nova pátria. Adepto da nova doutrina francesa — o cooperativismo — o padre andou pela colônia gaúcha, no lombo de uma mula, espalhando suas idéias.

Organizados em cooperativas, segundo o jesuíta, os agricultores formariam a base de uma agricultura forte e diversificada, voltada para o mercado interno, garantindo a sustentação de uma economia de rendas bem distribuídas.

Foi pensando em chegar a isso que ele fundou, em 1902, o que os historiadores consideram a primeira cooperativa do Brasil, por ter ela vingado até hoje, enquanto outras anteriores não.

A Caixa do Padre, como ficou ela conhecida, por sinal, criou a primeira caderneta de poupança do país — para que os agricultores tivessem seu capital próprio, e não vivessem na dependência do Governo.

Três quartos de século depois, a caderneta de poupança é uma moda patrocinada pelo Governo e, no Rio Grande do Sul, onde a semente cooperativista foi lançada, o sistema introduzido pelo padre Amstad representa uma respeitável força econômica — mais de 60% da produção agrícola do estado.

ESCRAVATURA

Tudo ocorreu, no entanto, por motivos diferentes dos do padre jesuíta e o que se pode dizer a respeito da independência econômica — agricultura diversificada, distribuição de renda e melhoria de vida para os pequenos — é que estamos longe dos ideais do pioneiro.

Dizia o padre que "nós brasileiros achamos que foi abolida a escravatura, mas continuamos escravos por intermédio da dependência econômica externa!". Hoje, indaga o fundador do Instituto de Desenvolvimento Cooperativo (Indecoop), Emiliano Limberger: "A dependência econômica do exterior vem sendo superada ou estrá aumentando?".

Não só ele como todos os que participam do movimento cooperativista respondem: aumentou. Não só do exterior como a dependência do Governo, pois o cooperativismo, apesar de envolver milhões de gaúchos, apesar de sua força econômica, continua fortemente tutelado pelo Governo. E justamente no momento em que se discute a política agrícola do próximo Presidente do país, as lideranças do cooperativismo gaúcho mostram-se inseguras para entrar no debate, embora o peso da produção das cooperativas.

Os comentários de seus líderes sobre a provável abertura política não fogem ao vago de frases óbvias: "O cooperativismo se desenvolve nos países democráticos, pois é um princípio de peso democrático, portanto a abertura lhe será benéfica". Ou, então, inseguras: "Com ou sem Ato 5, o cooperativismo continuará o mesmo!".

MONOCULTURA

Não estará justamente aí o risco? Será que a manutenção do já discutido "modelo agrícola exportador" não poderá ser fatal para as pretensões do cooperativismo se transformar em alternativa de modelo agrícola? Esse modelo — leia-se sempre, mais soja — afinal, prejudica a volta das cooperativas ao mercado interno, a diversificação de culturas e mantém a monocultura da soja.

O risco está nessa monocultura que arrastou o cooperativismo como cúmplice, agravando a já problemática má distribuição da terra. Com os preços na base de Cr$ 60 mil o hectare, em regiões em que há menos de cinco anos custavam até Cr$ 10 mil, o pequeno produtor ficou impossibilitado de comprar terras, vendo-se forçado à prática do que, ironicamente, chamam de "reforma agrária dentro do minifúndio".

Servindo de instrumento da política creditícia do Banco do Brasil — que expandiu faixas de crédito para aquisição de máquinas, venenos, adubos, mas trancou o crédito fundiário — as cooperativas ajudaram o picotamento da terra, porque igualmente facilitaram a passagem do colono, agricultor diversificado, para sojicultor puro e simples. Hoje todas elas ressentem-se disso.

Agora que precisam diversificar a produção, reintroduzindo certas culturas que antes eram tradicionais no estado, deparam-se com problemas da terra. Seis cooperativas já estão se empenhando em projetos de colonização em terras do Pará, Mato Grosso e Bahia, mas o que se precisa — dizem os poucos teóricos do cooperativismo — é da mão-de-obra fecunda do minifúndio produzindo aqui mesmo, para diversificar em larga escala.

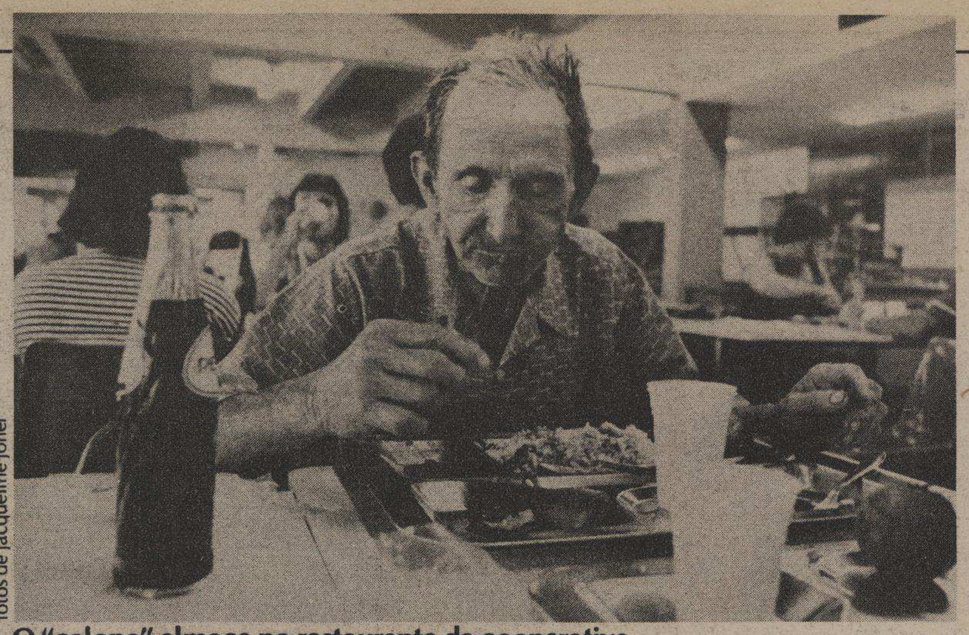
Nesse instante, por exemplo, o cooperativismo depara-se com a necessidade de uma reforma agrária. Mas não sabe o que fazer. "Reforma agrária? Fale com o Presidente da República", diz o coordenador do Incra, Cláudio Martins.

"ONDE VAMOS PARAR?"

1978. Ijuí, 500 quilômetros de Porto Alegre no sentido Noroeste. Região dos Sete Povos das Missões, onde floresceu, há ▶

Armindo Mass: "Em 10 anos não haverá mais o colono"

Armindo Hancke, sócio por causa do financiamento



fotos de jacqueline joner

O "colono" almoça no restaurante da cooperativa

Em Ijuí, a grandiosidade da Cotrijuí contrasta com a cidade

Paisagem gaúcha: os silos à beira da estrada; ex-agricultores em nova ocupação

Um gaúcho vai à cooperativa

mais de dois séculos, a República Comunista Guarani — que, segundo os teóricos mais apaixonados, teria sido o cooperativismo na prática, antes de ter sido esboçado teoricamente na França, no século passado.

O prefeito está de férias e o vice, atordoado, não sabe como agir: "É todo dia chegando gente das cidades vizinhas. A maioria não tem nada e vem pedir um terreno para botar *uma casinha*. Prefeituras da região despejam de caminhão esse pessoal no limite e mandam vir resolver seus problemas aqui. A cada ano que passa a periferia marginal da cidade duplica. Já estamos com quase 80 mil habitantes. Não sei onde vamos parar!"

Esta é a cidade-sede da Cotrijuí, segunda cooperativa da América Latina — a primeira é a Cotia, de São Paulo. Suas suntuosas instalações e mais dois novos hotéis modernos e altos contrastam com as ruas lombadas e esburacadas de Ijuí, e com as malocas que proliferam na cidade autodenominada *Colméia do Trabalho*.

As ofertas de emprego aos que chegam, atraídos pela grandeza da cooperativa, esgotam-se nas obras de construção civil. E as tensões sociais metropolitanas fazem-se presentes na cidade onde se concentra boa parte dos ideólogos do cooperativismo gaúcho.

BISCATEIROS

Mas não é só em Ijuí que os problemas transparecem. Há 150 quilômetros dali, já perto da fronteira com a Argentina, Santa Rosa defronta-se com problemas, quem sabe, ainda maiores. Segundo pesquisa da Secretaria do Trabalho, 70% dos moradores das **Vilas** pobres são ex-minifundiários e assalariados rurais, que viraram biscateiros.

Em Giruá, 40 quilômetros de Santa Rosa, a situação está tão dramática, segundo relato emocionado do presidente do Sindicato Rural, Alfredo Kraemer, "que o pequeno não vem tratar os dentes da família aqui no Sindicato, que é de graça, porque não tem dinheiro para a passagem". O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa, Hilário Schorr, constatou também: "A gente passa de casa em casa e vê: o agricultor não tem mais dinheiro, está cada dia mais pobre".

"Tornou-se escravo", diria a socióloga Eneide Marx Baches, de Porto Alegre, recentemente atraída para o estudo do cooperativismo. "A apesar do aumento do patrimônio, eles estão mais dependentes, pois se não produzem perdem a terra, que está hipotecada ao Banco do Brasil. Com a necessidade de maior produtividade, o sistema os mantém atrelados."

Mesmo desejando abandonar o trigo e a soja, são obrigados a continuar plantando para pagarem os financiamentos bancários. Foi uma armadilha bem montada, que só esgotou-se em si mesma por ter levado consigo também o pequeno produtor. Como assim? Simples.

"O cooperativismo teve a função de ocupar o espaço vazio deixado pelas contradições do crescimento econômico capitalista", afirma a socióloga Eneide Baches. Em outras que não as suas palavras, supriu a falta do capital indispensável para disciplinar o plantio do trigo e modernizar a agricultura.

"Como não havia capital" — complementa o professor Mário Osório Marques, o Frei Matias, da Fidene — "os técnicos do Banco do Brasil convocaram grupos de granjeiros e prometeram armazéns e financiamentos. Não foi à toa que, em 1957 surgiram 20 cooperativas tritícolas."

TODOS À SOJA

Mas o trigo passou para segundo plano com a soja valorizada assustadoramente no mercado internacional. Se no começo, obedecendo a orientação do então ministro da Agricultura, Mário Meneghetti — "homem do meio" — o Banco do Brasil, reuniu granjeiros para coordenar o plantio do trigo, depois, dentro da política exportadora, incentivou os agricultores a plantar soja.

Com esse impulso o número de associados à Federação das Cooperativas de Trigo e Soja, que era 56 mil em 1967, hoje chega a cerca de 180 mil. A área plantada com soja saltou de 870 mil para três milhões de hectares. Acontece que estava destinado aos médios e grandes o "modernizar-se", mas com os preços da soja, em 1973, atingindo a Cr$ 400,00 o saco, — hoje está numa média muito boa quando chega a Cr$ 200,00 — bateu o desespero em quem não plantava e teimava no milho, no gado leiteiro ou na suinocultura desvalorizada. Não deu outra coisa: todos à soja? Onde há terra, haverá soja!

Somente agora todos sentem que a armadilha está esgotando-se porque a soja, nesta safra, está quebrando em 20% e todo o interior do Rio Grande está temeroso. Mas não se conhece o colono que largou a carroça, liquidou os chiqueiros e subiu no trator e foi à soja. Não se culpe somente o pequeno por estarem as cidades da zona da soja — como Passo Fundo, Ijuí e Carazinho — comendo tomates e alfaces plantados em São Paulo. O resto das matas foi queimado, a soja invadiu até os jardins das propriedades rurais e o tradicional *Celeiro do Brasil* hoje é monoexportador de soja. A quem culpar?

BANCO DO BRASIL

O erro histórico foi intencional. O governo passou a financiar as cooperativas, mas não a formação do seu capital. "Por isso" diz o professor Mathias "não se encara o grande desafio, que é se desatrelar do modelo exportador e se atrelar ao mercado interno, diversificando a produção. Falta o capital próprio. Com ele se enfrenta o Governo e se derrubam as leis. O movimento cooperativista não toma certas atitudes, exatamente porque está preso pelo rabo. Tem que se sujeitar às exigências dos bancos. O Banco do Brasil é hoje quem manda nas cooperativas. Tira e põe os presidentes..."

A estratégia governamental foi simples. Liberou faixas de crédito às cooperativas e, ao mesmo tempo, adotou uma política que liquidou as cooperativas de crédito. Fenômeno estudado pelos teóricos e que ocorreu simultaneamente na Argentina, Uruguai e Chile. Ou seja, como diz a socióloga Baches, "botaram o dedo na moleira do sistema cooperativista".

Essa política de restrição, segundo o professor Mathias, "foi uma reação dos banqueiros, pois eles sabiam a força que as cooperativas representam na Europa, onde têm o seu próprio sistema financeiro. "Mais tarde, no governo de Jânio Quadros, foi criado o repasse financeiro dos bancos às cooperativas e delas aos associados. Esse repasse foi o tiro de misericórdia contra as cooperativas de crédito, que atuavam na mesma área de interesse".

BARREIRAS

Sem o esteio básico, as cooperativas não poderiam ser de outra forma, ficaram na espectativa dos rumos ditados pelo Governo. Este, apesar de "oficialmente" apoiar o sistema cooperativista, não consegue tirar do caminho as barreiras impostas pela sua máquina burocrática ao desenvolvimento de projetos cooperativos.

Por isso, quando se fala de cooperativismo gaúcho, fatalmente cai-se nas produtoras de soja — cuja produção já alcança cinco milhões e 700 mil toneladas. Boa parte dessa produção — tirando-se o grão que se transforma diariamente em quatro mil toneladas de óleo, nas oito fábricas cooperativas — é comercializada com multinacionais. Apenas duas cooperativas, a Cotrijuí e a Cotrisa, de Santo Ângelo — a capital das Missões — mantêm escritórios e atuam diretamente na Bolsa de Chicago.

"NÃO DÁ MAIS"

Nessa busca de sojicultores e não seguidores do cooperativismo criou-se uma questão tremendamente delicada. Um sem número de produtores, como Armindo Hencke, proprietário de 25 hectares em Santo Ângelo, entrou "só para conseguir o financiamento, pois nem sabia da cooperativa, só tinha ouvido falar". Hoje, diante do contrastante enriquecimento do patrimônio da cooperativa e do empobrecimento do pequeno produtor sem mentalidade cooperativista, a grita é constante.

Em Santa Rosa, por exemplo, o presidente Schorr, do Sindicato Rural, seguidamente escuta desabafos assim: "A nossa salvação é sair da cooperativa porque não dá mais". A seu ver, isso se deve ao fato "de elas terem procurado muito mais o lucro do que o interesse do associado". Albino Diel, minifundiário da região, sócio da Cotrirosa e da São Luiz, é um dos exemplos de insatisfação. Eis o que diz no seu palavreado simples:

"Na hora de faturar a soja é desconto daqui, vela pra esse, vela pra aquele, Santo Antônio faturou e eu fico sem nada. A cooperativa explora o colono diariamente e o comércio pensa que o colono é pau de galinheiro: todos querem trepar. Então, como a gente fica?"

Parte da culpa cabe aos próprios associados, por não saberem usar os instrumentos democráticos que uma cooperativa possui. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Cruz Alta, Heraclides de Lima Gomes, reclama porque "chegam na Assembléia Geral e ficam todos de boquinha calada, com medo de servir de pagodeira, quando eles são os verdadeiros donos e os administradores são colocados por eles lá".

EDUCAÇÃO

O que realmente está faltando e disso ninguém discorda, é uma educação cooperativista. O professor Mathias, que introduziu em Ijuí a organização dos colonos em forma de núcleos de discussão, a partir de 1961, acha que falta "uma conscientização de grupo para criar a solidariedade, e na força da solidariedade usar o cooperativismo como instrumento concreto para determinadas circunstâncias".

O presidente da Cotricruz, Ciro Rosa, acredita que o trabalho deva iniciar nas escolas. "Por isso não será coisa para esta geração". Enquanto isso, "o mais urgente", segundo o superintendente Sílvio da Silva, da Cotrisa, "é renovar as lideranças para viver a nova época que o cooperativismo começa a viver, pois ainda tem gente brigando por coisinhas bobas". Talvez por isso, Emiliano Limberger acrescente que "falta mentalidade cooperativista até para

alguns dirigentes. Certo, o mercado é capitalista, mas a cooperativa não é só econômica, é social também. Não basta a todos acompanhar a Bolsa de Chicago, é preciso se ter uma abertura para a socialização."

Ao que parece, a Cotrijuí, pioneira na organização de colonos em núcleos, segundo seu vice-presidente Arnaldo Drews, conseguiu em parte "o apoio da base". Diz ele que a cooperativa cresceu porque teve a grande preocupação de conseguir que o produtor evoluísse junto, "pois sem isso não adiantaria nada. Por isso, hoje, as cooperativas estão se preocupando com a base. Se não têm apoio da base, não têm segurança."

Alexis Setti, de Carazinho, concorda com tudo isso, mas interroga desanimadamente: "Se nós dirigentes não conseguirmos nos entender direito, como nuclear agricultores?". Mais. À essa falta de entendimento, entre dirigentes do movimento, a socióloga acrescentaria "a falta de coesão interna, fruto da não participação real do associado no destino da cooperativa". Então "como fazer com que o berro possa ser dado de uma maneira unissona?"

FALTA A FÓRMULA

Tentativas de trabalho em conjunto já foram esboçadas e, na prática, começam a dar resultados. Um exemplo disso é a Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL). Em menos de dois anos ela saiu do papel e começa a reorganizar a produção leiteira. Está vendendo 80 mil litros de seu leite Elegê (Leite Gaúcho) em Porto Alegre, adquiriu uma usina de pasteurização em Ijuí e constrói outra na mesma cidade. Atualmente, prepara-se para lançar sua linha de derivados no mercado.

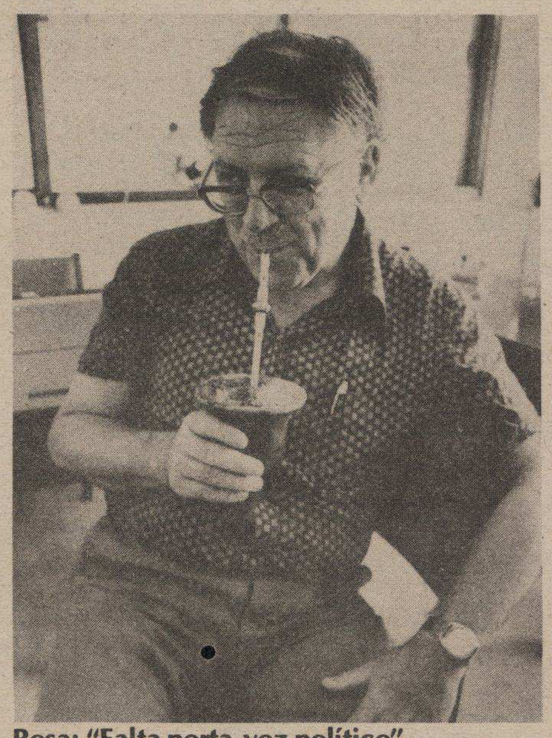
A cooperativa Central de Cevada e Malte, com sede em Carazinho, capital do Planalto Médio, já tem aprovado seu projeto de construção de uma maltaria e, daqui três anos, produzirá um terço das necessidades do país, que é de 300 mil toneladas. A cooperativa Central Gaúcha de Telefonia e Comunicação Rural, após uma demora intencional do Governo, teve seus projetos aprovados e já está começando a levar o telefone aos campos de soja. E já se fala de uma quarta cooperativa central: suínos, que só não saiu, acredita-se, pela indefinição governamental em apoiar a suinocultura.

Na opinião de Ciro Rosa, presidente da Cotricruz, é indispensável às cooperativas diversificarem para encontrar outras fórmulas de capitalização. Mas justamente nesse processo de partir para a diversificação é que as cooperativas penetram na delicada questão de como fazer? Até agora, o sistema não achou a fórmula.

Tudo indica que agora com a ruptura da Cotrijuí com a Federação, ocorrida em fevereiro — é que o debate será iniciado. Noticiado discretamente em Porto Alegre, causando impacto apenas nas áreas vinculadas "com o meio", o afastamento da Cotrijuí não passou de uma notícia consumida em alguns dias e em poucas linhas. O que não chega ser estranho, pois no estado onde o cooperativismo é, reconhecidamente, o mais forte do país, pouco se fala dele. A imprensa, ou por desconhecimento ou por não compreender o real significado da divergência, não foi além de notas oficiais e poucas entrevistas. Uma desculpa, não muito convincente, pode ser dada: existem poucos teóricos, ideólogos e estudiosos do cooperativismo que possam analisar o "novo momento que o cooperativismo começa a viver."

fotos de jacqueline joner

No supermercado da Cotrijuí, o rancho do fim de mês



Rosa: "Falta porta-voz político"

E qual é esse novo momento, anunciado pelo superintende da Cotrisa? Arnaldo Drews, pela Cotrijuí, diz que é o de "se discutir na mesa as questões". Portanto, está em debate a política empresarial adotada pela Fecotrigo, que montou sua fabrica de óleo e outra de calcário, "justamente a entidade" — dicorda Drews — "fundada para ser representante dos interesses dos agricultores. Quem se prejudica com isso são as cooperativas menores, que deixam de formar suas estruturas e ficam dependendo da Fecotrigo. Hoje temos 63 presidentes pensando em soja no estado, e três ou quatro decidindo."

Como existem cooperativas menores que se beneficiam dessa estrutura montada pela Fecotrigo, a questão oferece a oportunidade de todas se posicionarem. Antes do afastamento da Cotrijuí, as divergências eram cobertas com panos quentes, afirmam, mas todo mundo sabia. Havia até confusão fora do estado, quando muitos imaginavam haver duas federações aqui no Sul, que concorriam entre si.

FUSÕES

O momento é importante. As cooperativas, que já deveriam posiconar-se ante o novo Governo e não o fizeram ainda, têm agora a chance de definir o encaminhamento do sistema. E qual alternativa apresentada pela Cotrijuí? Fusões. Que a Fecotrigo estude minuciosamente a situação, estimule a formação "de umas 10 ou 15 Cotrijuís ou Cotrisas", compara Drews, "para tornar o movimento forte. E, depois de um estudo regional, que nem a Cotrijuí pode fazer sozinha, aí sim: partir para a diversificação. Não é moendo calcário ou industrializando soja que se chega lá."

Acredita ainda Arnaldo Drews que tem a Federação a função de fazer política e realizar estudos regionais para buscar soluções até mesmo da má distribuição da terra. "Quem é que pode fazer um estudo profundo da situação fundiária do estado, apresentar para o Governo e fazê-lo sensibilizar-se? Poderia ser até concedida uma faixa de crédito fundiário."

PARTIDO POLÍTICO

Nas cooperativas o assunto já não pode ser ignorado. Em Carazinho, por exemplo, Alexis Setti mostra-se propenso a formação de granjas coletivas, "desde que a administração fique com a cooperativa". O superintendente da Cotrisa acha que está na hora das lideranças pensarem na constituição do Banco, "que precisaria do apoio oficial, por ser a nossa demanda de crédito muito grande". Ou então, apresenta como alternativa, que o "Governo injete recursos no Banco Nacional de Crédito Cooperativo, que atualmente não atende nem 5% das nossas necessidades."

Libemger, o fundador do Instituto de Desenvolvimento Cooperativista, é pessimista: "O Governo apóia as cooperativas atreladas ao modelo exportador, portanto, não mudará. Por que esperar que parta dele? Isso é fruto do paternalismo miserável. A Alemanha esperou pelo banco? Canadá esperou? França esperou? E hoje esses governos não mexem na política financeira sem consultar as cooperativas. Aqui não. Agora, por exemplo, já se discute em outros países a formação do Banco Interamericano Cooperativo, e aqui não se sabe disso. Também, pudera! A Organização das Cooperativas do Brasil não é filiada à Aliança Cooperativa Internacional."

Desvinculado do movimento internacional, o cooperativismo está também fora da retomada da discussão política. É de se estranhar, pois 95% dos entrevistados reconhecem a inexistência de uma representação política do sistema e vêem nisso um grande mal. Apesar de ter um quarto do eleitorado gaúcho e ser uma força econômica, seu último representante foi o deputado estadual Arthur Fischer, constituinte de 1946.

Ciro Rosa, da Cotricruz, é um dos que ressente-se da falta de um "porta-voz político dos interesses do sistema". Acredita que um partido, a exemplo do PC Inglês, que existe há 60 anos, seria o ideal.

Mas sua idéia ainda não encontra muito apoio no meio. O professor Mathias, por exempo, diz: "O cooperativismo não é a forma acabada das coisas, é um instrumento de defesa do homem, e permite a indução de determinadas idéias políticas. Antes de um partido político, é preciso que as pessoas se organizem para discutir o que lhes é mais aconselhável, é preciso uma base sólida de organização, para decidir sobre o modelo a ser seguido."

assine
versus

Faça sua assinatura anual de Versus por Cr$ 150,00. Você receberá 12 números do jornal e mais nossas edições especiais. Se você conseguir três assinaturas terá direito ao nosso livro «Paulo Pontes — A Arte da Resistência», ou o Livrão de Quadrinhos. Ou ainda o livro de poemas de Cesar Vallejo. Assine Versus com seus amigos. Envie cheque nominal ou vale postal à Editora Versus Ltda, R. Capote Valente, 376 — Pinheiros, São Paulo — SP, CEP 05.410.

NOME.....

RUA.....

BAIRRO..... CEP.....

CIDADE..... ESTADO.....

PROFISSÃO.....

OBSERVAÇÕES.....

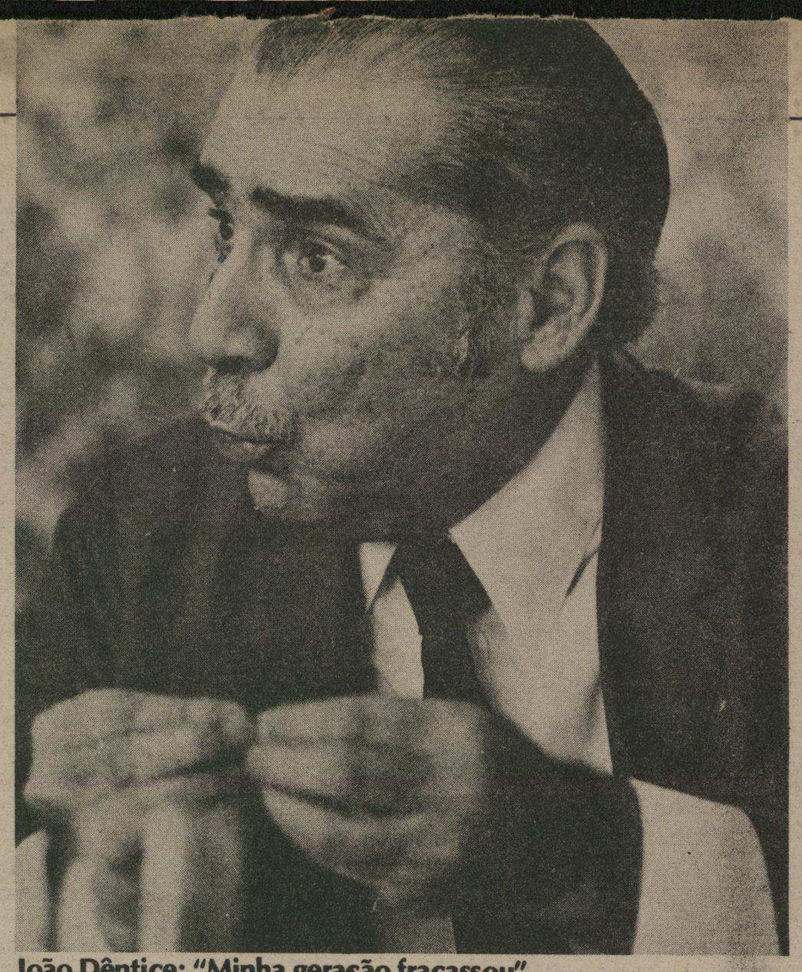
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

Muitas vezes, na urgência de fazer uma boa matéria que necessite detalhes da vida no sul não há para quem apelar. E quando é preciso uma matéria especial? Bom, aí a coisa fica mais difícil ainda. Com pressas ou sem, não se acanhe: a Agência de Notícias Coojornal está aqui para isso mesmo, à disposição de jornais, revistas e publicações diversas, especializadas ou não. Ela foi criada dentro da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre como uma ampliação da sua área de serviços, para fornecer notícias, reportagens, entrevistas, material fotográfico, cartuns e ilustrações. Além de coberturas completas dentro e fora do Rio Grande. Ligue para nossos telefones (24-0951 e 21-8984) ou para nosso telex (051-1605), para uma consulta. Ou escreva para Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre, RS. E para nos conhecer melhor.

coojornal

Os temores de um arenista rebelde

Ex-presidente da Arena gaúcha está apreensivo: "Não sei se chegaremos à plenitude democrática"



João Dêntice: "Minha geração fracassou"

Dona Juraci, sua fiel guardiã, reforçou as salvaguardas em torno do gabinete sóbrio, de cores escuras, no oitavo andar do Edifício Chaves, no centro de Porto Alegre. Pessoalmente, ela diz aos repórteres que o doutor ainda não veio. Pelo telefone, ela avisa que o doutor já saiu.

Há um bom tempo que o doutor João Mário de Almeida Dêntice perdeu o hábito de entrevistas, fenômeno que coincide mais ou menos com a decepção e a amargura crescentes que ele passou a experimentar diante dos atalhos e desvios da relatividade democrática da Revolução de 64.

Aos 66 anos, cabelos grisalhos, cobertos a maior parte do tempo pelo chapéu de feltro Ramenzoni, e um bigode sempre impecavelmente discreto e aparado, João Dêntice é um homem afável, simpático, de sorriso maroto e frases cheias de citações de velhos políticos do passado. De um tempo em que urna, voto e partido tinham um inconfundível cheiro de povo.

João Dêntice provavelmente é um idealista, mas certamente é um democrata. Cacique aposentado do extinto PSD, "revolucionário de primeira hora" e ex-candidato ao Palácio Piratini, Dêntice representa hoje um incômodo tão grande para Arena gaúcha quanto o senador Magalhães Pinto para os arenistas de Brasília — com a vantagem apenas de que não é um candidato a sucessor de Guazzelli.

Em 1970, quando ele se lançou numa luta aberta e franca, dentro do partido, contra o senador Tarso Dutra, na corrida pelo Governo do Estado, Dêntice e o Rio Grande do Sul todo se viram surpreendidos pela autoritária "solução de colete" do presidente Garrastazu Médici, que indicou Triches como sucessor de Peracchi Barcellos.

Gradualmente, à medida que a distensão de Geisel evoluía lenta e seguramente para o "Pacote de Abril" e para a Lei Falcão, Dêntice se afastava de seu partido, embora ainda se diga um incorrigível partidário da Revolução — "aquela Revolução de princípios e compromissos democráticos, não esta Revolução de casuísmos e eleições indiretas".

Em meros bilhetinhos ou longos discursos, cada vez mais raros, ressalta sempre o cuidado que tem em grafar respeitosamente, com letras maiúsculas, palavras como Democracia, Liberdade e Povo. Não é por nada, aliás, que Dêntice se mostrou o gaúcho mais entusiasmado com a cruzada presidencialista de Magalhães Pinto, acabando por merecer afinal o título honorífico de "coordenador" da campanha do senador mineiro no Sul.

E, apesar do pessimismo de quem se proclama, juntamente com sua geração, "fracassado" politicamente, Dêntice confia com otimismo nos jovens brasileiros — desde que se abram os canais necessários de participação política. Mesmo o líder arenista Hugo Mardini, deputado estadual, cujas posições jamais se confundiriam com as de Dêntice, reconhece: "Dêntice é um homem independente, que diz o que pensa, quando pensa e onde quer". Nesta entrevista a Luís Cláudio Cunha, e Elmar Bones da Costa, ele confirma isso:

— O sr. foi, talvez, a primeira voz dentro da Arena a falar na necessidade de eliminar o AI-5...

— Sim, foi um deus-nos-acuda. Os da Oposição aplaudiram, alguns da Arena disseram: o Dêntice enlouqueceu... Hoje até o Petrônio Portela admite isso.

— Já faz dois anos que o sr. fez aquela declaração, não?

— Foi em dezembro de 76, falando à juventude na histórica "Terra dos Marechais", São Gabriel. Eu disse que sentia apreensão quando o povo não era ouvido nas soluções dos problemas do país. Hoje, decorrido mais de ano, repito aquilo que formulava angustiado na ocasião: minha geração poderá encerrar seu ciclo de atuação política em débito com a geração que chega. Será que conseguiremos legar-lhe um Brasil na plenitude democrática?

— O sr. não está otimista com a abertura gradual, então?

— Eu acho muito lenta a caminhada, ela precisa ser acelerada. Confesso que não me tranqüilizo diante da extensão temporal da provisória suspensão do Estado de Direito. Esse provisório está se eternizando. Seguidamente me interrogo se realmente nós estamos caminhando para o Estado de Direito e sua legitimidade, para a plenitude democrática.

— O sr. fala em plenitude democrática, mas o Governo fala em Democracia relativa. É a mesma coisa?

— A Democracia, tal como "a verdade e o manto de cristo que não comportam remendos", não comporta qualificações: popular, relativa, gradual, etc. Ou é Democracia ou não é. Neste caso temos o arbítrio, o velho e conhecido arbítrio próprio dos estágios imaturos de estruturação política. Se o arbítrio não gosta de ostentar o seu caráter, pois sempre há alguma sensibilidade no povo, ele pode denominar-se de Democracia relativa, gradual, popular ou "mal necessário" devido à "natural incapacidade do povo".

— O que o sr. acha que pode acontecer este ano, na área política?

— Acho que 1978 vai ser um ano de muitas provações para a consciência política do país. Ainda é criticamente indefinido o rumo político da nossa Nação a médio prazo.

— Onde residiria esta indefinição? Qual seria o ponto crítico?

— A Democracia exige partidos fortes. Nossa vida partidária no momento não é nada satisfatória. Apesar do esforço de alguns líderes, os partidos estão visivelmente desgastados e enfraquecidos pelas notórias incidências conjunturais. Quer dizer, os instrumentos politizadores do Povo, por excelência, estão descumprindo a sua relevante missão.

— O sr. disse que sua geração talvez não...

— Minha geração fracassou. Uns, como eu, porque não podem fazer nada, outros porque não querem, por erros ou omissões. Minha geração não conseguiu assegurar ainda a este nosso país a plenitude democrática. Jogamos as esperanças na juventude, mas a preparação dos futuros líderes, contudo, é comprometida pela desconfiança com que os moços observam a fraca atuação dos partidos, acompanham certos aspectos da nossa vida pública e percebem a vacilante caminha para a Democracia.

— Por que sua geração fracassou?

— Porque houve um erro da própria Revolução que não ofereceu oportunidade para que os moços viessem a compreender, participar dos problemas dentro da vida política. Não importava que eles se filiassem a este ou aquele partido. Isto eu acentuei muitas vezes. Acho que a Revolução perdeu uma grande oportunidade de trazer os jovens para se manifestarem, participarem. Eles se encolheram e isso foi interpretado como hostilidade por alguns. Depois ficou difícil desfazer este equívoco.

— O sr. vê chance de desfazê-lo a estas alturas?

— Acho que tão logo desapareçam estas medidas que hoje estão limitando a vida política, os órgãos universitários, a participação, os jovens voltarão. E quando eles se tornarem independentes, não vão perturbar a ordem não, absolutamente. Se a Revolução tiver sensibilidade, ainda, para tornar a juventude participante dos acontecimentos, as responsabilidades desta nova geração serão muito maiores do que suas mágoas ou possíveis hostilidades.

— Como é que a Revolução pode "mostrar-se sensível"?

— Repito o que disse em 76. Que entendia e entendo que todas as medidas de exceção eram compreensíveis numa determinada fase... Usei até a expressão: a primeira característica de uma Revolução é ser revolucionária. Daí que eu aceitasse, ▶

ASSINE coojornal

12 EDIÇÕES: Cr$ 110,00

Leia o jornal de idéias e opiniões que estimula o debate.
Que expõe os assuntos polêmicos sem rodeios. Que abre as suas páginas para os que estão pensando e analisando a realidade brasileira.
Um jornal crítico e independente, dirigido às pessoas formadoras de opinião.
Este é o Coojornal, editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Cupom de assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr$ 110,00

Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones 218984 e 240951

Você pode assinar o Coojornal a partir do nº 13
Assinale no quadrinho a edição em que você quer que comece a valer sua assinatura:

☐13 ☐14 ☐15 ☐16 ☐17 ☐18 ☐19 ☐20 ☐21 ☐22 ☐23 ☐24 ☐

Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

não só as medidas de exceção como as eleições indiretas para governadores. Mas essa fase já passou, porque uma Revolução não pode ser permanente com seus métodos, ela é permanente com seus ideais, com a filosofia que ela traz. Há uma confusão propositada de alguns que dizem que a Revolução se eterniza. Ela foi feita para impedir que a Democracia fosse golpeada. Então, assegurada a sobrevivência da Democracia, a Revolução cessa a sua função punitiva. Devia, portanto, eliminar as medidas de exceção.

— Ao eternizar os seus métodos, a Revolução se transformaria em reação?

— Evidente, corre o risco de se esvaziar, de sofrer a fadiga da própria ação. Porque a Revolução como instrumento dinâmico já deveria ter tomado o rumo que era seu objetivo.

— O episódio Magalhães Pinto seria um sintoma desse esvaziamento?

— É sim.

— O sr. é o coordenador da candidatura dele aqui no Sul. Como está vendo a evolução da sua campanha?

— O perder ou ganhar é irrelevante. O importante é que em torno de sua pregação, ele conseguiu mobilizar o país, transferindo o centro da gravidade política — até então funcionando em gabinetes fechados.

— Como está o seu relacionamento com a Arena?

— A Arena conhece a minha posição. Lá dentro, o meu pensamento e de outros companheiros que também não afinam em gênero, número e caso com a direção partidária nacional, na sua orientação, são respeitados. Assim como nós respeitamos a maneira deles conduzirem o partido.

— Mas o sr. ficou meio marginalizado, não?

— Não, eu não estou marginalizado. É que eu tenho pontos de vista que se conflitam com a maneira de ver dos dirigentes partidários, tanto no estado como a nível nacional.

— Por exemplo, nestas discussões em torno da escolha do candidato a Governador o senhor tem participado?

— Não, em absoluto. Nem teria razão, porque eu hoje sou apenas um membro do diretório e estas conversações, ao que sei, estão sendo tratadas ao nível do Governador, da presidencia regional do partido.

— E o que o sr. está achando desse processo?

— Em primeiro lugar, eu gostaria que a eleição fosse direta. Que houvesse uma convenção etc, etc. Mas... não posso ser mais realista que o rei, não posso me tornar um lírico e continuar dizendo: quero eleições diretas! Agora, tem uma coisa: mesmo na indireta, o mínimo que a Democracia tem que exigir é que se faça uma convenção para escolher esse candidato.

— O sr. tem boas relações no meio militar. Como o sr. vê os militares no processo de redemocratização?

— Pelo que sei, não se pode generalizar...

— Sem trocadilho, dr. Dêntice!

— Não se pode generalizar. Devem existir militares contrários a qualquer abertura, assim como há civis. Não preciso nem citá-los, vocês conhecem bem, estão aí a toda hora aparecendo e se pronunciando. São civis tremendamente antidemocratas. Mas, as Forças Armadas hoje em dia estão muito bem situadas diante da questão política. E não apenas quanto ao problema nacional, mas ao internacional também. Eles sabem, sentem, já atingiram um grau de sensibilidade muito grande, sabem que o Brasil é um país de formação democrática.

— O sr. conheceu o pai do general Figueiredo. Até que ponto o fato de ele ter sido um democrata pode influir nas atitudes do filho como Presidente?

— Não creio que as pessoas que fazem menção a isso o façam com a preocupação de mostrar que o General é democrata. Creio que é algo assim: "Olha, você tem uma carga grande de responsabilidade porque seu pai foi um homem que lutou, sofreu, amargou até o exílio pela defesa de seus ideais". Essas coisas sempre representam para o cidadão, algo assim como uma espécie de chama votiva, a toda hora lembrando...

— A impressão que se tinha é que o general Figueiredo sempre se identificou com a linha mais dura...

— Não sei se ele é ou se é a função que ele exerce. Às vezes, o cidadão pode ter, pessoalmente, uma concepção muito diferente. Eu não conheço o pensamento dele, acho que ninguém conhece bem mesmo.

— O sr. acredita numa vitória da Arena nas eleições? O Governo está condicionando a continuidade da abertura a isso...

— Não sei. Li ainda hoje um pronunciamento do general Figueiredo. Não entendi que ele tenha condicionado a caminhada para a plenitude democrática à vitória da Arena. Acho que ele quis dizer que a vitória da Arena facilitará o atingimento mais rápido do aperfeiçoamento democrático. É isso que deve ter tentado dizer, nunca condicionar.

— Inversamente, então podemos concluir que uma vitória do MDB...

— Não, não, não, não pode. O inverso não é verdadeiro. Não quero dizer que uma vitória do MDB implique em retrocesso. No meu entendimento não. Porque chegaremos ao absurdo de eliminar um partido. Então seria melhor não se fazer eleição. O que acho é que se a Arena, como partido de sustentação do Governo, demonstrar que está em consonância com o povo, será mais fácil a chegada à Democracia.

— O sr. acha que a Arena está em consonância com o povo?

— É justamente o que vamos sentir agora em novembro. Acredito que a Arena deve fazer todo o esforço, todo o trabalho neste sentido, ir ao encontro das aspirações da coletividade.

— Um partido que defende Lei Falcão, pacote de abril, tem condições de empolgar o eleitorado?

— Bem, vocês têm que aceitar que era ainda uma contingência da hora em que estávamos vivendo, não é?

— Da hora que estamos vivendo, não?

— É, e que nós estamos querendo abreviar.

— A Arena do Rio Grande do Sul tem um candidato para derrotar Pedro Simon?

— Sem menosprezar a capacidade e a força eleitoral do deputado Pedro Simon — meu particular amigo — acho que alguns elementos da Arena estão criando em torno do nosso adversário uma auréola de força maior do que a que ele talvez tenha. Escolhendo um bom nome, a Arena teria condições de enfrentar Pedro Simon. Não estou dizendo ganhar, mas com chance de ganhar. Por delicadeza não vou citar nomes, mas há bons nomes.

— O governador Sinval Guazzelli teria condições de vencer o deputado Simon?

— Claro, é um homem que vem exercendo o Governo, um homem que projetou o seu nome, um homem inteligente, com capacidade, moço, cheio de vitalidade — não tenho dúvida que seria um bom adversário. Quem é no Rio Grande que pode ignorar isso? Agora, ganhar é outro problema. Não se pode dizer a priori que fulano vai ganhar. Quem conhece política, já viveu a política, sabe muito bem como é.

— Mas o senhor reconhece que a tarefa seria árdua?

— Mas no Rio Grande toda eleição sempre será muito disputada.

— Que riscos de retrocesso o sr. vê nesta "Caminhada para a Democracia"?

— Nenhum, porque obedece a uma lei histórica. Não há retrocesso. Necessariamente nós vamos caminhar para a plenitude do direito, independente da vontade de alguns que não gostariam disso. Agora, acredito que aqueles que podem cooperar, podem ajudar, tudo farão no sentido de impedir que se criem pretextos ou obstáculos. Históricamente, a caminhada para a plenitude democrática prosseguirá.

— Nesta caminhada há lugar para os exilados?

— Necessariamente. Mas acho que a anistia ampla e irrestrita de que andam falando seriam contraproducente. Serviria para acirrar certos setores e provocar talvez uma estagnação nesta caminhada, quando o que nós temos que fazer é acelerar esta caminhada para a Democracia plena. O que eu entendo que o Governo vai fazer é a revisão das punições, e já a eliminação do artigo 185 é um caminho.

— Mas como revisar cada caso? E existem milhares de pessoas punidas sem processo...

— Isto está, ou melhor, deve estar sendo objeto de estudos por pessoas mais especializadas no assunto. Elementos altamente capacitados estão estudando tudo isso.

— Que elementos são estes?

— Eu pessoalmente não estou autorizado a dizer. Não sei.

— O senhor tem informações seguras de que haverá uma revisão?

— Sim, são informações que tenho. Sei que há elementos altamente capacitados estudando o assunto, mas as pessoas que me informaram não me autorizaram a divulgar nomes. Mas não há dúvidas de que existe a preocupação do Governo de restabelecer a unidade, a tranqüilidade, a paz da família brasileira. E vai encontrar os meios, sem abrir precedentes ou criar qualquer forma de resistência a estas medidas.

— O senador Daniel Krieger foi um emérito criador de fórmulas para contornar esse tipo de impasse jurídico-institucional. Ele seria um nome indicado para o caso das revisões de punições?

— Ah, nem tem dúvida, e com certeza ele está atuando nisto. Não falei com ele, não ouvi dele qualquer coisa, mas não tenho dúvida nenhuma de que ele deva estar atuando nisto.

— Diz-se que há um ônus adicional aí: cada revisão que for feita colocará o Governo no banco dos réus...

— Não. Se se trata de uma revisão no sentido de corrigir aquilo que foi mal feito, nisto não vai demérito. As revisões são decorrências do próprio processo revolucionário, como acontece em outros países. Não seria hora nem momento para se fazer identificações de culpados.

¿O que o senhor acha do caso Para-Sar?

— Francamente, me deixou estarrecido... Eu não conhecia nada daquilo... Só soube pelos jornais.

A Central de Serviços da Coojornal está à venda

Compre os serviços da Coojornal.
A Coojornal é a maior equipe de profissionais jornalistas-associados de todos os setores de imprensa.
Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do Estado para a produção gráfica e jornalística.
É uma experiência com mais de 4 anos e quase trinta clientes.
Conte com a Coojornal em:

Serviços editoriais
Planejamento, execução e produção de boletins de empresas e entidades classistas.
Edição de revistas, livros, jornais, anais e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.
Agência de notícias, pronta para cobrir todo o RS, atendendo pautas de todas as áreas, através de notícias, reportagens, entrevistas, etc.

Serviços gráficos
Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária. Coberturas. Arquivo a cores e P&B. Audiovisuais.
Estúdio de arte, com equipe de artistas gráficos entre os mais conhecidos profissionais desenhistas. Artes, *lay-outs* e produção de capas de livros, revistas, folhetos, prospectos, cartazes, malas-diretas, etc. Charges, cartuns e ilustrações. Programação visual.
Diagramação para criação e execução de projetos para qualquer tipo de publicação.

Serviços industriais
Fotocomposição. Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos e funcionários habilitados para trabalhos jornalísticos e publicitários. Revisão.
Fotolitagem: Completa unidade preparada para atender à necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores.
Produção e impressão *off-set* de material jornalístico e publicitário, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.
A Coojornal aceita solicitações avulsas, periódicas, contratos e a prestação total ou parcial dos serviços acima citados.
Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições. Peça referências a respeito da qualidade gráfica e editorial dos nossos serviços.
A Central de Serviços está à venda. Aproveite.

cooJORNAL
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
Rua Comendador Coruja, 366/372
Fones: 24.0951 e 21.8984 —Telex (051)1605 90000 —Porto Alegre —RS

A questão nuclear e Política de exportação da Alemanha Federal

Sergio C. Buarque

Contribuição para o debate sobre a importação de energia nuclear pelo Brasil

Geisel na Alemanha com o presidente Walter Schell: interesses mútuos

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste ensaio, que não se pretende uma abordagem científica mas sim jornalística da questão nuclear, é apontar para pontos normalmente ignorados na polêmica sobre energia atômica que têm lugar atualmente na Alemanha Federal. Para tanto, tento mostrar as condições econômicas e políticas que determinam a política energética do governo alemão, as particularidades gerais do capitalismo alemão, o pragmatismo governamental e o papel da indústria de reatores na economia do país.

Os dois últimos capítulos tentam levantar elementos para uma discussão geral da questão energética dentro de um projeto de desenvolvimento, e os limites e contradições do capitalismo no que diz respeito à relação crescimento-oferta de energia. Embora o ponto de referência seja a Alemanha, fornecedora de tecnologia, a intenção do ensaio é servir à discussão sobre uma opção energética num país importador de tecnologia, como o Brasil. Apesar do tom polêmico e, por vezes, afirmativo, espero contribuir em algo para o debate geral sobre o uso da energia nuclear.

Colônia, outubro/1977

Sergio C. Buarque

I. "ESPAÇO VITAL" E IMPERIALISMO "DEPENDENTE"

Há trinta e dois anos, a Alemanha era uma nação derrotada, humilhada, destruída e dividida. Os mil anos de império nazista foram encurtados e, com isto, o "espaço vital" de um país industrializado e poderoso, mas carente de recursos naturais básicos. Hoje, trinta e dois anos depois, a Alemanha Federal, parte ocidental do antigo império alemão nazista, destaca outra vez a nação alemã no panorama internacional, soberba e soberana, orgulhosa e com a arrogante autoridade que lhe confere a privilegiada posição econômica num mundo capitalista em crise. Um jornal londrino dizia recentemente que, quando os chefes de Estado da Comunidade Econômica Européia estão reunidos e o assunto é dinheiro, todos os olhares voltam-se automaticamente para Helmut Schmidt. Superavit da balança comercial e moeda forte e estável são poderes decisivos nas mãos do chanceler alemão, com os quais afirma a hegemonia da Alemanha Federal na Comunidade Econômica Européia e pode, naturalmente, definir as condições para a ajuda aos "primos pobres". A Itália já sabe, por exemplo, que não poderá contar com a contribuição financeira da poderosa Alemanha Federal se, de alguma forma, os comunistas participarem do governo italiano.

Até o início desta década, a entrada da Alemanha Federal na cena política internacional deu-se de forma muito lenta, muito aquém da importância e influência econômica que adquiria o país. Com a crise econômica, acentuada com o boicote do petróleo, tornou-se impossível manter aquela defasagem, mesmo porque a Alemanha transformou-se na nação modelo do mundo capitalista e num dos principais centros decisórios, ao lado dos Estados Unidos, para a evolução econômica capitalista a nível internacional. É assim que a OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — diz que a reativação da economia internacional depende, antes de tudo, de um programa alemão, japonês e norte-americano, para fomento e expansão das suas economias, como espécie de locomotiva do mundo capitalista. Nos últimos anos, a Alemanha Federal começa a ter voz ativa nas questões mais importantes da política internacional, e a representar-se nos organismos e instituições internacionais. Pela primeira vez, tornou-se este ano membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, também pela primeira vez, ocupa uma posição de subcomando no estado maior da OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte. Ao mesmo tempo, junto com a expansão comercial em direção ao Terceiro Mundo, a Alemanha Federal intensificou os contatos a nível diplomático. Combinando o "pragmatismo" de Genscher-Schmidt com os "encantos" social-democratas de Willy Brandt (e por traz dele da Internacional Socialista), a Alemanha Federal conseguiu ocupar posições importantes no Terceiro Mundo.

Com a entrada em cena da Alemanha Federal, aparecem, por outro lado, as vozes inquietas, sobretudo na França (historicamente nacionalista e temerosa do seu vizinho e tradicional adversário), que falam do renascimento do agressivo "imperialismo alemão". Nas últimas semanas, a imprensa européia referiu-se reiteradas vezes ao assunto, comentando o famoso filme de Joachim Fest sobre Hitler, a fuga de um ex-chefe nazista em Roma e o crescimento dos grupos juvenis neonazistas na Alemanha Federal. E como no passado, a Alemanha continua provocando reações desencontradas de medo, ódio, admiração, simpatia e mistério. Os preconceitos com que normalmente se olha a Alemanha podem levar a exagerar o perigo de um renascimento neonazista e imperialista, mas podem também eludir a verdadeira dimensão política de uma nação capitalista altamente desenvolvida e particularmente dependente do mercado internacional. E dado o caráter europeu do expansionismo nazista, é natural que o perigo de um renascimento imperialista alemão repercuta mais diretamente naquele continente. Ao contrário do expansionismo do imperialismo francês, inglês e holandês do século passado, que saíram em direção do ultramar, o imperialismo nazista alemão concentrou-se na Europa.

Nos últimos anos, a Alemanha Federal promoveu a ampliação e diversificação do mercado externo, estendendo a fronteira comercial na direção do Terceiro Mundo e do leste europeu. A política de ajuda ao desenvolvimento facilitou as vendas de tecnologia alemã às nações menos desenvolvidas. A qualidade da tecnologia alemã, assim como o pragmatismo comercial, permitiram a penetração em amplos mercados do Terceiro Mundo. Com isto, não só ampliou os mercados para além das fronteiras da OCDE em direção de mercados mais complementares com a economia alemã, como facilitou a aquisição de matérias-primas e produtos agrícolas ofertados pelas nações subdesenvolvidas. O peculiar do capitalismo alemão é sua enorme dependência do mercado externo, tanto do lado da oferta como da demanda. Peculiaridade que levou o imperialismo nazista à guerra, na tentativa de expandir o "espaço vital" da Alemanha, como única forma de assegurar o crescimento econômico-industrial do país. A Alemanha Federal importa quase todas as matérias-primas básicas, numa proporção que vai de 70 até 100% e, como diz a revista francesa *Economia*(1), "a opulência alemã, fundada sobre a exportação, está à mercê dos seus compradores". Falta à economia alemã, portanto, a relativa autonomia do capi-

(1) *Economia* — Junho/1977 ▶

talismo norte-americano, que lhe permite uma certa margem de manobra e independência no terreno internacional. Se, por um lado, como defende a OCDE, a Alemanha Federal pode influir na reativação da economia mundial, por outro, ela é profundamente vulnerável às flutuações conjunturais. O "milagre" do desempenho alemão nos anos de recessão econômica do capitalismo mundial, explica-se, em grande parte, pela expansão em direção do Terceiro Mundo e do leste europeu. E para isto o governo alemão teve que colocar de lado todos os princípios ideológicos que prejudicassem os negócios. Negócios, negócios, amizades à parte e inimizades também.

O pragmatismo do governo social-liberal alemão é, sem dúvida, a mais coerente posição para um país tão fortemente dependente do desempenho comercial das suas empresas. Por isto, a contradição com o governo de Jimmy Carter, dos Estados Unidos, com o caráter "moralista" da sua política externa, que pode prejudicar negócios alemães no Terceiro Mundo e nos países socialistas do leste europeu. O pragmatismo social-liberal rejeita, igualmente, o acentuado anticomunismo da oposição democrata-cristã, que cria obstáculos ao próspero comércio com o leste, fruto da famosa e bem sucedida *Ostpolitik*.

O caráter "dependente" do capitalismo alemão explica também a posição aparentemente ambígua da Alemanha Federal em relação ao Terceiro Mundo. Por um lado, são os paladinos da "transferência de tecnologia", com que pretendem aparecer como promotores de desenvolvimento das nações dependentes. Por outro lado, a Alemanha Federal rejeita qualquer modificação da ordem econômica internacional, mesmo as mais modestas proposições do Terceiro Mundo, como a criação de um Fundo para estabilização dos preços das matérias-primas. Para um país altamente desenvolvido e dependente, é inaceitável qualquer política econômica que tente influir no livre jogo do mercado, enquanto este continuar servindo aos interesses das nações industrializadas. Orientação do mercado, para o ministro Hans Friderichs, da Economia, só quando tratar-se de financiar as exportações ou para proteger um ou outro setor da própria indústria alemã, como é o caso da indústria naval, vítima da forte concorrência japonesa.

É dentro deste contexto geral da política alemã que deve ser entendida a política de exportação da indústria nuclear da Alemanha Federal e a política nuclear do governo alemão. A controvérsia entre Jimmy Carter e Helmut Schmidt em torno da exportação de instalações nucleares sensitivas para o Brasil reflete precisamente as diferenças entre Estados Unidos e Alemanha Federal, tanto na forma do seu desenvolvimento como nas características políticas e econômicas que vivem os dois países. Como um novo setor da indústria alemã, com toda uma perspectiva de expansão e um efeito multiplicador interno, a indústria nuclear é merecedora hoje de um grande apoio governamental. E é exatamente neste terreno que o pragmatismo alemão pode dar os maiores frutos, aproveitando-se da rigorosa posição norte-americana na limitação da exportação de tecnologia, para penetrar em amplos mercados do Terceiro Mundo. "Nosso país precisa negociar 25% do seu Produto Nacional Bruto em intercâmbio com outras nações. Somos um país pobre em matérias-primas e energia e, por isso, forçados a exportar tecnologia moderna e complexa..." (2). Com estas palavras, o ministro da Pesquisa e Tecnologia do governo alemão, Hans Matthoefer, justifica a política pragmática de exportação de tecnologia nuclear, e o acordo nuclear assinado com o Brasil, acrescentando ainda (em entrevista concedida à revista *Der Spiegel*): "Desejaria afirmar, sem fazer menção direta a sua pergunta, que fiz freqüentes e inequívocos comentários sobre governantes que utilizam a tortura. Eu os considero lúmpens infames. Em todo caso, não vejo como a economia alemã possa comerciar apenas com estados democráticos, que infelizmente já não são mais numerosos...".

II. A INDÚSTRIA NUCLEAR — SETOR ENFERMO OU DINÂMICO DA ECONOMIA?

Até 1971, o mercado internacional de usinas e material nucleares era totalmente monopolizado pelos Estados Unidos, sobretudo pelas grandes multinacionais, a

"Hoje, como no passado, a Alemanha continua provocando reações desencontradas: de medo, ódio, admiração e simpatia"

Westinghouse e a *General Eletric*. "De 1968 a 1971, segundo Amin Maalouf, os Estados Unidos forneceram mais de 90% dos reatores exportados no mundo. Em 1974, sua participação caiu para 70%. Em 1975, a *Kraftwerk Union*, concorrente alemã, tinha recebido mais encomendas que os quatro consórcios nucleares americanos juntos, incluindo-se o mercado interno"(3). No momento, os Estados Unidos conservam apenas um certo monopólio no enriquecimento do urânio, tendo perdido completamente o controle sobre o mercado internacional de centrais nucleares, com a entrada em cena da *Kraftwerk Union* e da *Framatone*, francesa. Isto, precisamente num momento em que o mercado externo, principalmente do Terceiro Mundo, adquire uma grande importância para as empresas dos países desenvolvidos, devido às pressões dos ecologistas nestes últimos. Após a crise do petróleo, de 1973, o mercado internacional de reatores nucleares, tecnologia e elementos combustíveis cresceu rapidamente. O consórcio alemão *Siemens*, através da sua subsidiária, a *Kraftwerk Union*, não só açambarcou grande parte do novo mercado aberto, como penetrou em mercados tradicionalmente norte-americanos, entre os quais o Brasil. Depois de adquirir a tecnologia da *Westinghouse*, a *Kraftwerk Union* tornou-se sua mais forte concorrente no mercado internacional no terreno nuclear.

Os méritos tecnológicos da indústria alemã e a ofensiva de exportação da Alemanha Federal não são suficientes para explicar esta virada no mercado nuclear internacional. A política norte-americana de restrição nas exportações de tecnologia nuclear, seja por razões morais ou como forma de assegurar o monopólio, foi o outro elemento decisivo que favoreceu a expansão da *Kraftwerk Union*. Sobre isto, a revista norte-americana *Foreign Policy* diz: "Tanto a Alemanha como a França estão exportando o ciclo completo do combustível. A atual política dos Estados Unidos não permite a exportação de usinas de enriquecimento ou reprocessamento; existe preocupação por parte da indústria nuclear de que a continuada recusa a tais exportações poderia colocar os americanos numa desvantagem comercial. Esta preocupação é compartida por pessoas do governo. Eles argumentam que a *Westinghouse* poderia ter fechado o contrato para fornecimento de reatores ao Brasil, feito com a Alemanha, se o governo norte-americano tivesse autorizado a exportação adicional de tecnologia de reprocessamento e enriquecimento. Restrições sobre as exportações americanas, devido a preocupações com a proliferação nuclear podem, talvez, dificultar, no futuro, o aumento da concorrência comercial internacional."(4)

As características especiais do produto da indústria nuclear, com implicações militares e estratégicas, desempenharam um papel importante na reordenação do mercado internacional. Os Estados Unidos conseguiram, até 1971, manter o monopólio graças às restrições na exportação e transferência de tecnologia, assegurando, ao mesmo tempo, o monopólio do potencial militar atômico. Agora, no entanto, as mesmas restrições estão colocando os Estados Unidos em desvantagem comercial, frente aos concorrentes alemães e franceses. Com o rompimento do monopólio comercial, as multinacionais de origem norte-americana, que antes trabalhavam tranqüilas com as restrições, sentem-se agora prejudicadas pelas limitações impostas pelo governo norte-americano. Antes, existia uma coerência entre os interesses comerciais da *Westhinghouse* e *General Eletric*, e os interesses militares-estratégicos do governo norte-americano. Agora, o choque é evidente. Como indica a *Foreign Policy*, o governo norte-americano teria que balancear entre a não proliferação nuclear e os interesses comerciais das empresas nucleares. Dadas as características da tecnologia nuclear, o acirramento da concorrência entre os grandes consórcios internacionais têm nas *restrições* um elemento de negociação. A corrida para ver quem oferece melhores condições, ou seja, menos limitações e controle sobre os países que adquirem a tecnologia, favorece a proliferação nuclear armamentista.

Preocupada com os resultados de uma tal concorrência, a revista norte-americana apresenta uma proposta muito clara de criação de um cartel constituído de cinco ou seis nações, como forma de regular o mercado, equilibrando interesses comerciais e estratégicos. A idéia de um "consórcio para prover serviços de enriquecimento e reprocessamento em condições comerciais" teria sido, aparentemente, adotada pelo presidente Jimmy Carter, que deve estar sofrendo fortes pressões das empresas norte-americanas, sobretudo depois do grande negócio assinado pela Alemanha com o Brasil. É possível que a formação de um tal cartel tenha sido definida, de forma geral, pelas sete grandes nações industrializadas do mundo ocidental, reunidas em maio deste ano, em Londres. Logo após aquele encontro, os governos francês e alemão decidiram suspender as vendas de usinas de reprocessamento de material físsil, o que parece ter sido retribuído, do lado americano, com a aceitação dos acordos nucleares já firmados pela França e Alemanha.

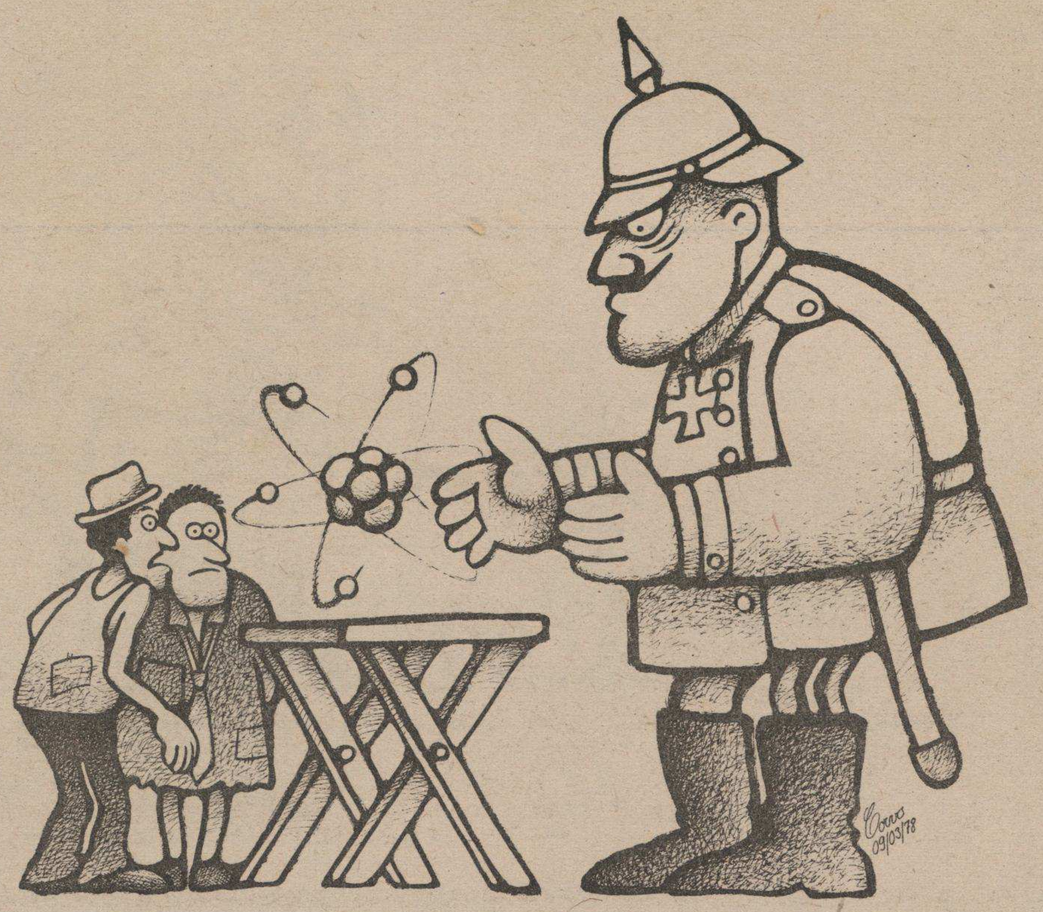
Os empresários norte-americanos falam do setor nuclear como uma indústria enferma, e dirigem-se ao governo pedindo providências para salvar aquele setor. Enquanto isto, a *Kraftwerk Union* experimenta um momento de grande expansão, para o que conta com o apoio decisivo do governo alemão, tanto no programa energético interno quanto na política de exportação. Em ambos países, a indústria nuclear é fortemente subvencionada pelo governo. A subvenção durante vários anos promoveu a criação de um setor econômico novo na expectativa do mesmo tornar-se um dia rentável e independente da ajuda governamental. A conseqüência é a definição de uma determinada estrutura econômica que os governos deverão continuar defendendo e promovendo, mesmo que se mostre inviável ou se comprove os perigos de segurança e contaminação do meio ambiente. Entretanto, se em ambos países houve um forte investimento estatal, existe uma diferença de princípio nas motivações e expectativas da intervenção governamental na indústria nuclear. Enquanto nos Estados Unidos os gastos governamentais em pesquisa e instalações nucleares eram justificados pelos objetivos militares, na Alemanha Federal a subvenção ao setor teve, desde o início, uma clara expectativa comercial e energética. Trata-se, nos dois casos de um custo social; mas, no caso norte-americano, parte deste custo legitima-se pela vantagem militar-estratégica alcançada. Os alemães, contudo, consideram de suma importância o retorno do capital investido, mesmo que a longuíssimo prazo, ao lado, naturalmente, da independência que possam alcançar em relação aos países exportadores de petróleo. Em 1966, quando a energia nuclear para fins pacíficos ainda não tinha qualquer importância, a AEC — *Atomic Energy Commission*, dos Estados Unidos, tinha investido já 6,5 bilhões de dólares só em instalações e equipamentos, e gastavam cerca de dois bilhões de dólares por ano, nas operações gerais do setor nuclear.

Atualmente, quando o capital privado já entrou em grande parte do setor nuclear (embora ainda subvencionado), os empresários norte-americanos afirmam que a indústria nuclear norte-americana é um setor em crise dentro da economia dos Estados Unidos. A revista *Businesse Week*, de 15 de novembro de 1975, num artigo intitulado *"Why Atomic Power Dims Today"*, fala da crise da indústria nuclear, dizendo: "Este ano, a *Westinghouse* conseguiu obter apenas quatro licenças para construção de reatores nucleares domésticos. A *General Eletric Co.* obteve apenas uma. E os restantes três fornecedores, *Babcock & Wilcos*, *Combustion Enginnering* e *General Atomic*, não venderam uma única unidade". Segundo o mesmo artigo, a *General Atomic Co.*, uma subsidiária da *Gulf Oil Corp.* e *Royal Dutch/Shell Group*, decidiu (em outubro de 1975) abandonar o mercado de reatores. Richard A. McCormack, presidente da *Power System Group*, explica a situação afirmando que a causa principal está na própria natureza da indústria nuclear que nasceu do próprio governo e cresceu devido à sua política administrativa. "Francamente", diz McCormack, "nós temos uma indústria enferma". O fato da indústria nuclear exigir um altíssimo complexo tecnológico e ser das mais intensas em capital, faz com que necessite do permanente apoio do governo, de acordo com aquele *manager*. Os dados da *Business Week* confirmam a "enfermidade" da indústria nuclear norte-americana. Depois de 20 anos de operação no setor, em 1974, a *Westinghouse* foi a única empresa que registrou lucro na sua seção nuclear. Em maio deste ano, segundo o *New York Times*, a *General Eletric Co.* comunicou ao governo norte-americano que se continuassem a vigorar as restrições legais às exportações de tecnologia nuclear, a empresa poderia suspender a fabricação de reatores nucleares. De acordo com altos funcionários da empresa, no ano passado, a divisão nuclear da GE não apresentou lucro e esperava-se que a mesma deveria operar com perdas nos próximos anos. A advertência da GE diz relação não somente à retirada do mercado de uma grande empresa mas também às conseqüências sociais provocadas pelo possível desemprego de sete mil pessoas que trabalham na divisão nuclear da *General Eletric Co.* A empresa "enferma" já em 1975, dificilmente poderá convalescer com a nova política energética de Jimmy Carter que determina novas restrições e limitações no mercado interno e externo da indústria nuclear norte-americana.

Na Alemanha Federal, a indústria nuclear de reatores e materiais acessórios, conta, ao contrário, com um incondicional apoio e estímulo do governo social-liberal, contra as pressões norte-americanas e contra os protestos das Iniciativas Populares no próprio país. De qualquer maneira, os últimos têm conseguido forçar o governo alemão a conter seu ambicioso programa de energia nuclear interno, o que, por outro lado, impele as autoridades alemãs a intensificar as exportações. Na política de exportação, o governo mostra uma clara disposição de fomentar os contratos e estimular acordos bilaterais para vendas de reatores nucleares, aproveitando as condições do mercado internacional para

(2) *Vorwarts* — 15/3/76
(3) *Economia* — Junho/1977
(4) *Foreign Policy* — nº 23/1976 ▶

Carter deve estar sofrendo pressões das empresas norte-americanas, sobretudo depois do grande negócio feito pela Alemanha com o Brasil



deslocar as concorrentes norte-americanas; em outras palavras, aproveitar as restrições da política norte-americana para penetrar no mercado de reatores e tecnologia nuclear. E, diga-se de passagem, com muito sucesso. Graças a estas condições, a indústria nuclear na Alemanha é um setor importante da economia, pelo seu peso relativo, pelo efeito multiplicador, pela massa de capital investido, a mão-de-obra (especializada ou não) empregada direta ou indiretamente e pela capacidade de exportação. Numa vasta publicação divulgada recentemente pelo Ministério da Pesquisa e Tecnologia da Alemanha Federal, intitulada *"Zur friedlicheo Nutzung der Kernenergie"*, o governo alemão justifica seu apoio ao setor nuclear dizendo: "A indústria nuclear é, assim, uma indústria-chave, para numerosos empresários especialmente do setor elétrico, da indústria de máquinas e da indústria química, seja como contratante direto ou indireto". Em torno da *Kraftwerk Union* operam pelo menos 350 outras firmas como fornecedoras de equipamentos, acessórios etc. Numa economia, cujos setores tradicionais, como siderurgia, máquinas e equipamentos, química, indústria naval, etc., encontram-se limitados por uma estagnação estrutural crônica, a indústria nuclear, como um setor novo, pode ser capaz de dar uma dinâmica à economia alemã, às voltas com um persistente desemprego.

E é precisamente o fantasma do desemprego que o governo alemão e a *Kraftwerk Union* estão agitando para justificar o programa de ampliação da energia nuclear. Segundo dizem, para a fabricação de uma usina nuclear criam-se seis mil e quinhentos empregos diretos ou indiretos por um período de seis anos. E no setor das pesquisas, onde localiza-se a mão-de-obra altamente especializada, conta-se com um grande número de empregos. Apenas as instituições estatais do setor nuclear dão emprego a 35 mil pessoas, o que representa uma parte apenas dos técnicos e cientistas ocupados nas pesquisas nucleares no país. Para reduzir o desemprego de um milhão (registrado atualmente) para 600 mil pessoas, o ministro da economia demissionário, Hans Friderichs, afirma que é necessário manter um crescimento de quatro a cinco por cento até 1980. Para isso as autoridades alemãs parecem considerar indispensável fomentar precisamente o setor nuclear, dado o esgotamento dos outros setores da economia do país. Nos próximos dez anos deveriam ser investidos 150 bilhões de marcos para dar continuidade ao programa nuclear alemão, o que repercutirá amplamente na reativação da economia global. Consolida-se, assim, um setor novo e dinâmico da economia alemã que, por outro lado, requer o retorno do capital investido até agora. Somente a nível estatal foram investidos até o momento cerca de 20 bilhões de marcos no terreno das pesquisas e experiências nucleares.

Considerando as pressões que os ambientalistas exercem atualmente contra a execução do programa nuclear do governo alemão, toda uma política econômica parece comprometida com a redução forçada daquele programa. A política nuclear do governo alemão já sofreu grandes cortes como conseqüência da luta das Iniciativas Populares de proteção ao meio ambiente (de dez usinas encomendadas à KWU, apenas duas estão em construção). Deste modo, para assegurar a rentabilidade e utilização da capacidade instalada da indústria nuclear alemã, o governo deve empenhar-se numa agressiva política de exportação, aproveitando, como vimos, as condições especiais do mercado internacional surgidas com o rompimento do monopólio americano da tecnologia nuclear. É isto exatamente o que está fazendo o governo social-liberal e com indiscutíveis sucessos. No fim do ano passado, a KWU tinha recebido encomendas num valor total de 26,1 bilhões de marcos, dos quais 14,6 bilhões provenientes do mercado interno, sujeito, como vimos, a reduções e retardamentos. Entre os negócios de exportação já assinados ou em perspectivas, calcula-se uma venda global de 30 bilhões de marcos. Além do grande acordo assinado com o Brasil, a empresa alemã tem contratos firmados também com o Irã, a Argentina, Holanda, Áustria e Suíça. A longo prazo, o Irã pode tornar-se um cliente tão ou mais importante que o Brasil, já que aquele país está estudando um programa para construção de 20 usinas nucleares para a próxima década. A Espanha também já encomendou duas usinas à KWU, com a capacidade de mil megawatts cada, e parece inclinada a adquirir mais duas. Segundo a revista alemã *Der Spiegel*, a Espanha pode vir a ser o mais importante cliente da indústria nuclear alemã, com um projeto de longo prazo para instalação de 39 reatores nuclares. Portugal está para assinar um contrato com a empresa alemã para aquisição de um reator atômico, enquanto a Iuguslávia e Arábia Saudita tomam os primeiros contatos com a KWU. Ao todo, de acordo com a revista francesa *Economia*, a *Kraftwerk Union* tem encomendas de 26 usinas a exportar.

Como vemos pelos dados acima, a empresa nuclear alemã conta com um mercado internacional em crescimento. Para isto conta com o apoio diplomático e financeiro do governo alemão e com as limitações das concorrentes dos Estados Unidos. Mesmo que tenha renunciado à única decisão do governo alemão que aparentemente dificulta os negócios da indústria nuclear alemã, a suspensão transitoriamente das licenças para exportação de usinas de reprocessamento de material físsil (cedendo às pressões do governo Jimmy Carter), não representa grande perda no mercado internacional. Em primeiro lugar, a firmeza com que defendeu o acordo com o Brasil já valeu para os alemães um grande prestígio junto aos futuros clientes. E embora a flexibilidade na transferência de tecnologia de instalações sensitivas tenha servido para a afirmação da *Kraftwerk Union* no mercado internacional (pelo menos no acordo com o Brasil), para o mercado do Terceiro Mundo, recém chegado à energia nuclear, as usinas de reprocessamento não têm uma grande relevância econômica. Na realidade, a aquisição de uma usina de reprocessamento só é justificável economicamente para grandes projetos nucleares nacionais. De acordo com Norman Gall, o reprocessamento do material físsil só é rentável quando processa os elementos gastos em pelo menos 20 usinas de mil megawatts, o que aliás não é o caso do Brasil no seu projeto de médio prazo(5). O delicado da tecnologia de reprocessamento, que pode despertar o interesse de nações do Terceiro Mundo, é o plutônio que pode ser separado do material gasto nas usinas nucleares. Como se sabe, o plutônio é o elemento básico para construção de bombas atômicas.

O comportamento do governo social-liberal alemão no que diz respeito à política de exportação de tecnologia nuclear está assim em completa consonância com os interesses do grande consórcio alemão, *Kraftwerk Union*. . E será tanto mais ativa quanto internamente forem levantados obstáculos à dinamização do programa nuclear. Independente da controvérsia levantada sobre a questão, uma coisa parece certa: o grande beneficiado é a *Kraftwerk Union* (e a *Siemens* naturalmente). Em 1976, a empresa alemã de reatores aumentou suas vendas em 214,4%, passando do 339º para o 119º lugar na lista da revista *Fortune* das 500 maiores fora dos Estados Unidos. A *Kraftwerk Union* foi a empresa que mais cresceu no ano passado, no que se refere às vendas, de todas as grandes firmas internacionais. Colocando de lado as argumentações de política econômica levantadas pelo governo social-liberal, que levam quase a uma paródia nos termos "o que é bom para a *Kraftwerk Union* é bom para a economia alemã", resta a certeza de que a política alemã serve em primeira linha aos grandes capitais, aos grandes consórcios e especialmente àqueles que estão nos setores mais dinâmicos da economia e nos setores exportadores.

III. OS INTERESSES EM JOGO

A escolha de uma opção de desenvolvimento, assim como a definição de uma estratégia e política energética promovem forças sociais e interesses econômicos que reagirão, mais tarde, a qualquer reformulação importante de política, imprimindo uma certa dinâmica no rumo futuro. No caso da opção nuclear, o enorme volume de investimento requerido produz uma poderosa rede de interesses econômicos e forças sociais, mais ou menos autônomas. Além dos trabalhadores direta ou indiretamente empregados na fabricação de reatores e equipamentos nucleares, um país exportador de tecnologia nuclear, como a Alemanha Federal, emprega uma grande massa de técnicos, cientistas e operadores, nos diversos centros de pesquisa e teste nuclear. Somente os programas de pesquisa do estado alemão fornecem emprego para 35 mil pessoas, em grande parte pessoal altamente qualificado.

A decisão política de promover, com mais ou menos ênfase, o setor nuclear possui um certo grau de irreversibilidade, pelo menos num país onde as grandes empresas privadas têm a hegemonia do processo econômico. "O que é bom para a *Kraftwerk Union* é bom para a Alemanha Federal." Esta parece ser a máxima que norteia a política nuclear do governo social-liberal alemão, empenhado em assegurar o equilíbrio econômico do sistema, no qual a empresa tem uma posição de destaque. Do exposto acima e no capítulo anterior torna-se evidente que, por trás dos argumentos científicos dos defensores da energia nuclear, entre os quais o ministro alemão da Pesquisa e Tecnologia, Hans Matthoefer, escondem-se consideráveis forças de pressão, contrárias a qualquer reformulação da ênfase energética. A contenção agora do programa nuclear pressuporia uma reordenação da economia e uma nova alocação de recursos e mão-de-obra. Desemprego e, talvez, dificuldades econômicas num setor importante da economia, pode ser um preço a pagar hoje por decisões tomadas no passado. E, o que é pior, a insistência no programa nuclear reforçará aquelas forças, limitando mais ainda a margem de decisão do governo. E como os recursos são limitados, a escolha de uma estratégia implica necessariamente o abandono de outras opções, o que é tanto mais verdadeiro quanto maior seja o requerimento de capital daquela estratégia. Vejamos o caso do *Superphenix* francês, um projeto gigantesco de construção de um reator regenerador: "Como este glorificado programa (nuclear) exige um grandioso volume de capital, energia e matéria cinzenta, não existiria, evidentemente, possibilidade de desenvolver, ao mesmo tempo, outros sistemas energéticos que fizessem concorrência ao nuclear" (6). A escolha de prioridades, sobretudo num caso como este, tem uma repercussão de longo prazo, influindo decisivamente em decisões futuras. Em relação ao *Superphenix* diz Michael Bosquet: "É necessário escolher as prioridades. O governo francês escolheu pelos cem anos que seguem. A França será uma sociedade do plutônio". E cada vez será mais difícil retroceder ou reorientar o programa energético. Quanto mais um governo desloque recursos para um setor como o nuclear, tanto maior a irreversibilidade das decisões.

Para o conjunto da indústria, o programa nuclear do governo é importante na medida em que possa oferecer energia barata, sem interesse direto na origem da mesma. Graças à subvenção estatal, promovendo o desenvolvimento da oferta de energia, os empresários podem manter baixos os custos de produção industrial. As discussões sobre o tema eludem, no geral, os custos sociais assumidos para assegurar os preços baixos da energia. E, em particular, a indústria de eletrodomésticos está interessada também na oferta de energia barata ao consumidor. O consumo de aparelhos eletrodomésticos, visto numa perspectiva de médio prazo, depende em grande parte dos custos da energia elétrica, de modo que a Federação da Indústria Elétrica da Alemanha Federal tem um interesse particular no programa nuclear do governo alemão. É bem verdade, contudo, que apenas 13% do consumo final de energia na Alemanha Federal é elétrico e que, deste consumo, apensas 20% correspondem ao orçamento doméstico. Mesmo assim um programa de racionamento do consumo doméstico de energia (principalmente se for via aumento dos preços da energia) influirá no mercado consumidor da indústria de eletrodomésticos. No início deste ano a Federação da Indústria Elétrica da Alemanha advertia que a paralização do programa nuclear poderia dar lugar a um déficit de energia de 13 a 15 mil megawatts e, como conseqüência, prejudicar os negócios do setor, num total de 20 a 25 milhões de marcos, atingindo a 80 mil empregos diretos e 200 mil indiretos. As conclusões e dados utilizados pela Federação são, presumivelmente, exageradas e manipuladas. Entretanto, o importante aqui é a pressão exercida por um setor econômico importante em oposição a um programa de racionamento que toque um dos pontos-chaves da sociedade de consumo. Como trata-se de uma economia montada basicamente no desperdício e dissipação, o racionamento terá, seguramente, um efeito recessivo e confronta-se com enormes obstáculos políticos.

Quando falam do problema energético, as autoridades alemãs limitam-se a analisar praticamente do lado da oferta (insuficiente, segundo eles) , sem apontar para a estrutura do consumo e sem oferecer projetos de redução da mesma. Segundo Frank Haenschke, poupança de energia é tabu na Alemanha Federal. "De acordo com várias pesquisas", diz Haenschke, "não existe hoje nenhuma dúvida mais de que seria possível, até 1985, poupar pelo menos 10% do consumo de energia previsto, através de racional emprego de energia, sem renunciar ao benefício. Este potencial de poupança corresponde à produção média anual de usinas nucleares com 25 a 30 mil megawatts" (7). Poupança que corresponde exatamente ao programa nuclear atual do governo alemão para aquele ano. É curioso que, num momento

(5) *Atoms for Brazil: Dangers for All — Norman Gall / Foreign Policy*

(6) *Le Nouvel Observateur — 25/31 Julho de 1977*

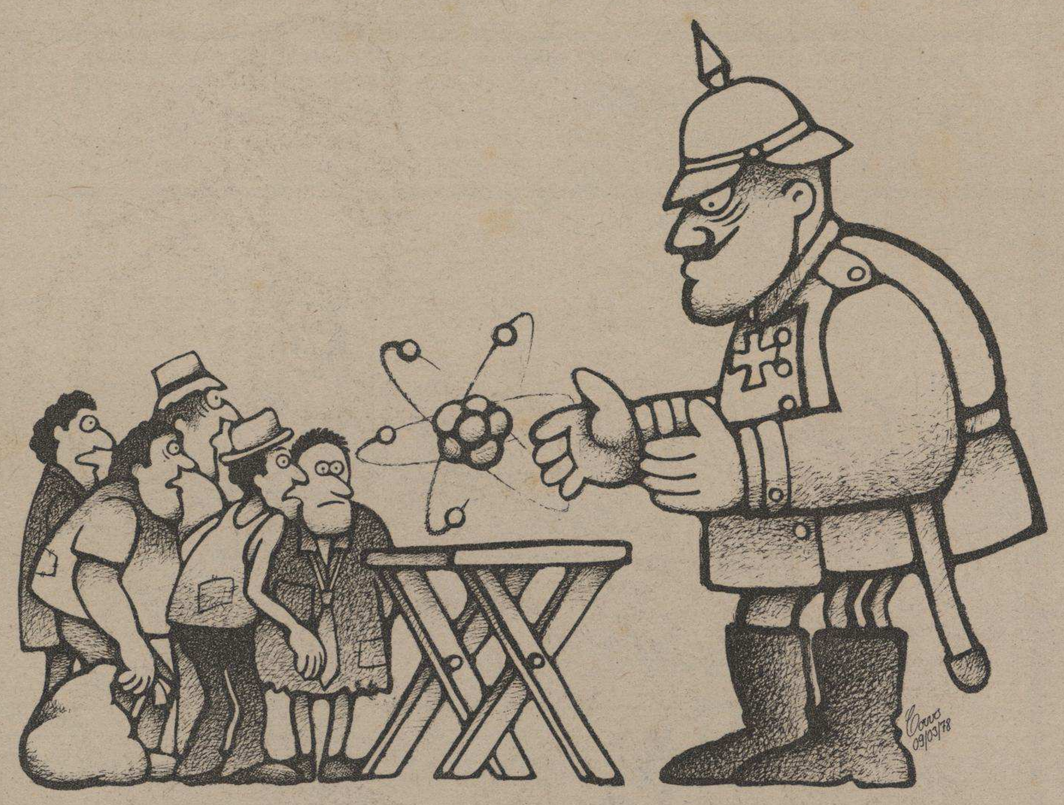
em que fala-se de escassez de energia, os consórcios energéticos da Alemanha Federal fazem propaganda estimulando o consumo, o contrário, portanto, de qualquer política de racionalização. Na contradição entre os interesses privados das indústrias e grandes consórcios alemães e o interesse social, que exige uma racionalização do uso da energia, e que implica uma política moderada no uso da energia nuclear, o governo alemão fica, naturalmente, com os primeiros. Uma vez que, dentro de um sistema capitalista onde os grandes consórcios têm a hegemonia econômica e política, "o que é bom para a *Kraftwerk Union* é bom para a Alemanha".

IV. O CUSTO SOCIAL DA ENERGIA NUCLEAR

Durante mais de duas décadas, os governos dos países desenvolvidos estão fomentando pesquisas e experiências no setor da energia nuclear. Até a crise do petróleo de 1973, o uso econômico da energia nuclear não podia competir com aquela fonte energética, mesmo com os subsídios governamentais. Como vimos, o desenvolvimento da energia nuclear nos Estados Unidos obedeceu inicialmente a um requerimento militar. Na Alemanha, além do desenvolvimento de uma tecnologia própria exportável, as pesquisas iam na direção da diversificação das fontes alternativas de energia. Mas, só depois da crise do petróleo, os programas para uso pacífico da energia nuclear começaram a ser acelerados na Alemanha Federal, precisamente porque os altos preços do petróleo melhoraram a posição de rentabilidade da energia nuclear.

Entretanto, o urânio como matéria-prima básica das centrais nucleares está sujeito às mesmas limitações do petróleo no que se refere às reservas e às condições de comercialização. Os preços internacionais da matéria-prima, tanto o urânio como o petróleo, dependerão das reservas existentes e potenciais e do grau de monopólio, manipulação e especulação do mercado. O urânio já é hoje cinco vezes mais caro que em 1972, um ano antes da crise do petróleo; e até 1980 espera-se um aumento de preços de 150 a 200%, modificando radicalmente as condições de rentabilidade. As características estratégicas do urânio, e a concentração das reservas internacionais conhecidas nas mãos de um pequeno grupo de países, torna-o bastante sujeito a um controle monopolístico, com ou sem objetivos diretamente políticos. Este é o fato também do urânio enriquecido, controlado monopolísticamente pelos Estados Unidos. E segundo estimativas, as reservas registradas de urânio estariam esgotadas já no ano dois mil, se forem postas em funcionamento as usinas atômicas projetadas. Donde se conlui que todo o volume de investimento realizado no momento no setor nuclear teria que ser reembolsado dentro de 23 anos, quando deveria ser então abandonado o uso da energia nuclear. Na verdade, as expectativas estão voltadas para o desenvolvimento de novas gerações de reatores, com maior aproveitamento de modo a alargar aquele prazo. E, por outro lado, os responsáveis pela política energética estão contando como certa a afirmação dos reatores regeneradores, que utilizam plutônio como combustível. A insistência no programa nuclear, tendo em conta as limitações das reservas, pressupõe, na verdade, o desenvolvimento dos reatores regeneradores, aproveitando o plutônio produzido nas usinas tradicionais. No ano dois mil, teríamos já um depósito de plutônio suficiente para produção de cem mil bombas atômicas do tipo da que explodiu em *Nagasaki;* plutônio que poderia ser utilizado como combustível nas usinas do tipo regenerador. Entretanto, partimos hoje para um programa que exigirá amanhã o desenvolvimento de uma nova geração de reatores de muito discutíveis condições de segurança. Além do aumento dos perigos de contaminação do meio-ambiente e segurança o reator regenerador continuará produzindo mais plutônio, numa escala difícil de ser freiada. Em relação a este tipo de reator cabe lembrar aqui a decisão do presidente Jimmy Carter, contestada pelo senado norte-americano, de suspender a construção do reator regenerador de *Oak Ridge,* tendo em vista o plutônio utilizado e, ao mesmo tempo, produzido por aquele tipo de usina. A posição de Carter foi rechaçada pela Alemanha Federal e pela França alegando precisamente que só com os regeneradores seria possível aspirar a uma

É precisamente o fantasma do desemprego que o governo alemão está agitando para justificar o programa de ampliação nuclear



independência futura no setor nuclear.

Em geral, os cálculos sobre os custos alternativos da energia deixam de computar os custos sociais, ponderáveis ou não. A contaminação do meio ambiente e as conseqüências negativas sobre a natureza e as pessoas são custos sociais não mensuráveis que só passam para os cálculos quando são tomadas providências (leia-se gastos) para evitá-los. No caso, pode-se dizer que a pressão das Iniciativas Populares, obrigando a novos investimentos em segurança, apenas tornam ponderáveis custos sociais invisíveis, quando adquirem a forma de gastos (sejam privados, sejam estatais). Para dar um exemplo: o aumento da mortalidade infantil, como conseqüência do aumento da radioatividade numa determinada região, não será considerado como custo, a não ser, talvez, se for acompanhado de gastos adicionais na saúde pública, o que, em todo caso, não representa aquele custo social. Em "Os limites do Crescimento", os cientistas do Clube de Roma advertem para a ameaça que representa para a civilização humana, para o bem-estar material e as condições psíquicas necessárias à sobrevivência do homem, o crescimento anárquico, não planificado, inconsciente e descontrolado. Ou seja, destacam o custo social não ponderável pago para o crescimento econômico que, no caso da energia nuclear, é bastante pertinente para responder aos argumentos do ex-ministro da economia da Alemanha Federal, Hans Friderichs, segundo o qual é preciso fazer crescer a economia a qualquer custo.

Além destas considerações mais gerais, deve-se ressaltar a necessidade de incluir nos cálculos de custos alternativos alguns gastos que ainda não foram considerados na sua total dimensão e necessidade. O caso, por exemplo, dos depósitos de lixos irradiados só surgirá como custo à medida em que as usinas nucleares forem acumulando os seus detritos. Segundo cálculos da AEC, do departamento americano de energia atômica, até o ano dois mil o depósito de lixo atômico só nos Estados Unidos custará cerca de 22 bilhões de dólares. Cabe lembrar, por outro lado, que desde 1967 já foram lançadas 52 mil toneladas de material radioativo no fundo do Oceano Atlântico, evitando um custo real que pode aparecer, mais tarde, através da contaminação da natureza. Como se vê, não se trata apenas de uma questão moral ou uma argumentação ecológica, mas sim uma consideração econômica, desde um enfoque social e não privado. E para terminar com estas considerações, poderíamos reportar-nos ao capítulo anterior, quando falávamos do custo social resultante da possível necessidade de retificação de uma estratégia energética, o que ficou provado com a crise do petróleo e que terá uma dimensão muito mais grave com o prosseguimento dos programas nucleares. Desperdício, crise econômica, problemas sociais e não reembolso do volume de investimentos aplicados numa determinada direção.

Os elementos acima expostos devem servir também para uma discussão sobre a opção energética do Brasil, para um crítica do acordo assinado pelo Brasil com a Alemanha Federal. Não tanto do ponto de vista da tecnologia adquirida mas da própria opção nuclear dentro de uma visão de desenvolvimento econômico-social. O principal argumento utilizado como justificativa para o acordo teuto-brasileiro foi o pretenso esgotamento das reservas hidroelétricas do país. A energia nuclear teria aparecido como a única forma de superar a dependência do petróleo, aparecendo, ao mesmo tempo, como uma forma rentável de energia, devido à alta dos preços do petróleo. Entretanto, esquecem que o aumento de preços do petróleo tornou também economicamente explorável parte do potencial hidroelétrico antes inexplorável, entre os quais o enorme potencial da bacia amazônica. Os custos e perdas do transporte de eletricidade para o centro-sul seriam então parcialmente absorvidos. Tudo isto, ainda sem considerar os elementos do custo social não computado da energia atômica. De modo que pode ser mais conveniente (menor custo social) oferecer uma energia mais cara ao consumidor (preço de venda), desde que se evitem as conseqüências ecológicas, sociais e políticas da exploração desenfreada da energia atômica. Por outro lado, a argumentação de custo parte sempre de um modelo de crescimento que reforça as disparidades regionais, quando insiste no fornecimento de energia barata para os "bolsões" industrializados do sul e centro-sul em detrimento do norte e nordeste. Por isso, ignoram o potencial hidroelétrico do norte do país para concentrar altíssimos investimentos num custoso e duvidoso programa nuclear.

V. EMPREGO, ACUMULAÇÃO E ENERGIA

O nível de emprego ocupa uma posição importante na polêmica que tem lugar atualmente na Alemanha Federal em torno do uso pacífico e econômico da energia nuclear. Segundo Hans Friderichs é impossível uma economia com crescimento nulo e a economia alemã deve crescer de 4 a 5% nos próximos anos para poder reduzir o nível de desemprego para 600 mil. E estabelece uma relação direta entre oferta de energia e nível de crescimento econômico, numa proporção que varia de país para país e que na Alemanha Federal seria igual a um; ou seja, que para um crescimento de 4 a 5% da economia seria necessário um crescimento equivalente da oferta de energia. O silogismo de Friderichs, segundo o qual energia cria emprego, parte da premissa falsa de que o crescimento da economia se dá sempre com absorção de força de trabalho. A verdade, ao contrário, segundo indicam os sindicatos alemães, é que nos últimos anos os investimentos privados têm reforçado a racionalização da produção, excluindo força de trabalho. O deputado conservador e íntegro ecologista alemão, Herbert Gruhl, refuta as teses de Friderichs indicando que, na prática, energia barata e abundante ao contrário de criar emprego, substitui mão-de-obra. Com dados contundentes, Gruhl mostra que, na época em que a energia era mais abundante, não houve criação de empregos. "Mais energia e, principalmente, energia barata resulta que sempre mais pessoas sejam substituídas por energia e máquinas. Desde 1974 nós temos sobrecapacidade em energia e precisamente desde então temos também cerca de um milhão de desempregados", afirma o deputado democrata-cristão.

A argumentação do ex-ministro da economia alemã parte de uma arraigada concepção neoclássica e uma intransigente defesa dos interesses privados alemães. No fundo, Friedrichs defende a rentabilidade da grande indústria alemã, fornecedora de reatores, equipamentos, acessórios, eletricidade, eletrodomésticos, conservando o seu mercado consumidor, e da indústria em geral, com a contenção dos custos operacionais.

Gruhl, embora seja membro de um partido de direita, parece mais influenciado pelas teses críticas e reformistas do Clube de Roma, adversária da ideologia do crescimento e favorável, portanto, a uma reordenação e programação da economia. Crescimento econômico e investimento não representam necessáriamente criação de novos empregos. Contudo, os ecologistas alemães, a começar por Gruhl, não respondem ao desafio de Friderichs de que é impossível crescimento nulo da economia. Porque, de fato, o sistema capitalista não pode permanecer num prazo médio com crescimento nulo da economia, sob pena de romper o processo de acumulação de capital que lhe assegura funcionalidade lógica. A estabilidade e o equilíbrio do capitalismo dependem da reprodução ampliada do capital, do crescimento do setor de bens de capital que tem um papel dinâmico nas economias desenvolvidas. Deste modo, é evidente que a crítica de Gruhl esbarra num grande obstáculo, uma vez que seus postulados ecológicos entram em contradição com princípios fundamentais do processo capitalista, do qual é também defensor incondicional.

Isto não significa que não seja possível uma reordenação estrutural do sistema capitalista e uma readaptação do processo de acumulação capitalista a novas condições. Mas os reformistas terão que aceitar que o capitalismo precisa crescer para sobreviver e para crescer é necessário assegurar a acumulação de capital regulada por mecanismos *keynesianos* que garantem a "realização do capital". No que desempenha um papel importante a "sociedade de consumo" baseada na destruição permanente de bens, na renovação rápida do consumo de bens duráveis, na dissipação e desperdício de energia. Uma efetiva poupança de energia, racionamento direto ou indireto, pressupõe uma certa reordenação estrutural da economia capaz de provocar uma nova crise econômica. Sem falar que um tal programa se enfrentará imediatamente com os interesses do capital privado, com os grandes consórcios internacionais.

Um crescimento nulo por um prazo médio só poderá ser possível numa economia planificada e socializada, que distribua os recursos de acordo com um projeto de desenvolvimento, de acordo com a escassez dos recursos. Livre das pressões e interesses dos *lobbys* econômicos, com uma economia planificada, será possível manter um crescimento nulo (desde que seja necessário), sem estar sujeito às leis de acumulação do capital. Numa economia socialista, a racionalização e o desenvolvimento tecnológico podem ser compatíveis com o pleno emprego da força de trabalho, mesmo numa economia com crescimento nulo, através da redefinição das horas de trabalho no setor de produção. Desde este ponto de vista, crescimento nulo não significa necessariamente estagnação. A crise de energia e os problemas ecológicos que indicam "os limites do crescimento" são indicadores das contradições do capitalismo obrigado a crescer para sobreviver, mesmo que com este crescimento represente um considerável custo social e ponha em risco o próprio futuro da humanidade.

(7) *Atomstrom und eine rationale Energiepolitik — Frank Haenschke em "Das Parlament"*

PEÇA FACCIOSA

LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

Do livro *As Cobras & Outros Bichos*

PRIMEIRO ATO

Uma sala de espera. Luxuosa. Atrás de uma enorme mesa, uma Recepcionista. Entra o João Ninguém e dirige-se à Recepcionista.

JOÃO NINGUÉM — Bom dia...

RECEPCIONISTA (sem levantar a cabeça) — O senhor deseja?

JOÃO NINGUÉM — Eu queria falar com o Ministro.

RECEPCIONISTA — Primeiro o senhor precisa marcar uma audiência com a sua recepcionista.

JOÃO NINGUÉM — Mas a senhora não é...

RECEPCIONISTA — Eu sou a recepcionista da recepcionista.

JOÃO NINGUÉM — E eu podia ver a recepcionista?

RECEPCIONISTA — Só com hora marcada.

Entra o *Mister* e dirige-se à Recepcionista.

MISTER — Alô, boneca. Tudo bem?

RECEPCIONISTA — Ô, seu *Mister*. Tudo bem!

MISTER — Recebeu meu presentinho?

RECEPCIONISTA — Recebi e não gostei. Abri a caixa e era só papel...

MISTER — É, papel verde com retrato de americano barbudo, não é? Escuta, o Ministro está? Preciso falar com ele sobre isenção de impostos para minha firma. Estamos pagando muito em *royalties* para a matriz americana pelo uso do nosso nome.

JOÃO NINGUÉM — Sua firma paga *royalty* para ela mesma pelo uso do seu próprio nome?

O *Mister* olha João Ninguém de alto a baixo. Depois pergunta à Recepcionista:

MISTER — Quem é o nativo?

RECEPCIONISTA — É um joão ninguém que quer falar com o Ministro.

MISTER (para João Ninguém) — O que é que você entende de negócios internacionais?

JOÃO NINGUÉM — Entendo cada vez menos.

MISTER (ignorando-o) — Posso falar com o Ministro?

RECEPCIONISTA — Pode ir entrando, seu *Mister*.

O *Mister* sai. Por outra porta entra o Grande Empresário e dirige-se à Recepcionista.

GRANDE EMPRESÁRIO — Como vai, beleza?

RECEPCIONISTA — Tudo certinho. E o senhor?

GRANDE EMPRESÁRIO — Mais ou menos. Preciso falar com o Ministro com urgência. Estou com a corda no pescoço. Uma das minhas dezessete firmas vai à falência se o Governo não me der uma mãozinha.

RECEPCIONISTA (chocada) — Não diga. Mas isso não pode acontecer!

GRANDE EMPRESÁRIO — Pois é. Tive que interromper minha temporada de inverno em *Saint Moritz* só para vir tratar deste assunto. É uma amolação...

JOÃO NINGUÉM — Não é o senhor que vive defendendo a livre empresa e protestando contra a interferência do Estado na economia?

O Grande Empresário olha João Ninguém de alto abaixo. Depois pergunta à Recepcionista:

GRANDE EMPRESÁRIO — Quem é o salário-mínimo?

RECEPCIONISTA — É um joão ninguém.

GRANDE EMPRESÁRIO — E o que é que você entende de altas finanças?

JOÃO NINGUÉM — Não dá, mesmo, para entender...

GRANDE EMPRESÁRIO (para a Recepcionista) — Posso falar com o Ministro?

RECEPCIONISTA — Claro, claro. Vá entrando.

O Grande Empresário sai. Por outra porta entra o Grande Fazendeiro e dirige-se à Recepcionista.

GRANDE FAZENDEIRO — Oi, minha flor, como está?

RECEPCIONISTA — Eu estou ótima, e o senhor?

GRANDE FAZENDEIRO — Assim, assim. A safra, este ano, vai ser braba. Vamos precisar de mais subsídios do Governo senão, não sei não...

RECEPCIONISTA — Mas isso é horrível!

GRANDE FAZENDEIRO — Pois é. E logo este ano que eu ia trocar meu Mercedes por um modelo novo...

JOÃO NINGUÉM — Não foi o senhor que uma vez se manifestou contra a reforma agrária porque seria antieconômico? Parece que a sua maneira não está sendo muito econômico também...

GRANDE FAZENDEIRO (para a Recepcionista) — Quem é o retirante?

RECEPCIONISTA — É um joão ninguém...

GRANDE FAZENDEIRO — E o que é que você entende de agroindústria?

JOÃO NINGUÉM — Menos até do que o senhor...

GRANDE FAZENDEIRO (para a Recepcionista) — Posso falar com o Ministro?

RECEPCIONISTA — Claro, claro, vai entrando.

O Grande Fazendeiro sai. João Ninguém dá meia-volta, sai pela porta que entrou e, dali a pouco, entra outra vez pela mesma porta.

JOÃO NINGUÉM — Alô, coração!

RECEPCIONISTA (confusa) — A-alô...

JOÃO NINGUÉM — Recebeu meu presentinho?

RECEPCIONISTA — Presentinho? Não...

JOÃO NINGUÉM — Pois é, não deu para comprar. A situação não está boa.

RECEPCIONISTA — Como?

JOÃO NINGUÉM — Em primeiro lugar, tenho que pagar *royalties* ao dono do barraco para morar lá. Isto é insustentável. Vim pedir ao ministro que o Governo me isente de pagar as taxas. Afinal, estou criando empregos para a mão-de-obra local. A filharada está toda ocupada, tapando goteira quando chove, segurando as tábuas quando venta, mentindo que eu não estou quando chega a polícia...

RECEPCIONISTA — Mas que chato!

JOÃO NINGUÉM — Pois é. Também estou com a corda no pescoço. Imagine que um dos meus dezessete filhos está ameaçado de ir à falência por "malnutrição". Tive que interromper minha temporada numa fila do INPS para tratar deste assunto. O Governo precisa me dar uma mãozinha.

RECEPCIONISTA — Que coisa desagradável...

JOÃO NINGUÉM — Outra coisa. As safras, este ano, foram brabas. O preço da comida aumentou. Vou pedir ao Ministro um subsídio para pagar meu rancho desta semana, senão, não sei não. Posso até perder minha Mercedes.

RECEPCIONISTA — Seu carro?

JOÃO NINGUÉM — Não, minha mulher. Posso falar com o Ministro?

RECEPCIONISTA — Sinto muito, mas...

JOÃO NINGUÉM — O quê?

RECEPCIONISTA — Sem hora marcada, ele só atende casos muito urgentes...

SEGUNDO ATO

(Quem sabe como será?)